

Departamento de Sociologia

**«Angola: Discursos e Práticas Dominantes de
Reconciliação e Construção da Nação»**

Gilson José Simão Lázaro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em «Estudos Africanos: Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Económico»

Orientador Científico:

Prof. Doutor Nelson Eduardo Pestana, Investigador, CEIC-UCAN

Co-orientador Científico:

Doutor Franz – Wilhelm Heimer, Professor Catedrático Jubilado

Fevereiro, 2010

**«Angola: Discursos e Práticas Dominantes de
Reconciliação e Construção da Nação»**

Gilson José Simão Lázaro



Fevereiro, 2010

ÍNDICE

RESUMO.....	I
ABSTRAT.....	II
DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS.....	IV
Figuras : Mapa de Angola.....	VI
Siglas.....	VII
Introdução.....	
1. Do problema à pergunta de partida.....	
2. Objectivos.....	13
3. Hipóteses.....	13
4. Metodologia.....	14
5. Limitações do estudo.....	15
6. Plano de Exposição.....	15
Capítulo. 1 – Do poder do discurso ao discurso do poder.....	17
1. 1 Teoria do discurso.....	17
1.2 Discursos e práticas dominantes.....	17
1.3 Identidade social abrangente.....	20
1.4 Reconciliação.....	27
1.4.1 Abordagem peace-building.....	28
1.4.2 Abordagem TRC.....	29
Capítulo. 2 – A sócio-história da reconciliação.....	32
2.1 Cronologia da guerra à reconciliação.....	32
2.2 Reconciliação nacional.....	35

2.3 Pós 2002.....	37
Capítulo. 3 – Os modos e lugares de reconciliação.....	45
3.1 Da vitória militar ao <i>esquecimento</i> e <i>perdão</i>	45
3.2 A Igreja angolana como promotora do <i>esquecimento</i> e do <i>perdão</i>	51
3.3 Cooptação: velhas e novas formas de integração política e social.....	54
3.4 O referente do <i>Arquitecto da Paz</i>	62
3.5 Referências nacionais.....	66
4. Considerações finais.....	75
5. Bibliografia.....	80
6. Anexos.....	96

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa de Angola	p. VI
Figura 2: Esquema de interconexão dos conceitos centrais	p. 31

RESUMO

O presente trabalho enquadra-se numa temática global do projecto intitulado «Reconciliation and social conflict in aftermath of large – scale violence in southern Africa: the cases of Angola and Namibia».

Este trabalho tem como objectivo analisar a reconciliação e a construção da nação por meio dos processos de integração políticos, sociais e económicos. A reconciliação é inserida na problemática das transformações do espaço político em Angola pela guerra civil. Através duma análise sócio-histórica sustentada pelos referentes históricos, políticos, simbólicos que servem de suporte para o entendimento da “angolanidade”, como identidade social abrangente e que suporta a ideia da reconciliação nacional e construção da nação.

ABSTRAT

This work is part that sub-project of a global theme of the Volkswagen project entitled: “Reconciliation and social aftermath of conflict in large-scale violence in Southern Africa: the cases of Angola and Namibia”.

The work aims to analyze the reconciliation and nation building though the processes of political integration, social and economic. Reconciliation is inserted into the problematic of transformation of political space for civil war in Angola context. Though a socio-historical analysis supported by the related historical, political, symbolic, serving as supports for understanding the “Angolanity” as comprehensive and social identity that supports the idea of national reconciliation and nation building.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Joana Francisco Lázaro e José Simão Filipe
Aos meus irmãos, Adérito, Hélder, José e António

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos são para o Professor Doutor Nelson Pestana (Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola), pela orientação e apoio nas horas mais difíceis. Sem a sua prestimosa ajuda não seria possível levar a avante este projecto que culmina na presente dissertação de mestrado.

Agradeço o Professor Doutor Franz Heimer (CEA-ISCTE-IUL) pelo esforço para garantir as condições sob a qual realizei o curso de mestrado, a pesquisa e o seu indispensável apoio ao projecto de base. Pelas leituras, comentários e sugestões, o meu agradecimento. Associo desta forma, os meus agradecimentos à Fundação Calouste Gulbenkian, na pessoa da Doutora Cláudia Leitão e da Doutora Margarida Cunha, pela concessão da bolsa estudo, na qual foi-me permitido sustentar os dois anos do curso.

Agradeço ao Coordenador do curso de Mestrado em Estudos Africanos, Professor Doutor Eduardo Costa Dias (ISCTE-IUL), pelo apoio pessoal e institucional.

Os meus agradecimentos são extensivos a todos os meus colegas e amigos, Osvaldo Silva, Will Alberto Muinga, Aniceto Cunha, Cláudio Tomás, Cláudia Vasintoni, Augusta Sátiro, Edson Cortez, Baltazar Muianga, Joacine Katar Moreira, Cleópatra de Andrade Silva, Barry Júlio de Andrade Silva, Miguel Freitas, Deonildo Campos, David Luís, Paulo Inglês, Fátima Bondo e toda turma do MEA 17 e colegas do ISCTE.

Agradeço à secretaria do Semanário Agora e a Biblioteca da UCAN que disponibilizaram os arquivos para a minha pesquisa. Os meus agradecimentos ao Prof. Doutor Elísio Macamo, ao escritor e jornalista João Melo, ao Padre e Professor Jerónimo Cahinga (UCAN) e ao Professor Doutor Paulo de Carvalho (Universidade Katiavala Buila), pelo apoio e informações prestadas. Agradeço, ainda, a contribuição da Doutora Catarina Gomes, na revisão do texto.

Agradeço em especial à minha mãe, Joana Francisco Lázaro, aos meus irmãos, Adérito Lázaro Filipe, Hélder Lázaro Filipe, José Lázaro Fernandes e António Lázaro Fernandes; às minhas tias, Amélia, Ana, Manuela, Aida, por criarem o ambiente favorável ao meu trabalho e pelo apoio moral.

Não deixo de agradecer a minha companheira e amiga, Esperança Gaspar, pela ajuda preciosa, pelo carinho e compreensão das minhas ausências.

Ao colectivo do Projecto *Angola – Namíbia*, os meus agradecimentos. A Todos que directa ou indirectamente deram o seu apoio a este estudo, os meus profundos agradecimentos.



Map No. 3727 Rev. 2 UNITED NATIONS
October 1997 (Colour)

Department of Public Information
Cartographic Section

SIGLAS

AEA – Aliança Evangélica de Angola

ADRP – Programa de Desmobilização e Reintegração de Angola

AJAPRAZ – Associação dos Jovens Angolanos Provenientes da República da Zâmbia

ANC – African National Congress (Congresso Nacional Africano)

BPV – Brigada Popular de Vigilância

CAIE – Conselho Angolano de Igrejas Evangélicas

CEAST – Conferência Episcopal de Angola e São Tome

CICA – Conselho das Igrejas Cristãs em Angola

CICV – Comité Internacional da Cruz Vermelha

CITA – Conferencia de Igrejas de Toda África

COIEPA – Comité Intereclesial para a Paz em Angola

DA – Democratic Alliance (Aliança Democrática)

DPN – Departamento de Propaganda Nacional

ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola

GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

FAA – Forças Armadas Angolanas

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nation (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)

FCD - Fórum Cabindês para o Diálogo

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FAPLA – Frente Armada Popular de Libertação de Angola

FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FOCCISA – Fórum dos Conselhos de Igrejas da África Austral

FONGA – Fórum das ONG's Angolanas

JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

IECA – Igreja Evangélica Congregacional de Angola

IRSEM – Instituto de Reintegração Socioprofissional dos Ex-militares

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNRPD – Programa de Desmobilização e Reintegração de Deficientes Físicos

OGE – Orçamento Geral do Estado

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização de Unidade Africana

OPA – Organização do Pioneiro Angolana

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MPLA – PT – MPLA – Partido do Trabalho

LAC – Luanda Antena Comercial

RPA – República Popular de Angola

RNA – Rádio Nacional de Angola

TRC – Truth and Reconciliation of Commission (Comissão de Verdade e Reconciliação)

TPA – Televisão Pública de Angola

UNTA – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos

UNCHR – Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados

UNICEF – United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola

UNAVEM I e II – United Nations Angola Verification Mission (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola)

INTRODUÇÃO

1. Do problema à pergunta de partida

As guerras contemporâneas em África já não figuram no quadro das lutas anti-coloniais entre os poderes coloniais e os movimentos de libertação. Actualmente, os conflitos são marcados pela luta pelo poder político entre as forças internas dos Estados. Ao contrário da primeira metade do século XX e ao contrário das insurreições políticas, nos anos 1980 e 1990, o continente debate-se com lutas por interesses políticos, culturais, sociais e económicos. A violência derivada dos poderes autoritários transformou muitos países africanos em campos de combate que opunham os exércitos governamentais e forças rebeldes.

Passada a década de 1990, por altura das transições democráticas e dos processos de reconciliação, o continente passou a defrontar-se com o legado da violência, quer do período colonial, quer do autoritarismo político de partido único e das guerras internas.

Neste contexto, a violência social tende a cristalizar-se, dando azo a questões doravante cruciais que são (1) a constituição das identidades, (2) as modalidades de cidadania, (3) a gestão da mobilidade e da captação dos recursos minerais. Em muitos países, «a guerra criou condições para a emergência de novas formas de produção do político, um alto grau de articulação entre a conquista e o exercício do poder, por um lado, e a violência e a morte da população, por outro lado»¹.

Como resultado do processo de “libertação” e da influência das super-potências, no âmbito da guerra fria, o conflito armado em Angola antecedeu à proclamação da independência. Os movimentos de libertação «como tudo indicava, desentenderam-se, não aceitaram as regras do Acordo de Alvor² e, em vez de entrarem na prevista disputa eleitoral,

¹ Mbembe, Achille, «Al Borden del mundo: Fronteras, territorialidad y soberania en África» In Estudios Postcoloniales, Madrid: Edições Traficantes de Sueños, pp.168-174

² Na presença de Vasco Martins e Costa Gomes, respectivamente primeiro-ministro e Presidente de Portugal, Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi assinaram, pelos seus partidos, os chamados Acordos de Alvor. O consenso para o documento, de 60 artigos, foi obtido depois de seis dias de discussão. Nele se estabeleciam os mecanismos de partilha do poder até a proclamação da independência de Angola, marcada para 11 de Novembro de 1975. O processo deveria passar pela eleição de uma assembleia constituinte, após a retirada das tropas portuguesas de Angola. Alvor foi antecedido de inúmeros encontros secretos, iniciados três meses antes, tendo o texto final resultado de uma pré-cimeira realizada em Mombaça, no Quênia. Os três movimentos esboçaram então as formas de divisão de poderes e a estrutura do Governo de Transição, assim como a integridade do território e a data da independência (Luísa Rogério, www.makatuka.space.live.com)

para a constituição de uma assembleia representativa, deram início a uma guerra civil que foi crescendo cada vez mais, até a intervenção de tropas estrangeiras: zairenses, cubanas e sul-africanas, para além de mercenários»³.

De facto, no dia 11 de Novembro de 1975, a guerra batia forte em várias frentes. O MPLA tinha-se posicionado na capital e os seus adversários fizeram de tudo para tomar Luanda. Os sul-africanos pressionavam pelo sul, ao longo da linha do rio Ngueve. Por seu lado, os zairenses e mercenários procuravam passar pelo reduto do norte, em kifangondo, onde as tropas cubanas, apoiavam a brigada comandada pelo comandante Ndalo das FAPLA»⁴.

Perto das zero horas desse dia, Agostinho Neto, «perante a África e o mundo proclamou a República Popular de Angola. Nessa mesma altura, no Huambo se proclamava a República Democrática de Angola, onde o governo de coligação FNLA-UNITA⁵ durou pouco e, logo a seguir, a UNITA expulsou a FNLA do planalto central e do território sustentado pelas tropas sul-africanas, a sul do rio Ngueve. A FNLA passou a dispor da sua *república* no norte, e assim nascia, uma independência por cada movimento de libertação dos três signatários dos Acordos de Alvor. A RPA que viria a ser reconhecida, pelas Nações Unidas, em Outubro do ano seguinte, nascia assim a ferro e dos canhões, sem nenhuma transferência formal de poderes da potência colonial para os representantes do povo angolano, significando a sua proclamação um duplo golpe de força: um contra o Acordo de Alvor e outro contra o programa do próprio MPLA que previa também a constituição de uma assembleia constituinte representativa»⁶.

No que diz respeito ao processo político angolano e partir da independência, a literatura distingue duas etapas diferentes para a compreensão do conflito angolano. A primeira etapa começa em Março de 1975 e vai até à assinatura dos Acordos de Bicesse, em Maio de 1991, que conduziu à preparação e realização das primeiras eleições gerais em Angola, a 30 de Setembro de 1992. A segunda etapa do conflito começou logo após as eleições de Setembro de 1992 e prolongou-se até Abril de 2002 por altura da assinatura do

³ Pestana, 2008, p. 2

⁴ Idem, p. 3

⁵ Ngonda et al, 2002, p.25

⁶ Pestana, 2009, p. 3; cf. Malaquias, 2007, p. 39

Memorando de Entendimento do Luena. É de assinalar que a FNLA encontrava-se nesta altura fora da disputa político-militar, tendo, uma vez transformado em partido político civil, participando das eleições gerais de 1992.

No primeiro período, o país vivia sob o sistema político de partido único. Neste contexto, as forças políticas e sociais estavam aglutinadas em torno do partido que governava. Através da unificação do país, começou-se a projectar a ideia de nação angolana pós-colonial por via do *voluntarismo revolucionário*⁷. Ao proclamar a independência unilateral de país, o MPLA chamava a si a responsabilidade de conduzir o destino do povo de Angola. Como afirmava Agostinho Neto: «Nós, os milhões de Angola, vamos defender a nossa pátria, com catanas, canhangulos, armas de repetição ou automáticas. Vamos defender o nosso país, cada centímetro quadrado da nossa terra»⁸. Por sua vez, a maneira como assumiu a responsabilidade do destino dos angolanos criou um clima de «exclusão política»⁹ o qual decorria também dos desacordos políticos anteriores à proclamação da independência¹⁰. É de salientar que esses desacordos vão estar na origem de alguns dos argumentos para a guerra civil que se viveu nos anos a seguir à 1ª República até à morte em combate de Jonas Savimbi. Sendo o nosso objecto, dois aspectos importantes são de referir em torno do discurso político vanguardista da época.

Em primeiro lugar a continuidade da história de resistência, sendo o MPLA seu protagonista. Em segundo lugar, a unidade do território nacional como salvaguarda e manutenção do «Estado-revolucionário»¹¹. Procuraremos nas próximas linhas problematizar a forma sobre a qual são projectados o discurso e a história dos angolanos, enquanto discursos derivados do processo de libertação do jugo colonial, durante o período pós-colonial. Posteriormente, analisaremos como é que depois do término da guerra civil se tem formulado políticas de integração social.

⁷ “Voluntarismo revolucionário” é aqui entendido como a vontade política que motivou os actores à luta pela libertação do país e a criação da 1ª República Popular de Angola em 1975.

⁸ Agostinho Neto, 04 de Fevereiro de 1979, in In FAPLA: Baluarte da paz em Angola, (s.d), Edição: Departamento de Agitação e Propaganda – DPN/FAPLA, p. 5

⁹ Mabeko-Tali, 2006, p. 182-186

¹⁰ Cf. Savimbi, 1979

¹¹ Pestana, 2002

Para salvaguardar o território nacional, o governo do MPLA optou pela política da OUA (Organização de Unidade Africana), a qual advogava a intocabilidade dos territórios africanos, cujas fronteiras foram delimitadas pelas potências coloniais na Conferência de Berlim, em 1885. Esta organização política africana reconheceu aos diferentes Estados africanos a legitimidade de defender a soberania dos seus territórios, mares e fronteiras. Neste prisma, o partido MPLA manteve a integridade territorial do país. À unidade territorial adicionava-se o objectivo de construir o homem novo, epíteto do *novo-angolano*. O território, enquanto pilar do Estado, constituía-se também ele como um elemento chave para a abordagem sobre a qual se constituiria a nação angolana. A título de exemplo, a nação viria a ser evocada no slogan: *O MPLA é o povo e o povo é o MPLA*. Pela voz do então primeiro ministro de Angola, «no início da independência e no tempo de partido único se dizia que o povo é que manda, O MPLA é o povo e o povo é o MPLA estava-se a utilizar esses slogans como ideologia, o motor capaz de galvanizar as populações em torno do governo e do MPLA que estava e (está) no poder, para fazer face à tentativa de balcanização do país»¹².

A par da unidade territorial nacional utilizada como argumento político do governo do MPLA para a continuidade da constituição da Nação, outros recursos discursivos e simbólicos são usados, nomeadamente os que se referem às figuras nacionais, os heróis nacionais e consagra Agostinho Neto como herói nacional. No topo da pirâmide política, de facto «destaca-se o Dr. António Agostinho Neto, pelo papel decisivo que desempenhou e pela missão inspiradora e mobilizadora que conduziu. Ele foi, sem dúvida, a figura cimeira da luta de libertação, que hoje todos recordam com saudade. Foi também o continuador da resistência protagonizada no passado por outros grandes heróis do nosso povo, como Njinga Mbandi, Katiavala, Ndunduma, Ekuiki, Mandume e tantos outros»¹³. A esta visão de Estado opunha-se a produção dos discursos alternativos, porque os outros movimentos de libertação angolanos, FNLA e a UNITA, reivindicavam e reivindicam as suas próprias visões políticas de Angola¹⁴, as quais divergem da diferente da que é defendida pelo MPLA. Na realidade, a visão oficial é assente na ideia de territorialidade, cujo simbolismo é

¹² Van-Dúnem, 2004, p.107-108

¹³ José Eduardo dos Santos, 2005

¹⁴ Cf. Africano, 1995; Savimbi, 1979

esboçado no slogan: *De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só Nação*¹⁵. A vontade de unificar e construir a Nação começava assim a ser idealizada a partir do partido-Estado. No interior deste as organizações de massa foram sendo formadas, tais como os sindicatos dos Trabalhadores (UNTA e a BPV), agrupamentos juvenis (JMPLA e Organização do Pioneiro de Agostinho Neto) e a organização das mulheres do partido cuja projecção era no sentido de representar todas mulheres angolanas. O controlo religioso e as artes não escaparam a esta ambição de controlo.

Movimentos de libertação como a UNITA não se reconheceram, nem se reconhecem, na actualidade, no projecto de nação do MPLA. Ao contrário da projecção da Nação pelo MPLA, afirmava Jonas Savimbi que «a unidade nacional não se faz proclamando-a nos comícios. A unidade constrói-se como uma casa, a partir dos seus fundamentos, dos caboucos, pedra sobre pedra. Um cimento de educação política, consolidá-la-á. Mas leva tempo. Será a admissão do facto de que a unidade não está feita e terá de se fazer, que permitirá aos dirigentes encontrar os caminhos mais convenientes, com o mínimo de sangue e violência»¹⁶. Mais adiante acrescenta: «as palavras de ordem *um só povo e uma só nação* muito gritadas em Luanda em certa altura são palavras apenas. Vazias, ocas. Se o nosso objectivo político é a constituição de uma só Nação, é preciso saber que ela não existe. Tem se construir-se. E só aqueles que tiverem coragem de reconhecer esse facto, a partir da própria análise de divisão da acção colonialista, poderão realmente dizer, um dia, que há em Angola uma só Nação. Não a Nação forjada através dos canhões e dos morteiros. Essa não existe, porque ela morreu na alma»¹⁷.

Neste período, «não houve lugar para uma qualquer relação horizontal. Todas as relações eram pensadas e concretizadas como relações verticais, com o partido no topo da hierarquia organizacional. Não houve lugar a uma qualquer contradição ou mesmo diferença de interesses, ainda que circunstanciais, no seio do corpus social que não fosse

¹⁵ No pós-independência, o regime de partido único, saído das cinzas do confronto militar entre os movimentos nacionalistas, adoptou oficialmente uma política unificadora e redutora da identidade nacional, não tolerando as diferenças socioculturais. Ver: Lukombo, 2006: 105.

¹⁶ Idem

¹⁷ Savimbi, 1979: 90-91.

entendida como a expressão antagónica da “luta de classes”, ou seja, de uma acção ofensiva e exterior ao corpus social revolucionário»¹⁸.

A passagem do sistema político de partido único, nos finais dos anos 1980 coincidiu «com o chamado processo de transição para a democracia em África que também correspondeu, estando o país em guerra, a um processo de pacificação»¹⁹. Com os Acordos de Bicesse de 1991 e a realização das primeiras eleições gerais, cujo desfecho prolongou-se dando até aos Acordos de Lusaka²⁰, ainda na primeira metade década de 90. Este momento político pressupunha «quatro transições encetadas: da guerra para a paz; da economia centralizada para a economia de mercado, do partido único ao multipartidarismo e da miséria ao desenvolvimento»²¹.

Messiant e Alex Vines referem-se ao protocolo de Lusaka (1994), como um fracasso da paz²². Os Acordos de Lusaka previam a pacificação de Angola pela via da negociação ou partilha de poder entre o governo dirigido pela MPLA e a UNITA e a criação de um exército único. Culminaram com a sua assinatura, sob ameaça militar e pressão internacional. Esta pressão foi pelo desejo da comunidade internacional conciliar e obter uma estabilização do país que permitisse um desenvolvimento menos inseguro e mais vasto da economia e dos negócios. Esta vontade encontra-se manifesta nas palavras do Presidente Angolano que diz o seguinte: «Obtida a autorização da Assembleia Nacional para fazer a paz, conferi plenos poderes ao ministro das Relações Exteriores para proceder à assinatura do Protocolo de Lusaka nos termos da Lei Constitucional e eu ratifiquei esse protocolo de Lusaka, com vista à criação de condições favoráveis ao restabelecimento da confiança e da reconciliação entre todos os angolanos. É o virar de uma nova página da História de Angola que coloca novos desafios aos dirigentes políticos e aos governantes angolanos. Ampliar e consolidar as pontes do diálogo, apaziguar os espíritos e reconstruir no sentido material e moral a Nação não vai ser tarefa fácil, no momento em que a expressão de São Tomé “ver

¹⁸ Pestana, 2003, p.7

¹⁹ Pestana, 2005, p.198

²⁰ Referimo-nos como o segundo acordo político Lusaka (1994), sendo o primeiro em Bicesse (1991), por se tratar de um contexto político diferente em relação aos acordos realizados no âmbito da luta pela independência nacional.

²¹ Pestana, 2005, p. 198

²² Cf. Anstee, 1997, p.319-529; Comerford, 2005, p. 82-83

para crer” ganha força. Convido, assim, os dirigentes da UNITA a juntarem genuinamente os seus esforços aos do Governo para infundir confiança ao povo angolano»²³.

Uma das soluções deste protocolo, embora sem grandes efeitos sobre o núcleo mais forte de Savimbi, foi encontrada na formulação de um Governo de Unidade e de Reconciliação nacional, instituído a 11 de Abril de 1997,²⁴ três anos após a assinatura dos Acordos, sob o olhar de vários chefes de Estados africanos na capital zambiana. O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional - GURN incluía outras forças políticas resultantes das eleições de 1992 e manteve-se até à realização das segundas eleições em 2008²⁵.

No período pós-Lusaka, diante de «nem paz nem guerra»,²⁶ criou-se um ambiente de permissividade e consolidação do «açambarcamento económico, de modo a manter a hegemonia política e económica»²⁷ por parte dos principais actores envolvidos na governação do país²⁸. Desta forma, o protocolo de Lusaka criou uma lógica de impasse estrutural e o regresso à guerra (em 1995-2001) assume proporções elevadas e intensifica-se aos olhos duma comunidade internacional prisioneira dos interesses económicos criados pelas facilidades do regime, resultando naquilo que Paul Collier denomina como a *economia da guerra* ou ainda do ponto de vista da sociologia política, como predação²⁹.

²³ José Eduardo dos Santos, 1994

²⁴ Vines, 1995; Kibble, 2000, p. 95 e 2008, p.19-20; Messiant, 2005, p.141

²⁵ Sobre este assunto, um dos jornais privados em Luanda escrevia o seguinte: «as negociações entre o governo e UNITA, que culminaram com a constituição do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), foram longas, complexas e difíceis. Tudo foi discutido ao pormenor para não deixar dúvidas de interpretação do que estava a ser acordado – posições nos governos central, provincial e local, representações diplomáticas, forças armadas e polícia. Com efeito, o protocolo de Lusaka cobriu as questões políticas mais importantes, nomeadamente o mandato das Nações Unidas, o papel dos observadores, a conclusão do processo eleitoral e a reconciliação nacional. Nos termos do mesmo, a UNITA receberia 88 residências privadas, escritórios para o partido em cada província e na capital. No quadro do executivo, a UNITA teria as posições de Ministro nos Ministérios da Geologia e Minas, Comércio, Saúde, Hotelaria e Turismo; Vice-ministro nos Ministérios da Defesa, Interior, Finanças, Agricultura, Obras públicas, Assistência e Reinserção Social e Comunicação Social. Ficou também estabelecido que teria três governadores provinciais, sete vice-governadores, trinta administradores, trinta e cinco vice-administradores municipais e setenta e cinco administradores comunas. Em Abril de 1997 o GURN tomou posse. Desde então, vários membros da UNITA, nomeados para o executivo, alcançaram uma situação financeira e social invejável. Compreende-se o porque da permanência deles nesta fase pré-eleitoral. Afinal o “bife” está e sempre estará no governo», Semanário Angolense, 26 de Agosto/ a 02 de Setembro de 2006; Ver: Messiant & Griffithis, 2004.

²⁶ Messiant, 2006, p. 141

²⁷ Idem

²⁸ Cf. Pestana, 2005, p.199-200

²⁹ Cf. Messiant, 2002 e 2008; Pestna, 2005; Vallée, 2008

Fracassado o protocolo de Lusaka, com as sanções impostas à UNITA devido às sistemáticas violações dos acordos (Bicesse e Lusaka)³⁰, a Comunidade internacional sobre auspício da ONU, «[trouxe]ao governo angolano uma legitimidade julgada suficiente para obter pela guerra e para desenvolver a sua estratégia, excluindo quaisquer renegociações, visando a neutralização da ameaça militar constituída pelas forças da UNITA»³¹. Um dos principais políticos, deputado do MPLA, afirmava a sua opinião no seguinte: «em Lusaka foi negociada e acordada uma fórmula que permite a mais ampla acomodação política da UNITA e de Jonas Savimbi, apesar de derrotados eleitoralmente em 1992, em troca de *concessões militares* que, num país normal, nem se colocariam (desmantelamento do seu exercito privado e abandono de todas as áreas ocupadas pela força das armas). Como é de todo sabido, o governo cumpriu a totalidade das suas obrigações políticas, chegando a oferecer um cargo de vice-presidente a Savimbi, mas este recusou-se, até ao fim, a desmantelar a sua máquina de guerra para permitir a normalização da administração do Estado a todo o território do país³² (...) Novas negociações apenas são politicamente aconselháveis se os rebeldes depuserem livremente as armas como aconselhou a insuspeita Igreja Católica. Isso não significa que, enquanto isso não acontecer, o Governo deve limitar-se a tomar medidas de carácter militar para neutralizar a máquina de guerra de Savimbi»³³.

Com efeito, pelo forte apoio do partido no poder, MPLA, e pela comunidade internacional, o presidente angolano, declarou a necessidade de *fazer a paz pela via da*

³⁰ Sobre estes dois acordos políticos, escrevia um político angolano: “ a gestão dos acordos de paz para Angola (Bicesse e Lusaka) tiveram pressupostos políticos superficiais e fugiram sempre ao ataque frontal a questão central, a saber, a criação de condições de facto para evitar a retoma do conflito militar. Tal só se conseguiria, no contexto angolano, com a possibilidade de um acordo de segurança mutual para os dois beligerantes e o total e radical desarmamento de ambas as partes. Bicesse concebeu isso mas foi incapaz de o realizar e desprezou a pedra de toque que é a reconciliação nacional. Lusaka contando com novas relações de forças subverteu o princípio da equidade de tratamento da questão militar. Ausência de dessas condições conduziu a que nas situações de crise (conflito pós-eleitoral e impasse na gestão de Lusaka) se perdesse de vista a conquista da paz e se privilegiem outras legitimidades. No caso Bicesse, a “legitimidade eleitoral” interna e a “legitimidade externa da ONU” para mostrar ao mundo a sua capacidade de resolução de conflito e o enterro da Guerra-fria em Angola. No caso de Lusaka a legitimidade em advogar o incumprimento por parte de um dos beligerantes. [...] A única saída possível para os implicados nos acordos continua sendo a continuidade da Guerra. Ver: Messiant, in “Introdução”, Schubert, Benedict, 2000, A Guerra e as Igrejas (Angola 1961-1991), P. Schlettwein Publishing Switzerland, pp. 1-16.

³¹ Messiant, 2004 e 2005, p.142

³² Melo, in Semanário Agora, 12, Julho, 1999

³³ Idem

guerra. Como viria defender João Melo, «a guerra mantida pelo governo contra os rebeldes armados é uma guerra para defender a democracia e não apenas para, supostamente, eternizar no poder um governo e um partido. Significa isso que, por mais justas que sejam, eventualmente, as críticas e acusações ao actual regime angolano, no que toca à gestão do Estado, o mesmo tem toda a razão e legitimidade para tentar eliminar a máquina de guerra de Savimbi»³⁴. Porém, «criou-se a ideia de que havia necessidade de dar um período de graça aos militares para resolverem sem grandes interferências as questões da paz militar»³⁵. Este posicionamento não só punha fim ao ciclo de violações dos acordos pela UNITA, mas, sobretudo, reunia em si um empreendimento militar com vista a «desencadear uma guerra destruidora contra uma UNITA também convenientemente armada,³⁶ e que vai mais além do que aguentar as primeiras ofensivas. O que levou a Comunidade Internacional a intervir mais activamente ao lado do governo, efectivando sanções que enfraqueceram a capacidade militar da rebelião armada»³⁷.

A intensidade militar das Forças Armadas Angolanas – FAA, fizeram com que esta conquistasse as cidades do Bailundo e Andulo³⁸, tidos como bastiões militares da UNITA³⁹. Deste ponto de vista, de 1998 a 2001, com a declaração aberta sobre *fazer a guerra para alcançar a paz*, o território angolano conheceu dinâmicas destrutivas significativas, transformando-se no que se pode denominar como *domesticação da violência*. Sobre este aspecto, Patrick Chabal considera que a «violência em Angola pode ser vista essencialmente sobre dois tipos: um primeiro do Estado “socialista” monolítico e hegemónico, e, por outro lado, a violência causada por uma terrível guerra civil. O primeiro tipo, segundo Chabal, tem pouco a ver com a história do país e interpreta o projecto socialista em Angola como uma reacção primária da ditadura colonial. Tal como um segundo tipo de violência, a guerra civil tem uma perspectiva bastante directa com a história colonial e nacionalista angolana»⁴⁰.

³⁴ Ibidem, 26, Julho, 1999

³⁵ Pestana, 2002, p.151

³⁶ Graças ao tráfico de diamantes.

³⁷ Messiant, 2005, p.143

³⁸ Municípios estratégicos da guerra civil por parte da UNITA, situados na província do Huambo.

³⁹ Cf. Matos, 2002, p. 89-90

⁴⁰ Chabal, 1991, p.61

Importa salientar que devido à confiança das Forças Armadas Angolanas numa vitória militar⁴¹, pela primeira vez verificam-se contestações internas (ainda mais notáveis por ocorrerem em tempo de guerra), em relação à Constituição, e que se articulavam nos discursos das Igrejas Históricas. Num inédito acontecimento, estas Igrejas uniram-se num movimento pela paz (o COIEPA), «denunciando uma guerra julgada criminosa dos dois lados e preconizando a negociação com a UNITA e a instauração de um diálogo nacional»⁴².

Desta feita, o Presidente Angolano apontava três cenários possíveis para a rebelião de Savimbi. «O governo [achou] três cenários para a evolução deste processo. (1) E em conformidade com o Protocolo de Lusaka, Savimbi e as suas forças voluntariamente cessam as acções militares e terroristas, entregam todos as suas armas e equipamento militar às Nações Unidas, ou procedem à sua destruição, procede-se à desmobilização dos efectivos; (2) As acções militares e terroristas prosseguem, Jonas Savimbi é capturado em combate pelas nossas forças e então entregue à justiça; (3) Morto em combate assumindo ele próprio esta responsabilidade por não ter aceite a paz»⁴³.

Contra o discurso político da guerra, a contestação da Igreja representava uma afronta ao regime e também a contestação constrangedora para a «comunidade internacional, que só podia reconhecer nas soluções do conflito avançadas pelo COIEPA as que ela própria era suposta enunciar e defender»⁴⁴.

Em particular nos últimos anos – 1998-2002, a guerra em Angola transformou-se numa guerra para matar e destruir, numa guerra de destruição massiva de pessoas e infra-estruturas, numa guerra que ultrapassou os alvos militares para atingir e destruir tudo aquilo que estivesse sob controlo do *inimigo*⁴⁵. Mais do que uma guerra para destruir, a guerra angolana «era uma guerra para matar, não importava quem, importava apenas o lado onde a pessoa se encontrava no momento. Destruíu-se e mutilaram-se, física e psicologicamente as pessoas de forma intencional, destruíram-se fábricas, habitações, escolas e hospitais, minaram-se campos de cultivo. A filosofia deste tipo de guerra foi destruir ao máximo;

⁴¹ Cf. Brittain, 1996; Matos, 2002

⁴² Paiva, 1999, Messiant, 2005, p. 143; Kibble, 2008, p. 22, 23-24

⁴³ Semanário Angolense, 2002

⁴⁴ Messiant, 2005, p.143

⁴⁵ Cf. Lopes, 1999; Carvalho, 2009, p. 89

ganha a guerra, quem mais destrói. Importou-se armamento sofisticado e recrutaram-se jovens (em grande parte contra a sua vontade) que foram utilizados para empreender a guerra»⁴⁶. A «última guerra foi, em termos humanos e materiais, a mais destruidora de todas as que Angola conheceu no último meio século. As principais capitais de províncias foram duramente afectadas. O Kuito foi totalmente arrasado; Luena e Menongue parcialmente destruídas; Uíje e Malanje cercadas e bombardeadas durante semanas e meses. As cidades do Leste (Luena, Saurino e Dundo) foram isoladas do resto do país»⁴⁷.

Terminado o conflito armado que opunha uns aos outros, chegando ao ponto de dividir o país em duas partes, constatamos que, no período que se seguiu ao protocolo de Lusaka (1994) e os Memorandos do Luena (2002) e Namibe (2006)⁴⁸, com maior incidência para o primeiro, vem emergindo um discurso que se assume como sendo de reconciliação nacional. Este discurso de reconciliação envolve directamente os ex-beligerantes, os actores políticos e a generalidade da sociedade, com particular realce para os representantes das instituições do Estado, o partido que suporta o governo e o maior partido da oposição. Tal discurso é produzido de forma a atingir os mais variados pontos do país. Ao mesmo tempo, este discurso de reconciliação nacional traz consigo algumas preocupações que motivam o nosso questionamento.

Entretanto, começamos por construir o nosso objecto de estudo a partir da revisão da história da guerra em Angola, estabelecendo para o efeito, duas fases para o período de 1975 a 2002, subdividido entre 1975-1991 e 1992-2002. Optamos por estes dois períodos, compreendendo a complexidade em abordar uma mais pequena divisão do segundo período acima referido. Trata-se do período entre 1998 a 2006, marcado pelo processo de reconciliação em curso e da construção de nação, sem a análise deixar de parte a história e os acontecimentos políticos, sociais e culturais decorridos em Angola até a actualidade.

A morte de Savimbi, a 22 de Fevereiro de 2002, transformou a cena política em Angola e criou «novas possibilidades para a paz»⁴⁹. Com vista à construção da nação pela via da reconciliação, uma vez chegados a este momento de exposição, entendemos ser

⁴⁶ Carvalho, 2009, p.89

⁴⁷ Matos, 2002, p. 91

⁴⁸ Ver: Griffiths & Messiant, 2004, em particular sobre Cabinda, ver: Mabeko Tali, 2004.

⁴⁹ Comerford, 2005, p. 19; Wilson Mwaka, 2003

possível e pertinente formular uma **primeira interrogação** para melhor delimitar o nosso objecto de estudo.

Tratar-se de saber que papéis desempenham os discursos e as práticas dominantes para a reconciliação (integração social, política, económica e simbólica) e quais são os factores que servem de suporte para a constituição de uma identidade social abrangente, “nacional”?

Entendemos que o discurso dominante não existe por si próprio, mas num contexto social determinante, no quadro do qual se aperfeiçoa com outros discursos (alternativos). Neste contexto, fica difícil falar em discurso dominante, (entenda-se oficial) por si próprio, sem falar dos discursos alternativos com os quais aquele estabelece uma relação dialéctica.

Há exemplos de alguns países africanos que viveram conflitos armados, como o Ruanda e África do Sul, Moçambique e Serra Leoa. Segundo a literatura, o processo de reconciliação nestes países resolveu-se, recorrendo à justiça pelos tribunais comunitários, para o caso do Ruanda; à justiça e o mecanismo de confissão da verdade no caso da África do Sul; à reconciliação “sem justiça” ou perdão, para o caso de Moçambique e ainda, ao papel desempenhado pelos líderes comunitários nos chamados, os *rituais de purificação*⁵⁰, e pela Igreja católica com «a relevante intervenção da comunidade de Santo Egídio e do Arcebispo da Beira, D. Jaime, no processo de reconciliação para conseguir a paz»⁵¹. Por último, salienta-se o mecanismo combinado, justiça e TRC, para o caso da Serra Leoa, com particular realce para o papel desempenhado pelo tribunal especial⁵².

Uma vez formulada a nossa pergunta de partida, julgamos necessário reflectir sobre a nossa opção disciplinar, dado que nos confrontamos com questões do ponto de vista conceptual como discurso e prática, bem como reconciliação e nação. Procuraremos estabelecer linhas de orientação para a discussão de forma a encontrar a resposta a essa mesma pergunta.

⁵⁰ Hirsch, 2009, p.208

⁵¹ Domingos, 2004

⁵² Cf. Ekiyor, 2009, p. 153

2. Objectivos

Feitos os esclarecimentos sobre a direcção a seguir, podemos agora reorientar o **objectivo de estudo** da presente dissertação:

1) *Demonstrar, numa perspectiva sócio-histórica, a maneira como a “nação” em reconciliação continua a ser pensada pelas instituições do Estado e pelos dirigentes políticos do país;*

2) *Analisar quais os processos de integração social, políticos, económicos, simbólicos que são convocados para justificar e manter a reconciliação nacional;*

3) *Procurar as referências que servem de suporte para a reconciliação e constituição duma identidade social abrangente “nacional”.*

Este estudo é pensado numa perspectiva de análise multidisciplinar da política, privilegiando os actores internos e a sua representação institucional. Interessa o que dizem e fazem os actores e o tipo de políticas formuladas em razão da reconciliação. Estas relações dão corpo ao que se vai chamar de sociedade angolana, interacção entre indivíduos de diferentes estratos, de estratos iguais, identificados num espaço e contexto. Tendo em conta a abrangência, escolhemos enquadrar o trabalho no curso das transformações políticas até actualidade, entre aqueles que governam, actores políticos, produtores e detentores do monopólio da enunciação e os que são governados, receptores e reprodutores dos discursos enquanto práticas sociais e de mudança social. Na *Análise do Discurso* encontramos propostas teóricas pertinentes para o enquadramento conceptual do conceito chave: discurso, cuja utilidade é central para nossa abordagem.

3. Hipóteses

H 1: O processo de pacificação e de transição para a democracia pressupõe a aceitação e o alargamento da integração social de pessoas que eram excluídas da comunidade de destino, significando assim numa ruptura entre os discursos e as práticas.

Vimos que a independência trouxe um modelo de sociedade que excluiu do corpus político, sob critérios ideológicos e políticos. Importa saber como é instituída e realizada no discurso e na prática a comunidade de destino que é a nação?

H 2: A política de reconciliação nacional é determinada pela força e por um apelo efectivo ao «esquecimento» do passado e por uma «institucionalização do perdão».

4. Metodologia

Este estudo pretende produzir uma análise qualitativa dos discursos e das práticas dominantes de reconciliação entre as partes beligerantes do conflito angolano e em relação a sociedade na sua generalidade. A metodologia de pesquisa e a análise qualitativa a qual envolve uma atenção dos tópicos de interesse, explorando um número limitado de casos. Busca-se assim conhecer e compreender com alguma profundidade os valores, interesses e atitudes dos actores envolvidos.

Este tipo de metodologia envolve geralmente processos interactivos de recolha de informação, análise, constatações e novo questionamento. O material empírico a ser estudado para o nível do discurso será constituído pela recolha documental e demais materiais, assim como entrevistas semi-dirigidas realizadas com partes destes actores sociais. Pretende-se ainda beneficiar de parte dos resultados dos outros projectos para análise das práticas no âmbito da reconciliação nacional.

O estudo terá como foco central discursos oficiais, ou seja, os discursos e as práticas produzidas e reproduzidas pelos actores sociais em representação das Instituições do Estado.

A escolha dos métodos: (a análise documental e arquivos, pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-dirigidas, justifica-se porque entendemos que nos vão proporcionar um maior leque de informações, devido a natureza do tema em estudo.

O método de recolha documental e arquivos, permite-nos ter acesso às informações dos vários acordos de paz realizados pelos actores políticos e aos diferentes discursos dos actores social, para a além dos políticos. Permitiu-nos, ainda, ter acesso a um conjunto de publicações dos vários Jornais e revistas angolanas sobre o processo de reconciliação ao longo dos últimos 16 anos, bem como analisar os diferentes argumentos avançados nestes órgãos.

Já o método de pesquisa bibliográfica permite avaliar todo um conjunto de publicações académicas produzidos sob o processo de reconciliação, analisar o debate sobre

o tema e os principais argumentos, com vista a reforçar e situar o nosso estudo num panorama de pesquisa académica e não só.

Quanto às entrevistas semi-dirigidas, estas permitem-nos aprofundar aspectos do nosso estudo que não foram passíveis de aflorar com os outros métodos acima expostos. Elas proporcionam também esclarecimentos sobre a percepção dos diferentes actores sociais sobre a realidade angolana.

No decorrer da nossa discussão, procuraremos articular três conceitos centrais, discursos e práticas, reconciliação e construção da Nação. Ao operacionalizarmos esta combinação, consideramos ser pertinentes os enunciados, como instrumento de ligação entre os actores políticos e o público, aqui entendido como os receptores ou destinatários dos discursos e das práticas, entendidas como a materialização daquilo que é enunciado. Para o efeito, o processo de reconciliação nacional serve de pedra de toque para a projecção da nação.

5. Limitações do estudo

O presente estudo apresenta algumas limitações e temos a destacar principalmente a obtenção de informações fidedignas e oficiais em Angola. Dadas as dificuldades, recorreremos a fontes alternativas como a imprensa pública e privada e o pronunciamento das Instituições religiosas que serviram de fonte de informações. Um tema desta natureza requer maior tempo, e este factor também teve o seu peso na elaboração do trabalho. A reconciliação é um tema ainda recente e constata-se um certo receio em abordá-lo de forma não a criar constrangimentos por parte de quem serve de fonte de informação. Não nos foi possível realizar o número de entrevistas inicialmente pensadas, pelo que recorreremos a entrevistas de diversos actores sociais já publicadas nos órgãos de informação públicos e privados e a relatórios de organizações nacionais e internacionais.

6. Plano de exposição

Na introdução situámos a problemática da reconciliação e construção da nação no quadro da guerra, da exclusão política e da luta pelo poder.

No capítulo 1 fizemos o enquadramento conceptual do estudo a partir de três conceitos centrais, começando com uma teoria do discurso. De seguida, procuramos

desenvolver o conceito de identidade social e o seu enquadramento nas diversas abordagens. Mais adiante, analisaremos os paradigmas de reconciliação, sob duas diferentes perspectivas. Optamos por apresentar estas duas abordagens, dada a sua utilidade nos mais recentes estudos que versam sobre a reconciliação, destacando-se aqui os diferentes casos de reconciliação ocorridos na região austral. De facto tem havido uma evolução nas abordagens sob reconciliação, com maior incidência para a TRC. As duas abordagens são do maior interesse para nos permitir a extracção de elementos para o enquadramento do contexto em análise, o angolano.

No capítulo 2, apresentamos um historial da guerra em Angola a partir duma cronologia, a qual nos permitiu situar no tempo os discursos e as práticas de reconciliação após o fim do conflito armado em 2002.

Quanto ao capítulo 3, o estudo está dividido em subtemas que permitiram a discussão e a verificação das hipóteses levantadas. Procuramos desenvolver uma discussão dos discursos dominantes de reconciliação e construção da nação e as respectivas práticas, ligando assim à discussão da construção da nação no último subtema. Finalizamos o estudo com as considerações finais, a bibliografia e os anexos.

Capítulo. 1 - Do poder do discurso ao discurso do poder

1.1 Teoria do discurso⁵³

Mikhail Bakhtin concebe o estudo da linguagem como formulação em que o conhecimento é concebido, produzido e recebido em contextos históricos e culturais específicos. Ao mesmo tempo, reconhece que essas actividades intelectuais e/ou académicas são atravessadas por idiossincrasias institucionais e, necessariamente, por uma ética que tem na linguagem e em suas implicações nas actividades humanas, seu objectivo primário. Segundo Voloshinov, Medvedev e outros participantes do círculo de Bakhtin, este último jamais tinha postulado um conjunto de preceitos sistematicamente organizados para funcionar como perspectiva teórica analítica fechada. Estes autores criaram uma análise/teoria dialógica do discurso, perspectiva esta cujas influências e consequências são visíveis nos estudos linguísticos e literários e, também, nas ciências humanas de uma maneira geral⁵⁴. A relação «existente entre língua, linguagem, história e sujeitos que instauram os estudos da linguagem como lugares de produção de conhecimento de forma comprometida, são responsáveis, e não apenas como procedimento submetido a teorias e metodologias dominantes em determinadas épocas. Mais ainda, diz respeito a uma concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos apoiados nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados»⁵⁵.

1.2 Discursos e práticas dominantes

Discursos dominantes são, do nosso ponto de vista, os discursos das pessoas e instituições detentoras do poder político e económico, cuja base está assente numa elevada predominância dos dois poderes já referido. São discursos políticos ou públicos porque, são enunciados pelos actores políticos que detêm o monopólio da enunciação. Noutras palavras, através do poder que exercem sobre os meios de comunicação, estes conferem-lhes o potencial de enunciar ao público, de serem ouvidos e não sendo possível refutar tal ordem

⁵³ A teoria do discurso foi desenvolvida na Universidade de Essex, no Reino Unido a partir de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Logo desenvolveu-se em outras universidades no Reino Unido, Dinamarca e França.

⁵⁴ Brait, 2005

⁵⁵ Idem

comunicativa: «O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar»⁵⁶.

O enquadramento analítico de que daremos ao conceito de discurso, partirá de uma combinação de autores como Foucault, Fairclough e Van Dijk.

Para Foucault, discursos são estratégias para gerar poder e justificar as formas de definição e incorporação. Discursos são inseparáveis do poder; são os efeitos do poder, bem como os canais de poder. Por outras palavras, entende-se por discursos a função e articulação dos diferentes fenómenos através do enunciado, como o político e o social. Compreende o que é dito e feito, e são sustentados pelos que têm e exercem poder/saber na sociedade. Significa poder definir a forma como olhamos para nós mesmo, o “outro”, o mundo e o nosso lugar no mundo.

Concordamos com Fairclough, quando afirma que o discurso deve ser visto como uma prática social e não como actividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais.

Tal posicionamento tem algumas implicações. Em primeiro lugar, porque o discurso implica o modo de acção, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Trata-se de «uma visão do uso da linguagem que se tornou familiar por uma certa tradução da filosofia da linguagem, da pragmática. Em segundo, implica uma relação dialéctica entre o discurso e a estrutura social, ou seja, entre o discurso como prática social e a estrutura social sobre a qual ele é exercido»⁵⁷. O mesmo discurso pode ser moldado e restringido pela sociedade onde é exercido, por grupos sociais e por relações específicas em instituições. Quanto aos eventos discursivos específicos, estes variam em sua estrutura segundo o domínio social ou o quadro institucional pelo qual são gerados.

Entretanto, o discurso é socialmente constituído, porque contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, directamente ou não, moldam e restringem as normas e convenções, como também as relações identitárias e as instituições

⁵⁶ Foucault, 2006, p. 10

⁵⁷ Fairclough, 2001, p.90-91

que lhe são subjacentes. Ainda como prática social, Fairclough enquadra as práticas discursivas numa perspectiva dialéctica, na medida em que considera haver uma relação complexa e variável entre este e a estrutura social, a qual se manifesta apenas numa fluidez temporária e parcial. Discurso enquanto prática social tem várias orientações, económicas, políticas, culturais, ideológicas, sem que se possa estar reduzido tão-somente numa delas. O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades colectivas (blocos, comunidades e grupos), entre as quais existem relações de poder. Já enquanto prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo. Como refere Fairclough, as dimensões políticas e ideológicas não são independentes uma da outra, pois a segunda contém significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder.

Importa assinalar que Dijk entende a dimensão deste poder no discurso como dominação ou controlo de um grupo sobre outros e seus membros. Para este autor, o controlo é definido como acção sobre terceiro. Esse controlo dá-se também no interesse daqueles que exercem tal poder e contra os interesses daqueles que são controlados. O discurso de outros é uma maneira óbvia de controlo e de como o discurso e poder estão relacionados⁵⁸. Dijk sustenta a ideia que o controlo da mente é indirecto; aplica-se não só ao discurso como prática social, como também significa controlo da acção. A acção controlada pode ser discursiva, de modo que o discurso poderoso possa, indirectamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder. Se o discurso controla mentes e mentes controlam acções, então é crucial para quem detêm o poder controlar o discurso através dos meios de comunicação oficiais ou de outros canais⁵⁹ e eventos discursivos, aquilo a que denominamos mais acima como *monopólio da enunciação*⁶⁰. De acordo com Dijk, as estruturas sociais são observadas, experimentadas,

⁵⁸ As pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma instituição interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente crítica) ou pode dá-se o contrario, elas têm de falar ou escrever como são mandadas a falar e a escrever (Dijk, 2008)

⁵⁹ Em nome da guerra, os órgãos de comunicação social foram ‘enxertados’. A instrumentalização político-militar dos órgãos foi a lógica dominante nos 16 anos que se seguiram a independência. Os trabalhos jornalísticos reflectiam o estado da guerra conforme a visão do governo, quer para levantar o moral das tropas, quer para comemorar uma vitória ou até silenciar uma derrota (Mateus, 2004).

⁶⁰ Ver: Pestana, 2002.

interpretadas e representadas por membros sociais, como parte da sua interacção ou comunicação quotidiana. É a subjectiva representação, assim como modelos mentais de eventos discursivos, traduzidos em conhecimentos, atitudes e ideologias que, no fim, influenciam os discursos e outras práticas sociais das pessoas. Isto é, o *pensamento social* medeia a sociedade e as situações com o discurso.

Ao assinalar como fundamental «o controle das pessoas através dos modos de produção e distribuição, a influência decisiva sobre a mente das pessoas dá-se por meio de um controle antes simbólico que económico ou político»⁶¹, exercido sobre os mais vulneráveis nos domínios socioeconómicos (dinheiro, emprego, serviço de assistência social e outros), um componente importante desta manutenção do poder acaba por ser ideológico e manifesta-se em aceitação, negociação, contestação e consenso.

1. 3 Identidade social mais abrangente *nacional*

Identidade social é uma teoria exposta por Henri Tajfel e John Turner para compreender a base psicológica da discriminação intergrupo. Esta é composta por quatro elementos: categorização, identificação e comparação. Identidade social «é codificada como parte do *self* que se refere a cognições decorrentes das posições sociais ecológicas [...]. Identidade social refere-se a um sentimento de similaridade com os (outros)»⁶². Segundo Tajfel, identidade social «é conceituada como estando ligada ao conhecimento dos indivíduos pertencentes a um determinado grupo social e à significação emocional e avaliativa que resulta dessa associação de grupo. Assim, é através da sua pertença a grupos diferentes que os indivíduos adquirem uma identidade social que definem as suas posições específicas na sociedade. Contudo, a pertença a um determinado grupo contribui para o desenvolvimento de uma identidade social positiva se as características desse grupo forem comparadas favoravelmente aos outros grupos. Na comparação entre os grupos, os indivíduos tendem a estabelecer uma diferença, que é a favor do seu próprio grupo»⁶³.

A identidade social «pode ser concebida como decorrendo da resposta que os indivíduos dão à interrogação seguinte: Quem sou eu? [...] uma vez que a percepção da

⁶¹ Dijk, 2008, p.46

⁶² Deschamps e Devos, 1998, p.4

⁶³ Idem

realidade social se faz através da organização dos seres humanos em grupos ou categorias, é provável que uma parte da resposta a esta questão provenha de uma associação entre o eu e diversas categorias sociais»⁶⁴.

A [...] associação do eu a uma categoria social, quer dizer, o processo de auto categorização social, e a identidade que dele decorre, são determinados tanto por factores sócio-estruturais como por fenómenos de comunicação, de aprendizagem e de reflexividade. Contudo, uma vez associado o eu à pertença a uma categoria ou grupo social, os indivíduos levantam uma nova questão: “O que significa pertencer a este grupo?” A resposta a esta questão envolve actividades de comunicação através das quais são aprendidas ou criadas normas, símbolos, crenças e valores que tornam distintos os grupos a que os indivíduos associaram à sua auto-imagem daqueles que eles dissociaram dessa mesma auto-imagem. Mas, porque estas normas, valores ou símbolos são o produto de uma comunicação real ou imaginária entre membros de uma categoria social, eles não revelam da simples reflexividade individual, mas de uma reflexividade grupal. Essas normas e crenças são integradas na construção da auto-imagem, na construção dos atributos que definem os membros do endogrupo e do exogrupo, na construção de uma visão partilhada do meio envolvente e na visibilidade da diferença dos outros grupos.

Neste sentido, os membros de um grupo constroem e partilham não somente representações sociais sobre os atributos e traços de personalidade que definem os membros do seu grupo e de outros grupos (os estereótipos), mas também representações sociais de objectos ligados às actividades de «locomoção» dos grupos, de que os valores grupais são uma das expressões⁶⁵.

Esta identidade «é estabelecida na base tanto dos traços comuns como das diferenças perceptíveis »⁶⁶. As identidades obedecem ao duplo processo de integração (identificação) e de diferenciação (identização). Trata-se da «dupla dialéctica de inclusão e exclusão; distinções sociais de estratos, diferenciações sociais fazem com que as construções identitárias se processam em contextos societários historicamente

⁶⁴ Vala, 1997, p. 10

⁶⁵ Idem

⁶⁶ Carvalho, 2008, p379

determinados».⁶⁷ Deste modo, o conceito de identidade é aqui definido como relação social que implica simultaneamente a identificação e a identização. Numa dupla dimensão, na relação com o *outro*, por um lado, como a capacidade de inclusão em que os actores são capazes de se identificarem com conjuntos mais amplos. E por outro, pela capacidade de exclusão (delimitação em relação aos outros, distancias e fronteiras)⁶⁸. Outro aspecto a realçar no conceito de identidade como relação social, tem que ver com a sua dimensão política. Para isso, articularemos a nossa discussão com constituição da nação e realização da reconciliação pós-conflito. Do ponto de vista sociológico, a identidade é um elemento-chave da realidade subjectiva e, tal como toda a realidade subjectiva, encontra-se em relação dialéctica com a sociedade. A identidade «é formada por processos sociais, uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais»⁶⁹.

A forma como a identidade individual e compartilhada é construída, irá determinar como um indivíduo refere-se a esta imagem. Etnia, género, nacionalidade, estrato social e comunidade são aspectos em si que podem levar à interpretação complexa e conflituosa da imagem e seu significado como uma parte da mensagem pública de uma campanha organizada. Na verdade, a interacção de todas essas imagens e ideias de auto-criação, criam uma dialéctica constante na identidade do indivíduo.

A identidade «pode ser um espaço de negociação entre nós e os outros; constantemente vem sendo reavaliada e está muito ligada à circulação de significado cultural na sociedade. Além disso, a identidade pode ser intensamente política. Há esforços constantes para escapar, fixar ou perpetuar imagens e significado dos outros. Essas transformações são visíveis em todos os domínios, e as relações entre essas construções reflectem e reforçam as relações de poder».⁷⁰

Para melhor articulação do conceito de identidade social abrangente *nacional*, optamos em apresentar os argumentos do debate em Angola sob este assunto e as suas implicações para o presente estudo.

⁶⁷ Reis, 2002, p. 26; Moreira, 2007, p.35

⁶⁸ Idem; Moreira, 2007, p.36

⁶⁹ Berger, e Luckmann, 2004, p. 179

⁷⁰ Taylor e Spencer, 2004, p. 4

Em particular para o caso de Angola, e tendo como referência do contexto pós-conflito, interessa discutir a dimensão nacional. Esta discussão tem sido animada em grande medida por pelos investigadores angolanos com posições antagónicas entre as científicas e as de natureza política. Entendemos como identidade *nacional*, o sentimento de pertença a determinadas categorias sociais.

Por um lado, Conceição Neto, em sintonia com a perspectiva de *comunidade imaginada*, concebe a identidade social mais abrangente *nação*, não como uma realidade material, nem como a população, nem com o território por esta ocupada, ainda muito menos com as fronteiras de um Estado. Acrescenta ainda que esta identidade social mais abrangente também não se confunde com a unidade de língua ou religião. Costumes, ritos, ou semelhanças no modo de vida – que pode ser idênticas às de *estrangeiros* e diferentes no interior do mesmo grupo *nacional*. Embora se baseie em algumas dessas coisas para se distinguir dos *outros*, nenhum grupo constituirá uma *nação* se, acima de tudo, não tiver a consciência de uma *identidade nacional* comum.

A *comunidade de destino* implica uma história comum em muitos aspectos, o destino comum⁷¹, as memórias partilhadas (revalorizadas) ou *reivindicadas* por uma elite que procura fazer delas um *cimento* nacional. A consciência e valorização de uma identidade (sejam étnicas, religiosa, regional ou de classe) não são impeditivas da partilha doutras identidades⁷², permitindo cultivar a diversidade cultural sem pôr em perigo a construção da nação una, cuja expressão política no mundo contemporâneo é o Estado angolano (2003). Para esta autora, a *identidade angolana* tem, desde a génese, o selo da diversidade, opondo-se à imposição de um modelo único. Em relação à unidade nacional, defende um desenvolvimento que consiga uma maior integração económica, corrigindo os profundos desequilíbrios regionais (aos vários níveis: bens e serviços, educação, saúde, saneamento básico) e a macrocefalia de certas áreas, as injustiças sociais herdadas do passado colonial e aqueles que a situação pós-colonial fez surgir. Sem isso, não se eliminará as causas objectivas de ressentimentos e divisões.

⁷¹ . Como exemplo a luta de libertação nacional

⁷² O caso de Angola

Por outro lado, Paulo de Carvalho (2009) defende a nação como um agrupamento humano que, para além de partilham um território histórico, mitos e memórias históricas colectivas e uma cultura pública comum (elementos que estão presentes quando falamos de etnia), partilha também um sentimento de pertença a essa comunidade nacional. Tal como Conceição Neto, será indispensável a existência de uma consciência subjectiva de pertença à comunidade nacional, havendo para o efeito uma ideologia e vontade social de existência da nação, que é independente do facto de a nação congregar em si um Estado ou mais de um Estado, uma etnia, parte de uma etnia ou várias etnias. Este autor assinala a importante os integrantes da colectividade se sentirem cidadãos na verdadeira acepção da palavra, o que pressupõe uma elevada dose de igualdade de direitos perante o Estado e perante a sociedade.

Por seu turno, Caley constrói o seu argumento da *nação angolana*, a partir da conjugação das identidades étnicas. Para este, as etnias constituem em qualquer sociedade a base fundamental do projecto de construção da nação para o qual confluem violenta ou harmoniosamente. Defende ainda ser necessário proteger as etnias, porque delas depende substancialmente a maior variedade de identidades culturais que confluem para a *angolanidade*. Em relação à nação, considera fundamental «grande engenharia social, envolvimentos e esforços de todos os agentes de uma sociedade, pois, a ideia de nação não pode ser reduzida numa única dimensão, sendo uma realidade que está sempre em construção»⁷³.

Quanto a Sousa Jamba, «a noção de nação angolana é abstracta; há mesmo quem argumente, com certa lógica, que o acto de identificar-se com uma nação é inútil porque a essência da nossa identidade é cada vez mais variável, sendo um conjunto de valores que determinam a essencialidade da sua identidade. Esses valores no seu caso particular convergem para o Planalto Central, a região de Angola onde estão as suas raízes, concretamente a Missão do Dôndi, no Katchiungo, nas proximidades do rio Nharea»⁷⁴.

Conceição Neto (2003) defende ainda que a pós-independência em Angola gerou um paradoxo entre a consciência nacional e a unidade nacional. Aprofundou-se, por um

⁷³ Caley, 2006, p. 170

⁷⁴ Semanário Angolense, 2009

lado, a consciência nacional devido à consciência de *ser angolano*, às concentrações urbanas, à mobilidade populacional e convivência entre pessoas de diferentes origens e escalões sociais, dentro do mesmo espaço; mas por outro, fragilizou-se a unidade nacional, sendo a guerra um impedimento para a consolidação do projecto nacional. Neste particular, Carvalho defende, que no decurso do regime totalitário da 1ª República (1975-1991), houve imposição política de existência de nação. Com a abertura democrática em 1991, os angolanos começaram a fazer jus às diferenças que os separam (sejam étnicas ou raciais⁷⁵, sejam regionais ou religiosas), o que constitui [u] sério travão à consolidação da identidade nacional. Este autor defende a não existência da nação, não havendo ainda uma consolidação da consciência nacional, e sublinha um conjunto de indicadores para a não realização da nação^{76 77}.

A construção da nação angolana exige a unificação e a organização do espaço herdado do capitalismo colonial e a integração das diferentes sociedades africanas, tendo por base as suas diferenças. A nação é uma condição *sine qua non* da definição de uma formação social angolana acabada. Ela compreende todo o território de Angola no momento de sua independência (compreendendo Cabinda), todas as etnias e todas as raças que compõem o povo angolano. A nação significa que o povo angolano é chamado a participar plenamente na definição de seus interesses, de suas necessidades e dos meios para obter suas satisfações e sua defesa. Este projecto nacional deve ter como base aquilo que une o povo angolano: sua história comum e suas características específicas, o pluralismo cultural e linguístico, a produção e distribuição da riqueza, a ajuda mútua e a solidariedade. Dessa forma, os interesses nacionais não devem dividir ou separar a comunidade nacional, nem criar desigualdades económicas e sociais inaceitáveis para nenhuma componente da nação, seja ele qual for. Sem o povo não existe nação e, ainda menos, projecto nacional.

⁷⁵ Ver: Reis, Fidel Raul Carmo – Angola: práticas políticas e lutas de classificação: reavaliação das propriedades ráticas / características somáticas em contextos de crise (1962-1964, 1992-1996. Lisboa (s.n), 2002, 152-35 p.) tese de mestrado, ISCTE- IUL. Ver: Pinto, Aberto de Oliveira, “ O discurso da “ raça” em Angola: um obstáculo à construção da democracia?” In Vidal, Nuno, Andrade, Justino Pinto de, O processo de transição para o multipartidarismo em Angola, 3ª edição, Firmamento, 2006, pp. 111-123.

⁷⁶ Carvalho, 2008, p. 68; 2009

⁷⁷ Ver: Carvalho, Paulo de, “ A luta anti-colonial em Angola na visão de Carlos Serrano” In Semanário Angolense, Edição nº 335, de 26 de Setembro de 2009.

Entretanto, importa distinguir o projecto de uma classe social angolana do projecto de nação. Ambos se podem cruzar, dependendo do momento histórico, mas são, na maioria das vezes, distintos, visto que o povo é o conjunto de cidadãos e não um grupo determinado. Este conjunto corresponde a uma colectividade mais ou menos estreitamente associada e considerada em referência ao território que habita ou do qual é originária, ou seja, a nação angolana. Isso implica a posse comum de um legado histórico e a vontade de viver juntos, de partilhar não apenas a herança do passado mas também o futuro. A nação, na qual se insere o povo angolano, deriva de uma vontade comum de constituir uma sociedade política autónoma, posta ao seu serviço. O povo está acima do Estado, pois este não é mais que uma forma, entre outras, de se organizar a defesa dos direitos do povo contra o abuso dos projectos individuais das classes sociais angolanas, aliadas a interesses estrangeiros. A relação entre a sociedade civil e a sociedade política representa, no entanto, o cerne da possibilidade de um projecto nacional e popular, condição da construção de uma formação social angolana a ser alcançada. A pequena burguesia, a maioria camponesa e os trabalhadores angolanos formam o povo e o conjunto que deve definir os interesses nacionais⁷⁸.

Nesta ordem de ideias, optamos pela perspectiva de «comunidade política imaginada como inerentemente limitada e soberana». É imaginada, porque os membros da nação mais pequena não conhecerão jamais a maioria dos seus compatriotas, não verão, nem ouvirão falar deles, mas na mente de cada um vive a imagem da sua comunhão. A nação é limitada, porque inclui na maioria milhões ou milhares de seres humanos vivos, tem fronteiras finitas, ou elásticas, pela qual se encontram outras nações. Nenhuma nação se imagina com as dimensões da humanidade. É soberana, porque é um conceito evoluído das revoluções e etapas das sociedades, onde se inclui o pluralismo e a maturidade da história humana traduzida como emblema e garantia nos Estados modernos. É comunidade, porque, independentemente da desigualdade e da exploração cujos efeitos podem prevalecer em cada caso, a nação concebe-se sempre como uma companheira profunda e horizontal⁷⁹.

⁷⁸ Santos, 2001, p. 102-133

⁷⁹ Anderson, 1993, p.17-25

A «nação é um plebiscito de todos os dias»⁸⁰. Neste caso, Angola será posta à prova todos os dias e tem que se sujeitar ao veredicto do povo, sendo uma obra inacabada, cujos planos mudam consoante o rumo da discussão. A identidade nacional é um processo de negociação constante e um resultado da imagem que projectamos sobre o *angolano*. A ideia da nação angolana, enquanto uma *comunidade de destino*, será o centro pelo qual seguirá a nossa abordagem, uma vez que, conscientes dessa possibilidade, ao afirmar-se “ ser angolano”, está-se a reconhecer uma existência dessa imagem. Contrariamente ao que se vem discutindo, a nação não deixa de existir quando decide-se pôr em causa a sua existência por ausência de indicadores, sejam culturais, ou socioeconómicos, cuja importância não deixa de ser relevante.

1. 4 Reconciliação

O termo *reconciliar* é derivado do latim *re* que significa *volta*, juntar as partes. Reconciliar refere-se ao relacionamento, indicando uma situação pós-conflito, desacordo, ou a superação dos mesmos. Em síntese, é frequente o uso do termo para se referir a um sem número de estratégias centrais para a construção da paz⁸¹. Ora, a reconciliação não é um instrumento por si só, estruturalmente, que se aplica como reconstrução de instituições, mas é, essencialmente, uma entrada que foca o relacionamento entre grupos de indivíduos, comunidades ou países, etc.

A reconciliação tem-se apresentado, como um conceito divergente que incorpora cinco linhas distintas de abordagens. Segundo Ferreira citando Brandon Hamber e Hugo van der Merwe, no estudo do caso sul-africano, são identificadas cinco possíveis abordagens em torno da temática de reconciliação pós-conflito. A primeira, dissolução de identidades resultante das contendas, está mais identificada com o caso em estudo; a segunda é baseada no entendimento inter-comunitário (aponta para comunicação e estabelecimento de ponte entre comunidades com diferentes culturas, ideologias e histórias); uma terceira é assente na ideologia religiosa (colocando o ênfase a confissão, a honestidade e ao perdão entre inimigos); a quarta é salvaguardada por uma abordagem dos direitos humanos (segundo a qual deve existir uma interacção social reguladora, através do

⁸⁰ Macamo, Elísio, «A nação moçambicana como comunidade de destino», In Lusotopie, 1996, p.358.

⁸¹ Lederah, 1997, p.23; Bloomfiel, 2003, p. 12; Grohman, 2009, p. 4

Estado de direito e da prevenção de que certas violações de direitos não voltem a se verificar); a quinta, e última, encara a reconciliação como uma forma de construção da comunidade. Encerra os conflitos como disruptores de uma rede de relações de interdependência anteriormente existentes nas comunidades, pelo que a reconciliação passaria por um processo de recuperação da confiança e de reconstrução de laços interpessoais e intergrupais, essencialmente ao nível local. Numa outra abordagem, vários autores entendem a reconciliação como um processo de acomodação entre pessoas ou grupos com perspectivas e interesses antagónicos, e outros encaram-na do ponto de vista pró-activo e não estático como as cinco acima referidas.

1. 4. 1 Abordagem de Peace-building

Considera-se que a reconciliação se deve inserir na dinâmica das relações sociais e das novas percepções e experiências partilhadas entre os grupos em confronto. A reconciliação, a este nível de percepção, poderá dar lugar a uma *transformação do conflito*, conceito assente no pressuposto da paz como processo dinâmico e não-finito, em que os conflitos sociais não são nem fenómenos de curto-prazo, nem podem ser eliminados permanentemente, mas antes devem ser alvo de uma transformação no sentido de melhorar a comunicação e compreensão mútua entre os grupos sociais, promovendo formas não-violentas de expressão das tensões sociais. O mesmo é apresentado como um processo contínuo e no centro das actividades da construção da paz; uma ferramenta para a transformação das dinâmicas negativas em positivas. É vista, ainda, como reconstrução, não apenas do ponto de vista de estruturas físicas, mas sobretudo à reconstrução de seres humanos, da estrutura social, da cultura, do ambiente de uma cultura de paz, conduzindo a uma coexistência pacífica. Alguns autores criticam o ênfase elevado com que se dá a reconciliação nacional, enquanto mera resolução de conflito entre as partes antagónicas. Nesta aplica, ela é vista como um instrumento de exercício político formal, muitas vezes de transição política rápida e limitada pela natureza dos acordos de paz, ao pretender encerrar o passado, salvar o Estado, mas sem curar e envolver a fundo a sociedade⁸².

Pankhurst, Lerche & Merwe, citados por Ferreira, enfatizam a importância das condições económicos e políticas em que decorre o processo de reconciliação, o qual não é

⁸² Ferreira, 2005, p. 12

senão uma parte da agenda mais vasta de mudança política que permite promover a boa governação e assegurar a credibilidade interna e externa dos novos regimes. Estes autores sugerem uma abordagem da *peace-building* que engloba a necessidade de transformação das relações Estado-sociedade, para que as instituições políticas sejam no futuro capazes de mediar os interesses dos vários grupos sociais de uma forma mais equitativa, justa, e principalmente, não-violenta. Neste âmbito há que promover reformas estruturais (institucionais, políticas e económicas) com vista à justiça social.

1. 4. 2 Abordagem de Justiça e Verdade - TRC

Os conflitos violentos na região sul de África, ao longo das últimas duas décadas, foram intensos e prolongados e tinham suas origens relacionadas com a diferenciação *racial*, a terra, o trabalho e os direitos políticos, os quais derivaram predominantemente da herança europeia, da dominação e da conquista colonial. No entanto, desde a última metade dos anos 80, o ambiente de segurança no sul do continente tem assistido a uma transformação notável. As duas principais fontes de conflito na região - a Guerra Fria e o *apartheid* - desapareceram. As ideologias, estratégias e imperativos logísticos que alimentaram e sustentaram, na região, muitos dos conflitos intra e inter-estados supõem-se que terão desaparecido. Neste contexto, muitos dos conflitos históricos da região foram resolvidos, principalmente, através de um processo de negociações internas, mediado pela antiga potência colonial, ou com o envolvimento de um leque de actores externos⁸³.

O processo de reconciliação na África do Sul, de um modo geral, estruturou as abordagens contemporâneas sobre esta temática. Embora seja apresentado como sucesso, hoje novas abordagens vêm demonstrar um aumento das tensões sociais em termos de justiça social, e um aumento dos focos de violência, atribuído às por assimetrias sociais, o que ameaça a reconciliação nacional. É de salientar que o processo de reconciliação na África do Sul teve um percurso diferente dos demais⁸⁴, porque procurou individualizar, ou seja, atribuir a responsabilidade a cada cidadão, através do mecanismo de TRC (Truth & Reconciliation Commission⁸⁵). Este método, resume-se na confissão da verdade

⁸³ Batchelor e Kingma, 2004, p.1

⁸⁴ Em particular dos casos Moçambicano e Ruandês.

⁸⁵ “Comissão de Verdade e Reconciliação”

individual referente ao passado conflitual. O mecanismo de reconhecimento fez com que cada cidadão se sentisse parte do problema e, conseqüentemente, da sua solução. Hoje, 15 anos depois, há contestações segundo as quais o dia 15 de Dezembro, data que homenageia a reconciliação não passa de um feriado nacional e cada vez menos interesse provoca nos cidadãos: «I, however, have a confession to make: I don't know of anyone who celebrates the “reconciliation” in Reconciliation Day, at least not for what I think it was intended by those well-meaning custodians of our democracy. Come to think of it, not many people even remember why December 16 is a public holiday»⁸⁶. Independentemente do partido no poder ANC (African National Congress) e DA (Democratic Alliance), principal partido da oposição fazem muitos apelos como: «We celebrate these efforts and renew our commitments to achieving a united, safe, prosperous and free society in which all South Africans have the opportunity to achieve their dreams»⁸⁷.

Por sua vez, o partido dos Democratas Independentes (ID) considera a África do Sul como «um país traumatizado que ainda precisa duma definição tangível e prática da reconciliação, e de saber exactamente quem deve reconciliar-se com quem. A nossa definição actual é extremamente unilateral, pois é um apelo aos negros para perdoarem os erros do passado, mas não existe apelo aos brancos para se exprimirem e apresentarem desculpas»⁸⁸. Paradoxal, as tensões sociais continua a marcar o espírito de reconciliação⁸⁹.

Do ponto de vista sócio-psicológico, a reconciliação pós-conflito passa pela reconstrução de identidades onde há lugar para o reconhecimento da dignidade do outro. Este processo passa, também, pela compreensão das raízes mais profundas do conflito, tais como as desigualdades sociais e económicas entre as comunidades divididas. Ela requer a participação activa das comunidades no sentido de anteciparem um futuro partilhado, no qual deve haver um nível de segurança e liberdade suficiente, de forma a tornar credível a transformação das fontes de divisão.

⁸⁶ Valencia Talane, in Mail & Guardian, 2009

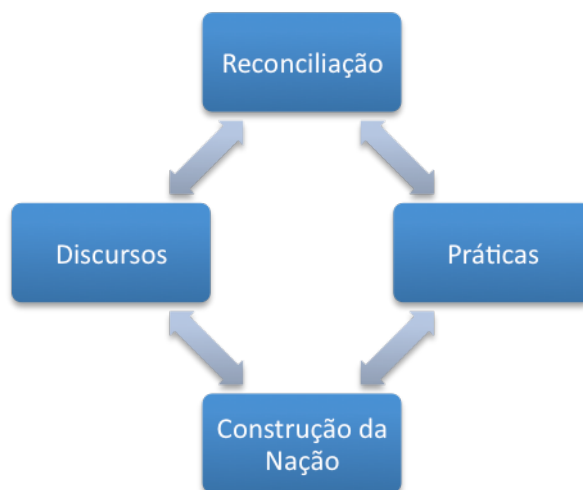
⁸⁷ Mail & Guardian, 2009

⁸⁸ Jornal O País, Moçambique, 2009

⁸⁹ Cf. Rivière, 2008

Tal processo exige uma vontade política por parte dos governos para que haja uma mudança de cultura política, pois alguns desafios, como a superação dos traumas e do medo, que passam pela reconstrução psicológica e a superação da cultura de violência, só fazem sentido numa base de consciência e coexistência pacífica. Segundo Giddens, «a reconciliação é alcançada através da influência atribuída aos valores normativos a dois níveis: como elementos da personalidade e como componentes nucleares da sociedade. Interiorizados ao nível da personalidade, os valores proporcionam os motivos ou as necessidades-disposições que induzem a conduta do actor; ao mesmo tempo, ao nível do sistema social, e enquanto normas institucionalizadas, suportam o consenso moral que permite integrar a totalidade»⁹⁰ Para o mesmo autor, o *voluntarismo* surge fortemente reduzido para tornar possível uma explicação da motivação pela teoria social, [...] relacionada, por via das normas, com as características dos sistemas sociais. A conduta dos actores em sociedade é abordada como o resultado de uma conjuntura de determinantes sociais e psicológicas, na qual a primeira domina, as últimas através da influência-chave atribuída aos elementos normativos.

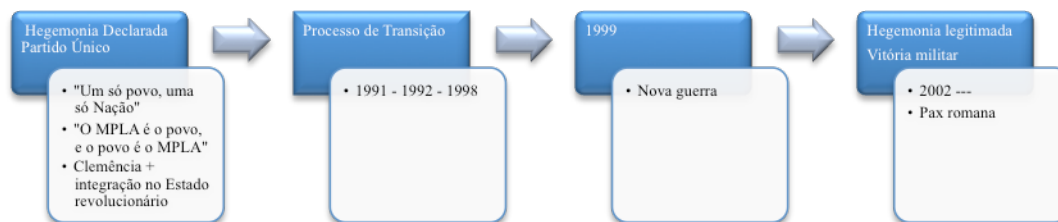
Figura 2. Esquema de interconexão dos conceitos centrais



⁹⁰ Giddens, 2008, p. 7-8

Capítulo. 2 – A sócio-história da reconciliação

2.1 Cronologia da guerra à reconciliação



A literatura sobre a guerra em Angola é vasta e pode ser dividida em dois períodos, que são a guerra anti-colonial (1961-1974) e a guerra pós-colonial (1975-2002), subdivididos em três fases importantes: 1961 à 1974; 1975 à 1992 e 1992-2002. A primeira está relacionada com a guerra anti-colonial e a formação dos movimentos de libertação em Angola, entre eles o MPLA, a FNLA e a UNITA. Entre os dois grandes períodos iremos destacar algumas teses sobre o conflito em Angola.

A primeira tese tem como argumento a questão ideológica que marcou a divisão, e não unificação, entre os três movimentos de libertação nacional. Já no período pós-colonial, a segunda tese tem como argumento a luta político-militar pelo controlo dos recursos naturais em Angola, denominada como uma *maldição*. Isto é, o facto de o país ter recursos naturais em abundância esteve na base da guerra. Ainda no âmbito da segunda tese, alguns autores defendem que o conflito em Angola envolveu o aspecto étnico ou regional. O MPLA contava com o apoio das elites crioulas de Luanda e em grande medida, do segundo grupo etnolinguístico Kimbundu do litoral-norte do país. A FNLA contava com o apoio do terceiro maior grupo etnolinguístico, Bakongo e a UNITA com o apoio do maior grupo etnolinguístico, Ovimbundu. Há, ainda assim, alguns autores que se destacam na análise da fase de internacionalização do conflito em Angola, com o envolvimento das potências mundiais, EUA e URSS, e dos apoios regionais, por parte das forças zairenses e sul-africanas no conflito. Parte desta literatura narra aspectos da guerra directamente ligados à

batalha do Kuito Kuanavale. Entre estes autores, destacam-se os sul-africanos e cubanos, com quase ausência de obras por parte de autores angolanos sobre este período específico⁹¹.

De seguida, entre o segundo grande período, 1991- 2002, o argumento dos autores baseia-se na rejeição dos resultados eleitorais de 1992 por parte da UNITA, sendo que a mesma organização política não se havia desarmado aquando dos Acordos de Bicesse (1991). Este argumento dá continuidade ao que depois ocorreu com os Acordos de Lusaka, em 1994, onde mais uma vez a UNITA não levou a sério o compromisso político-militar. Para este efeito, o MPLA fez uso das vantagens que a UNITA lhe colocou à disposição.

De 1991 à 1992, parte da literatura refere-se à transição política e económica do país. Aqui defende-se a tese de uma bipolarização da guerra em Angola, com enfoque para os dois principais partidos políticos; a UNITA como força rebelde e o MPLA no controlo das instituições governamentais. Desenvolveram-se, assim, as análises sobre a predação do Estado pós-independência e as consequências sociais da guerra, sobre a destruição da economia nacional, das infra-estruturas sociais, e sobre a insuficiência do aparelho do Estado na garantia da qualidade de vida dos angolanos.

Finalmente, parte da literatura mais recente faz referência as tentativas fracassadas para a reconciliação. Em primeiro lugar, uma reconciliação e unificação entre os três movimentos de libertação, hoje partidos políticos civis, nos Acordos de Alvores (1974), com a potência colonizadora Portugal. Em segundo, analisam-se os Acordos de Bicesse (1991) e Lusaka (1994) para a transição política e económica, sem esquecer dos Acordos de New York (1988) e Gbadolite (1989), sendo que o primeiro definiu a retirada das forças cubanas e sul-africanas do território angolano, culminando com a Independência da República da Namíbia em 1990. Em terceiro, aborda-se a reconciliação como marco final da guerra civil ou partilha do poder, como viriam a ser as linhas de força dos Acordos de Lusaka (1994) e do Memorando do Luena (2002), o qual culminou no estender da guerra até a morte em combate do líder guerrilheiro da UNITA, Jonas Savimbi, em 2002. Importa realçar que pouco ênfase é dado à análise da guerra no enclave de Cabinda, protagonizada pelas forças da FLEC e o exército governamental, que só em 2006 conheceu um Acordo político e militar. Passado 2006, são vários os relatórios de organizações internacionais e nacionais

⁹¹ Cf. *Semanário Angolense*, 2009

que defendem a existência de um conflito de baixa intensidade na província mais a norte de Angola, resultante em torturas e violações sistemáticas das liberdades⁹² dos cidadãos nacionais. A literatura especializada na análise da guerra em Cabinda⁹³ defende que as forças rebeldes são motivadas pela riqueza que a província ostenta, e que o *governo de Luanda* não quer perder, quando este proclama defender as fronteiras de *Cabinda ao Cunene*. Jean-Michel Makebo Tali destaca três factores concretos na sua análise que caracterizam o problema em Cabinda e de Angola em geral. O primeiro, para este mesmo autor, está relacionado com a história colonial; o segundo, com questões de natureza socioeconómica e identitária; e o terceiro, de natureza geoestratégica, mais concretamente no que diz respeito aos recursos naturais.

A ênfase desta literatura recai para os jogos de interesse por parte das duas forças beligerantes. Destacam-se a este nível, autores como Christine Messiant (1995-2008) e Michel Comerford (2002), na análise das tentativas de reconciliação e Paulo de Carvalho (2005) que refuta a tese, segundo a qual a guerra em Angola teve motivações étnicas. Este autor, e outros, enfatizam em seus trabalhos de investigação as consequências directas da guerra civil, tais como os deficientes físicos, viúvas e crianças órfãos, resultado da exclusão social de grupos mais vulneráveis⁹⁴. Convém assinalar que o trabalho de Christine Messiant vai muito para além da análise sob a guerra civil.

⁹² Ver: o Relatório com o título “ Puseram-me no Buraco”, da organização internacional Human Rights Watch, Junho de 2009.

⁹³ Para melhor compreensão da questão sobre Cabinda, ver: Jean-Michel Mabeko Tali, “ Cabinda between no peace and no war”, In Meijer, Guus, From military peace to social justice? Accord, Conciliation Resources, issue 15, 2004, pp. 36-39.

⁹⁴ Ver: a tese de Doutoramento de Paulo de Carvalho, publicada em livro: Exclusão social em Angola: o caso dos deficientes físicos da cidade de Luanda, 2009 e os trabalhos em torno da pobreza dos grupos mais vulneráveis.

2. 2 Reconciliação nacional

A reconciliação em Angola é tida como o momento da história que marca o fim da guerra entre o governo e a UNITA, independentemente da forma como têm sido implementadas as políticas de reintegração, desmobilização com vista ao apaziguamento dos ressentimento em ambas as partes. Porém, numa ideia parece haver consenso: a de que a guerra é um passado distante.

Sete anos após o término da guerra civil, o país enfrenta outros desafios, sendo a reconstrução do país e o crescimento económico, os novos emblemas da actualidade política nacional. Todavia, as assimetrias sociais, pelas omissões das políticas sociais, não deixam de fazer as suas vítimas. Para o efeito, se instala o paradoxo, entre desenvolvimento humano e crescimento económico. Este último, tão propalado pela imprensa nacional e as suas congéneres internacionais, não produziu os efeitos esperados pelas populações, resultantes das expectativas criadas com o advento da paz. Por outro lado, constatam-se manifestações por parte das organizações sociais, mesmo silenciadas, quanto a preocupações sobre a paz e a justiça social em substituição da paz militar. Para Deborah Berleniz «pela primeira vez em vários anos de [confronto armado], o país acredita que a guerra acabou e uniu-se na busca dos desaparecidos»⁹⁵.

Enquanto mecanismo de promoção da reconciliação, houve uma campanha desenvolvida inicialmente pela estação televisiva nacional TPA, da qual mais tarde o governo angolano assumiu o controlo, para promover a busca dos desaparecidos durante as fases do conflito armado. Para o efeito, foi instituído o programa televisivo *Nação Coragem*, em 1999, sobre responsabilidade directa da estação pública e da Rádio Nacional de Angola (RNA), com o apoio de técnicos e jornalistas brasileiros, num protocolo de cooperação técnico-científica entre os dois países. Um dos objectivos iniciais foi a promoção e educação para a prevenção ao HIV e, posteriormente, passou-se para o processo de buscas e reencontro como prioridades nacional, visto que este problema afectava a sociedade em geral.

⁹⁵ Jornal O Globo, 2002

É de assinalar que, muito antes do envolvimento das instituições nacionais, já havia em algumas localidades de Angola campanhas da Cruz Vermelha Internacional, com vista à busca e reunificação das famílias. Numa primeira fase, a Cruz Vermelha Internacional conseguiu devolver às suas famílias cerca de duas dezenas de crianças, facto que fez despertar a sociedade para a importância do reencontro das famílias separadas pelo conflito.

Ainda assim, no que toca à ajuda social, a Cruz Vermelha Internacional esteve em parceria com instituições angolanas na promoção e assistência das famílias carentes, em particular às vítimas das minas⁹⁶. Segundo Maryse Limoner: «desde 2002, o CICV vem pouco a pouco adaptando suas actividades e sua estrutura de acordo com as necessidades. Fechamos o escritório de Kuito em 2006 e os escritórios de Luena, Lubango e Huambo em 2008. Em Junho de 2008, o CICV concluiu suas actividades de reabilitação física e entregou o programa para o Ministério de Saúde de Angola».⁹⁷ Em relação às famílias separadas, desde 2002 foram solucionadas 2 mil solicitações, 750 pessoas reencontraram os seus parentes, e 433 mil mensagens foram enviadas pela Cruz Vermelha⁹⁸.

A 24 de Abril 2000, um ano depois da entrada em emissão do programa *Nação Coragem*, a estação televisiva Pública emitiu imagens de vídeos gravados, capturados aquando a tomada dos municípios do Andulo e Bailundo pela FAA, contendo discursos de Savimbi, onde constavam afirmações inflamadas sobre os motivos para a guerra em Angola, das alianças com forças rebeldes em oposição ao governo do presidente Laurence Kabila da República Democrática do Congo. Segundo estes vídeos, Savimbi não estava interessado em fazer a paz, mas em continuar a sua busca ao poder pela via das armas⁹⁹. Estas imagens provocaram um impacto na opinião pública angolana, entre os opositores e apoiantes.

⁹⁶ Ver: ANGOLA, ICRC tracing activities: One year on, Executive summary, Geneva, 26 May 2003., In www.icrc.org/eng

⁹⁷ Jornal O Globo, 2002

⁹⁸ Ver: Entrevista: “Angola, o fim de uma era” in www.icrc.org/eng

⁹⁹ Angop, 24 de Abril de 2000.

Desde 1999 a 2002, o programa *Nação Coragem* ganhou grande audiência no país, promovendo reencontros entre famílias, ao ponto de se tornar numa referência da política do governo em matéria de reconciliação nacional. Milhares de pessoas se reuniam na Praça da independência para proceder o seu apelo ao reencontro dos parentes. Inicialmente, era emitido em Luanda, mas, pela força das circunstâncias e do elevado número de pessoas, criou-se outros centros de emissão pelas províncias mais ao centro e sul do país.

2. 3 Pós 2002 (Acordos de paz)

Numa segunda fase, sem muita aderência, o programa *Nação coragem* foi substituído pelo *Angola em Movimento*. Para quem estava incumbido da responsabilidade de dar continuidade aos objectivos do programa anterior e passar as políticas do governo, em particular as obras de reconstrução¹⁰⁰ que se fazia pelo país. Músicos, jornalistas e outros, envolveram-se em campanhas publicitárias para o programa e elaboração de “spots”, até músicas intitulada *Nação Coragem* foram feitas pelo jovem Pedrito do Bié¹⁰¹, cuja história retrata o conflito registado na província, e os já consagrados músicos Irmãos Almeidas. A imprensa estatal revelou ser um meio eficiente para a promoção do processo de paz, embora houvesse momentos em que focasse difícil distinguir entre a reconciliação e a necessidade do governo demonstrar as obras de reconstrução.

É de realçar uma iniciativa de impacto social na constituição do Projecto Criança Futuro, não por parte do Estado propriamente, mas vindo de indivíduos ligados aos órgãos do Estado. Este Clube de Amigos projecto Criança Futuro foi criado a 2 de Janeiro de 2004, com o objectivo de prestar apoio às crianças residentes nas regiões que mais sofreram com o conflito armado. Com sede em Luanda, «o projecto tem na cidade do Kuito, em Bié, o complexo Casas Lares (berço da iniciativa), na província do Huambo, em Caála, o centro Irmã Manuela e em Mbanza Congo, província do Zaire o centro Infantil Santa»¹⁰². Fruto do

¹⁰⁰ Segundo a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), a TPA (Televisão Pública de Angola) passa [va] propaganda das realizações do governo quase de forma permanente e de maneira especial através do programa “Reconstrução Nacional” (antes designado por “Angola em Movimento”), In www.esquerda.net

¹⁰¹ Pedrito do Bié, nome por que ficou conhecido o jovem rosto do programa “*Nação Coragem*”, que andou separado vários anos em Luanda da sua família no Bié. Pedrito integra um número de crianças órfãs do Bié apoiadas pelo projecto de solidariedade “Criança futuro”, com sede na mesma. Projecto de solidariedade que envolvia entidades diversas, desde músicos, jornalistas, políticos e empresários angolanos.

¹⁰² Novo Jornal, 20, Novembro, 2009

impacto social que gerou, o projecto conta com cerca de 200 membros e em Abril de 2005, assinou com a UNICEF um memorando de entendimento que estabelece uma parceria que visa implementar os princípios e direitos consagrados na Convenção das Nações Unidas sobre o Direitos da criança¹⁰³.

O governo assumiu o papel de principal promotor da reconciliação e demonstrou, diante as câmaras da televisão e dos microfones da rádio, o quanto o país ficou destruído pela guerra a ponto de separar a sua população. Várias vezes, viu-se e ouviu-se militares e ex-militares a procura dos seus parentes, e vezes sem conta condenavam o sofrimento que a guerra fez-lhes passar, ao ponto de separá-los das famílias. Velhos, crianças, jovens adultos, homens e mulheres clamavam perante os meios de comunicação estatais e agradecimentos pelas oportunidades que lhes eram dadas para encontrar seus parentes. Imagens do passado em escombros eram associadas à UNITA.

Procurava-se promover, por esta via, nas consciências, uma Angola em mudança onde era necessário esquecer o passado e reconstruir as famílias e as infra-estruturas sociais destruídas durante a guerra. No programa *Angola em Movimento*, a abordagem do reencontro passou para segundo plano, porque era preciso mostrar os feitos da reconstrução física do país. Em reconhecimento das mudanças ocorridas no país, o presidente angolano deixava a seguinte mensagem: «Angola vive hoje tempos novos, tempos de esperança. Terminaram o sofrimento e a incerteza causadas por dezenas de anos de desunião e violência, que atingiram o corpo e a alma das pessoas, separaram famílias e provocaram enormes danos ao tecido social e produtivo do país»¹⁰⁴.

Entretanto, às mensagens transmitidas quer pelo programa *Nação Coragem*, quer pelo *Angola em Movimento*, era projectada a ideia de construtor da paz e reconciliação, associada ao Presidente da República e ao partido no poder, MPLA. Todos os méritos cabiam ao Presidente, por ser o principal promotor da paz. Daí os adjectivos de *arquitecto da paz*. Em circunstâncias do pós-guerra, Pedro Pacavira considerou que o presidente Dos Santos «resolveu o problema da guerra, dando-nos a paz, mas continuando pelos trilhos da unidade e da reconciliação nacional, de tolerância de ideias e de respeito pelas diferenças,

¹⁰³ Idem

¹⁰⁴ José Eduardo dos Santos, 2009

mercê da sua generosidade, de que se diria apostólica»¹⁰⁵. Acrescenta que «tornou factível o Memorando de Entendimento, rubricado no Lwena a 4 de Abril de 2002 e apostou no esquecimento de ódios acumulados»¹⁰⁶.

Para além disso, o programa *Nação Coragem* desempenhou um papel importante para as pessoas, sendo, para o efeito, considerado um sucesso em matéria de reconciliação e solidariedade, muito embora se tenha constatado uma tendência de partidarização das abordagens. No decurso da reconciliação, vozes da sociedade civil angolana, políticos da oposição e entidades religiosas, acautelavam o governo para a necessidade do desarmamento da população civil armada em fases do conflito.

Dado o contexto de desmobilização dos ex-combatentes das várias fases do conflito, em Angola, «para além dos militares, grande parte da população civil foi armada»¹⁰⁷. Sem o desarmamento da população civil, corria-se o risco de estimular a acedência da «violência social e o banditismo, impedindo a reintegração dos refugiados»¹⁰⁸ e provocar novas deslocações, como se constatou anos atrás. Em conformidade com esta questão, mostrou-se preocupado um responsável do centro de estudos estratégicos de Angola, ao afirmar que: «o centro está a procurar estabelecer uma parceria com a Polícia Nacional nesta grande tarefa que é o desarmamento de civis, para ultrapassar o problema que é a proliferação de armas de pequeno [porte], considerando que o problema pode pôr em risco a futura estabilidade e a paz em Angola, devendo ser acautelado e resolvido com toda a seriedade».¹⁰⁹ «Apesar de o país estar em paz, a população ainda não está desarmada e o calar das armas ainda não é efectivo, porque uma parte de Angola continua em chamas».¹¹⁰ Este líder religioso refere-se à província mais a norte do país, Cabinda, que, na sua óptica, carece de mais atenção dos líderes políticos nacionais.

Nesta óptica, em 2003, a Polícia Nacional deu início à campanha de recolha de armas em posse da população civil, apesar de persistirem dúvidas no processo. A polícia «garante ter recolhido, desde 2003, 200 mil armas em todo o país. No entanto, sobeja a

¹⁰⁵ Pacavira, 2006, pp. 33-34

¹⁰⁶ Idem

¹⁰⁷ Ventura, 2004, pp.1-2

¹⁰⁸ Idem

¹⁰⁹ Semanário Agora, 2003

¹¹⁰ Reverendo, Luis Ngimbi, In Semanário Agora, 2003

dúvida se este processo de recolha do armamento não podia ter iniciado muito antes e com outros resultados muito mais encorajadores»¹¹¹. Depois da discussão sobre o modelo adoptado para a recolha das armas, um dos mecanismos apontado no momento recaía para a troca de armamento por instrumentos agrícolas e de meios de transporte de médio porte (motorizadas e bicicletas). No caso de algumas províncias, houve mesmo a troca de armamento por materiais agrícolas, catana e enxada para o cultivo familiar.

Entretanto, retomando a reconciliação, o governo angolano, no seu comunicado sobre a paz, pediu responsabilidade e contenção a todos. Deste modo, fazia de todos responsáveis pelo sucesso ou fracasso do processo de pacificação e reconciliação. Pestana enfatiza o facto do entendimento do processo de reconciliação partir de uma topologia de cima para baixo cujas escolhas e tomadas de decisões não [foram] partilhadas por todos a quem lhes [pediam] responsabilidades. Neste contexto, a UNITA procurou passar o seu discurso num tom reconciliador e tolerante, com uma postura de colaboração com as instituições governamentais.

Segundo o jornalista da TPA (Televisão Pública de Angola), um dos responsáveis pelo programa *Nação Coragem*, «a iniciativa surgiu no tempo do conflito, [quando] (os jornalistas da TV) andavam pelo país, acompanhando a situação militar. Foi aí que descobriu-se que havia muitas pessoas separadas. Mas durante o conflito era complicado pensar num programa de reencontro familiar. As limitações eram muito grandes. Nas primeiras cinco emissões, atendeu-se três mil pessoas. Foi muito difícil estimar quantas famílias estavam separadas. Segundo as estatísticas, a população angolana estima-se em 13 milhões¹¹² de habitantes no país. Mas, destes, 4 milhões são pessoas que tiveram que abandonar suas casas. Isso dá uma ideia de quantos angolanos estavam separados»¹¹³.

Conta ainda que os programas eram organizados no Parque da independência «em Luanda, faziam as gravações e as pessoas mandavam as mensagens pela Televisão pública e pela rádio nacional, em forma de spots, para as famílias. Colectavam os dados das

¹¹¹ Santos, In *Semanário Agora*, 2008

¹¹² Projecção de 2002, actualmente estima-se em 18, 5 milhões de habitantes.

¹¹³ Luís Domingos, Entrevista, In *Jornal O Globo*, 7, Julho, 2002

peessoas, o ano em que desapareceram, as circunstâncias, os lugares onde poderiam estar. E por fim efectuavam as buscas»¹¹⁴.

Para além dos desafios de reencontro entre as famílias separadas, outro desafio foi proceder a reintegração em contexto de pós-conflito a vários níveis. Trata-se da desmobilização dos militares¹¹⁵ que anteriormente se defrontavam. Em parceria com o governo, o IRSEM (Instituto de Reintegração Socioprofissional dos Ex-Militares) trabalhou no projecto especial conjunto de apoio à reintegração de soldados desmobilizados em Angola, com participação do PNUD e da FAO. Estes órgãos em conjunto desmobilizaram cerca de 105.000 ex-combatentes da UNITA, das diferentes frentes e implementaram o Programa de Desmobilização e Reabilitação de Angola (sigla em inglês, ADRP), bem como o Programa Nacional de Reabilitação de Deficientes físicos (PNRPD), (dedicado parcialmente aos deficientes de Luanda¹¹⁶. Recentemente, «um total de 3.800 ex-militares angolanos residentes no município do Ukuma, 92 quilómetros a Oeste do Huambo, foram integrados, em diversos projectos de desenvolvimento socioprofissional pelo IRSEM. São desmobilizados dos vários processos de paz realizados em Angola: Bicesse, Lusaka e Luena»¹¹⁷.

No que toca à desminagem, de 2002 a 2005, «mais de 423 quilómetros de estradas e 20 de linhas férreas foram desminadas, pelas operadoras nacionais, internacionais, empresas comerciais e comissão executiva constituída pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), Gabinete de Reconstrução Nacional e Instituto Nacional de Desminagem (INAD). Foram ainda removidas e destruídas 91 mil 311 minas anti-pessoais e 74 minas anti-tanque e as operadoras procederam a remoção e destruição de 915 mil 177 engenhos explosivos não detonados»¹¹⁸. As zonas do sul e leste do país apresentaram-se como as mais minadas durante o conflito, como por exemplo «o município de Mavinga, na província do Kuando-Kubango»¹¹⁹. Em 2005, o governo angolano apresentou um plano para apoiar os refugiados na Zâmbia que queriam regressar ao país, num número de 700.

¹¹⁴ Idem

¹¹⁵ Até 2002 estimava-se em todo o país cerca de 70, 000 ex-militares da UNITA, mais 400. 000 Membros das suas famílias. Dos quais 5.000 foram integrados nas Forças Armadas Angolanas (FAA) e na Polícia Nacional.

¹¹⁶ Carvalho, 2009

¹¹⁷ Jornal de Angola, 4, Julho, 2009

¹¹⁸ Jornal Folha Universal, Setembro, 2008

¹¹⁹ Idem

De acordo com as autoridades oficiais da Zâmbia e o UNCHR (Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados), estimam-se 200.000 refugiados angolanos vivendo em campos e outros maioritariamente em zonas suburbanas, cuja principal actividade laboral é o negócio¹²⁰.

Outro desafio não menos importante, prende-se com o fenómeno da estigmatização a que ainda são alvo muitos ex-combatentes da UNITA. O facto do discurso oficial associar e culpabilizar este partido pela destruição das infra-estruturas do país, culpabiliza por arrastos militantes e ex-combatentes. Deste ponto de vista, a zona de origem (centro e sul) de muitos dos ex-combatentes da UNITA, é associada à etnia Ovimbundu e a propaganda política, segundo a qual este partido identifica-se com um *povo*, influencia e alimenta a estigmatização.

Porém, em tempo de reconciliação, «a experiência de guerra continua a definir os termos do discurso político no Huambo»¹²¹ e no Bié, no que toca a opções políticas. Por um lado, de uma forma geral, a população é identificada como pertencente a UNITA, e, por outro, ao MPLA¹²². A guerra «convocada pelo partido derrotado nas eleições de 1992 para a tomada do poder, atraiçou-se e os jovens foram os mais atingidos. Tinham legitimamente as suas expectativas. Nem todos os chefes responsáveis pelos massacres desencadeados por essa acção foram punidos por qualquer tribunal. A não ser o da opinião pública avisada e não comprometida e... Margareth Anstee, enviada pela ONU como representante especial, no quadro da Missão UNAVEM II – Angola»¹²³ escrevia Arnaldo Santos, numa crítica subtil aos posicionamentos da UNITA no parlamento.

O fenómeno da estigmatização¹²⁴ tem alguma reminiscência na história do conflito angolano, remontando aos confrontos pós-eleitorais. Quanto «em Outubro de 1992 desencadeou-se uma violenta perseguição contra os presumíveis apoiantes da UNITA que

¹²⁰ Mail & Guardian, 7, Setembro, 2005

¹²¹ Pearce, 2008, p.63

¹²² Idem

¹²³ Santos, In Jornal de Angola, 17, Novembro, 2009

¹²⁴ É a marca simbólica negativa de um indivíduo, de uma prática, de uma instituição, etc. Conceito desenvolvido por Erving Goffman. Para Goffman o estigma é um atributo depreciativo, uma linguagem de relações, do eu com o outro. Um estigma é um tipo especial de relação entre o atributo e o estereótipo. E podem ser vista de três formas: o estigma físico ou corporal; o não corporal ou não natural, como as opções políticas individuais ou de grupo; e as crenças religiosas ou de natureza comportamental. In Lebaron, 2010, p. 66.

acabaram por ser identificados praticamente com a etnia Ovimbundu. Na mesma altura, nas áreas ocupadas pela UNITA, incentivou-se uma similar perseguição de pessoas identificadas com o MPLA, na sua maior parte oriundas do norte. Uma outra onda de violência, essa já dirigida contra os Bakongo em 1993, na sequência das acusações de que o ex-Zaire (RDC) estava apoiar os ataques da UNITA no norte. Houve represálias espontâneas em Luanda, contra os Bakongo, considerada por afinidade étnica zairense na perspectiva popular luandense. A hostilidade nessa altura associou-se ao ressentimento étnico em relação ao papel no mercado informal pelos comerciantes Bakongo, muitos dos quais regressados do ex-zaire na década de 80»¹²⁵. Estes acontecimentos influenciaram os estereótipos surgidos em Luanda como *Langa-langá*, *zaikos* e *retour* (que em português quer dizer, regressado), associados quer aos angolanos regressados do ex-zaire, quer mesmo aos congolezes residentes em Angola. Outros estereótipos muito frequentes ressurgem em Luanda por altura do conflito; eram considerados todos os cidadãos angolanos oriundos do centro e sul do país como *bailundos* e *sulanos*. O mesmo estereótipo *bailundo* deriva, por assim dizer, do período colonial, sendo «o facto do Planalto central ter sido [uma região] densamente povoada, conheceu [...] políticas locais específicas. O sistema colonial procurou aplicar aí outras formas para se situar, sobretudo na utilização da mão-de-obra que, por ser abundante tornou-se mais barata do que em qualquer outra região do país. [...] Os denominados *bailundos* passaram, [ser vistos como] servidores do regime»¹²⁶.

Cahinga sugere que «se fosse possível deixar o povo sem pressões políticas, o povo havia de se sentir muito mais feliz do que se sente neste momento». Acrescenta que “os aproveitamentos políticos que se continua a exercer no meio da população e a gente teve notícias disso durante a campanha eleitoral, portanto “se vocês votarem no A vai recomeçar a guerra, no B vai recomeçar a guerra, porque aqueles é que fizeram, os outros é que fizeram.” Se não houvesse essa pressão, eu diria que a distinção mental ou moral dentro das populações do interior seria maior do que agora. É verdade que os longos anos devido a guerra e também de politização dos povos, há muita gente que tem as suas opções políticas

¹²⁵ Jerónimo Cahinga, In Rádio Ecclesia, 20, Junho, 2009

¹²⁶ Caley et al, 2002, p.35

definidas, a gente mesmo que para eles é a UNITA que conta e para outros é o MPLA que conta»¹²⁷.

Amnistia constituiu «a key challenge is the appropriateness and legality of creating amnesties during the transitional process. Many politicians, diplomats, academics and civil society groups argue that formal international or domestic prosecutions may be unlikely to contribute to reconciliation between previously antagonistic groups and, by contrast, amnesties may have the potential to reduce the violence and create a climate in which a move towards reconciliation is encouraged»¹²⁸.

¹²⁷ Jerónimo Cahinga, Entrevista, 30, Julho, 2009

¹²⁸ Sooka, 2009, p. 26

Capítulo. 3 – Os modos e lugares da reconciliação

3. 1 Da *vitória militar ao esquecimento e perdão*

O fim das guerras envolve transições iniciais curtas, nas quais actores internos e externos desempenham normalmente papéis importantes, como factores de garantia da manutenção da paz. Tais transições são seguidas por processos mais longos nos quais a paz, embora possa não estar necessariamente em risco directo, é exposta a desafios ainda mais profundos que os do período anterior. Da fase militar à social, os actores internos passam a desempenhar um papel primordial como construtores e garantes últimos da verdadeira paz. Em muitos casos, as Forças Armadas assumem-se como os principais actores internos e, detendo o monopólio do uso legal ou não da violência no interior dos países, «jogam um papel central que tanto pode ser de destabilizadores como de agentes de consolidação da paz, sendo por isso merecedoras de uma atenção especial»¹²⁹. O caso angolano enquadra-se neste perfil.

Se durante o período de guerra o discurso político usava este acontecimento para justificar tudo que acontecesse no país, o ano 2002 marca uma mudança na política. A ordem política adoptou o discurso de reconciliação nacional, como o centro da transição política, embora com nuances diferentes. Uma delas é-nos expressa pelo anexo 6 do protocolo de Lusaka, que já concebia a reconciliação nos termos do esquecimento e do perdão. Estes apelos são reforçados no Memorando de Luena e pelo comunicado de imprensa publicado dias antes da assinatura oficial entre as chefias militares do governo e da UNITA, dizendo que «todos os angolanos devem perdoar e esquecer os agravos resultantes do conflito angolano e encarar o futuro com tolerância e confiança».¹³⁰

Para João Melo, o ambiente pós 2002 «é francamente positivo em termos de reconciliação, harmonização e estabilização nacional. Não sei se em África, mesmo noutras paragens há um caso de sucesso como foi o de Angola. É bom não esquecer que depois de 27 anos de guerra que praticamente

¹²⁹ Coelho e Macaringue, 2004, p.41

¹³⁰ Comunicado de Imprensa do Governo de Angola, 30, Março, 2002

dividiram o país, o governo conseguiu não só pacificar o território nacional como encetar, pôr em marcha um processo de harmonização e reconciliação com algumas vertentes fundamentais. Em primeiro lugar foi formado realmente um exército único integrado oficialmente por soldados das antigas forças rebeldes e que puderam ocupar todos os postos na hierarquia militar até ao mais alto generalato. De igual modo, foi constituído um governo de unidade e reconciliação nacional que cessou naturalmente as suas funções com as últimas eleições. Mas que durante muitos anos permitiu a coabitação política de figuras e quadros originários de diferentes formações políticas do país, inclusive da UNITA que combateu de armas na mão contra o governo. De igual modo, muitas das figuras políticas e militares oriundas da UNITA são hoje empresários de relativo sucesso. [...] Em suma, não houve em Angola apesar da vitória militar do governo, isso é um facto que me parece inquestionável, um processo de perseguição e humilhação dos vencidos»¹³¹.

Nesta ordem de ideia, o discurso proferido pelo presidente angolano determinava e avançava com o apelo ao perdão extensivo aos angolanos nos mais variados estratos e condições sociais:

«Paz! Esta palavra simples, com apenas três letras, é a essência da vida para nós os Angolanos, que aprendemos ao longo de quatro décadas o valor que a mesma encerra. Como já é do conhecimento de todos, chegaram a bom termo as conversações para o encerramento definitivo do conflito militar que tão duramente atingiu a nossa Nação. Para que isso aconteça é necessário que cada um e todos nós sejamos capazes de perdoar e de esquecer, isto é, de afastar os sentimentos de ódio e vingança, que nunca poderão contribuir para a construção de um mundo mais digno e mais justo para o Povo Angolano»¹³².

A guerra, para José Eduardo dos Santos, fazia parte do passado e todos tinham a tarefa de esquecer os seus traumas e perdoar quem apontou uma arma.

¹³¹ João Melo, Entrevista, 4, Agosto, 2009

¹³² José Eduardo dos Santos, Discurso de Fim de ano, 2005

«Terminaram o sofrimento e a incerteza causadas por dezenas de anos de desunião e violência, que atingiram o corpo e a alma das pessoas, separam famílias e provocam enormes danos ao tecido social e produtivo»¹³³.

Tal processo é também entendido como uma vitória militar incidido pelas forças armadas ao último reduto da UNITA, culminando com a morte do seu líder fundador, Jonas Savimbi. A morte do líder da UNITA foi para muitos *a chave da paz* em Angola, tido aquele como o obstáculo principal à pacificação do país, pela sua insistência no campo de combate onde viria *tombar*. Facto que mereceu celebração em alguns sectores da sociedade angolana, cujo argumento: «estávamos todos cansados da guerra, mas se o Savimbi não tivesse morrido ela não teria acabado. Agora com a Paz tudo será diferente»¹³⁴.

Segundo Lopo do Nascimento, «nenhuma das partes, no caso ex-beligerantes, assume[e] publicamente – que o governo ganhou a guerra que o opunha à UNITA»¹³⁵. Este autor, chama atenção ainda em 2002, para aquilo que considera como sendo o primeiro risco no período pós-guerra de certos «sectores das elites dominantes, eufóricos com o sucesso de derrotar a rebelião armada e alcançar a paz, se tornem cada vez mais autistas e esquizofrénicos, embalando num processo de desprezo suicida pelas necessidades, expectativas e aspirações não apenas das massas mais desfavorecidas, mas também dos próprios grupos intermédios (funcionários, pequenos e médios empresários, quadros, intelectuais)». ¹³⁶ Refere-se, frequentemente, a reconciliação como *uma vitória de todos os angolanos*, quando o discurso político, apresenta Agostinho Neto como *fundador da Nação e herói nacional*¹³⁷ e José Eduardo dos Santos como sendo o *arquitecto da paz e*

¹³³ José Eduardo dos Santos, discurso, 2009

¹³⁴ Palavras de um Motorista angolano, ver: Revista Horizonte online (Edição – nº 87, <http://mediaquatro.sites.uol.com.br/angola-hg.html>).

¹³⁵ Nascimento, 2002, p.117

¹³⁶ Idem

¹³⁷ Podemos seguramente entender o *herói nacional* como uma categoria particular de herói, cujos contornos fundamentais são os que fazem de si um reflexo da ‘alma’ da nação. Tal como essa essência, simultaneamente intangível e imutável, também o herói nacional deve transcender a sua singularidade encarnando o que se acredita serem os valores perenes da nação que representa.

Porém, contrariando essa ‘perenidade ideal’ em que importa acreditar, é na temporalidade que verdadeiramente se define a ‘veste’ do herói. Compreende-se então que a sua visibilidade ou desvanecimento seja fruto da circunstância histórica, o que significa dizer que se constrói socialmente a adequação de determinado *modelo* de herói à especificidade das *representações sociais* dominantes. Na verdade, o herói nacional não é jamais

reconciliação nacional. Embora a 'reconciliação nacional' continue a ser evocada como um aspecto importante da consolidação da paz em Angola, a arena política evidenciou fundamentalmente a reconciliação entre as partes em guerra sem explorar as causas do conflito¹³⁸, traduzindo o Memorando de Entendimento do Luena um acordo militar entre as Forças Armadas Angolanas e as forças militares da UNITA, deixando em aberto para mais tarde, as preocupações de ordem política e económica, desta forma excluindo outras parte da sociedade interessadas em se fazerem ouvir e com ideia sobre como realizar com sucesso o processo de reconciliação. Vozes discordantes da sociedade angolana, sem grandes sucessos, haviam alertado para a necessidade de não haver bipolarização das conversações de paz, apenas pelas forças ex-beligerantes. Um dos quais acabou sendo o líder fundador da FNLA, Holden Roberto, afirmando ser urgente «um diálogo nacional sem exclusões» para garantir a transição pacífica para a democracia e a reconstrução nacional»¹³⁹.

No final do conflito, segundo João de Matos, ex-chefe do Estado Maior das FAA, houve várias teses que dividiram a opinião pública angolana, com particular enfoque para os meios políticos e militares: «Alguns pensavam que a UNITA tinha sido derrotada e deixava de representar uma ameaça militar, e que era a altura de o vencedor se mostrar magnânime para com o vencido, convidando-o para a paz. Esta tese encontrava forte apoio entre os políticos que estimam que Angola precisa[va] de ter uma oposição forte e estruturada, que ajud[a-se] o governa a ser também ele mais forte e empreendedor. Outra, pelo contrário, sustentavam que a guerra deveria ser levada até ao fim e, se possível, até ao

uma entidade acabada mas sim uma realidade em permanente construção, quer dizer, uma figura suficientemente maleável para poder ser ajustada a novas necessidades e justificações.

Produto de uma memória social, que tanto se constrói a partir de acontecimentos reais como de lendas, o herói deve responder às expectativas que sobre ele se colocam e que ganham visibilidade seja sob formas populares de celebração, seja através do esforço do Estado na promoção de determinado herói. Tecem-se então narrativas mais ou menos formalizadas que tanto o podem sacralizar - por exemplo através das profecias que anunciam a sua vinda - como sublimar os gestos que teriam produzido a nação. Luís Cunha, Universidade do Minho.

¹³⁸ Monteiro, 2004, pp. 66-67

¹³⁹ Griffithis, 2004, p.27

aniquilamento completo da UNITA, causadora de tantas guerras, destruições e mortes, e que não parecia capaz de se transformar no tal partido de oposição, forte e democrático»¹⁴⁰.

Numa entrevista publicada pelo Semanário Angolense, o deputado do MPLA, João Melo, referindo-se à vitória com maioria relativa do seu partido as eleições de 2008, afirma o seguinte: «o MPLA vai usar essa vitória de uma maneira bastante parcimoniosa, e na nossa história recente o governo já deu várias provas de que sabe gerir seus êxitos. Em 2002, quando a guerra acabou, o governo não perseguiu ninguém. Antes, permitiu que a direcção política dos rebeldes sobrevivesse para negociar com eles, integrou-os no governo, constituiu um governo de unidade nacional composto pelo MPLA e por partidos da oposição, reinseriu socialmente os rebeldes [...]. Essa vitória militar alcançada em 2002 foi gerida com grande sentido de Estado»¹⁴¹. Já para Salaka, os angolanos devem esquecer o passado que os dividiu durante longos anos. Para este, a «reconciliação nacional tem de ter uma dimensão prática, o que vem sendo feito até aqui ainda não é o suficiente, porque ela, a reconciliação, engloba a reinserção e integração dos ex-militares, o problema da intolerância política que, infelizmente, ainda se assiste no interior do país, protagonizada por militares do MPLA contra os da UNITA»¹⁴².

Para João Melo, «a UNITA ameaçou somalizar Angola. De igual modo, ameaçou avançar para Luanda a ferro e fogo. Só não logrou esses objectivos macabros porque foi derrotada no campo de batalha. A sua direcção foi salva graças à magnanimidade do MPLA e do governo e, em particular, do Presidente José Eduardo dos Santos »¹⁴³.

Contrariamente à postura de João Melo, e com outro tipo de argumento, para Chivukuvuku, «o regime considera como reconciliação nacional a subordinação de todos os segmentos que não correspondem com a visão do governo, todos tornam-se submissos e a reconciliação está feita». Para este político da UNITA, a «reconciliação pressupõe um esforço sério e genuíno de ultrapassarmos a problemática da exclusão social, no sentido de evoluir a maior coesão social e aceitação de que uma sociedade só se estrutura quando houver amplo processo de reconciliação nacional. É a aceitação de uns e outros, a

¹⁴⁰ Matos, 2002, p. 91

¹⁴¹ João Melo, Entrevista in Semanário Angolense, 2008

¹⁴² Alcides Sakala, entrevista in Semanário O País de Angola, 2009

¹⁴³ Melo, In Jornal de Angola, 2, Dezembro, 2009

estruturação dum ambiente são em que se desenvolva o potencial de todos os cidadãos na sua diversidade e sobretudo a luta contra a exclusão social»¹⁴⁴.

Este político entende que, entre os indicadores da reconciliação nacional, existe uma imposição por uma das partes envolvidas directamente no anterior conflito, em relação à generalidade da sociedade, pelo que a reconciliação deveria ir para além da vontade política do partido no poder. Defende, ainda, que existe uma polarização da vida política nacional, manifesta na concentração de obras de reconstrução nacional viradas para as zonas costeiras do país, nomeadamente Luanda, Benguela, Kwanza-sul e todo o corredor litoral. Em contrapartida, verifica-se uma ausência do Estado nas províncias mais ao Centro, Sul e Leste do país, naquilo a que designa como «visão litoralista do país»¹⁴⁵.

Por seu turno, em relação à reabilitação física do país, para o líder religioso Luís Nguimbi, «a Igreja tem outra vez o seu próprio conceito. Para nós, deve-se reabilitar, primeiro, o homem angolano magoado, ferido durante anos de guerra. E, acto contínuo, se vão reabilitando as infra-estruturas destruídas. Não interessa, por exemplo, construir uma escola numa área onde a corrente entre a população que esteve do lado do governo e a do lado da UNITA não passa».¹⁴⁶ Quanto a Justino Pinto de Andrade: «é preciso falar, dialogar, dizer o que nos vai a alma. Quando se é muito anónimo, é-se muito frágil»¹⁴⁷. Debater o passado continua, segundo Alda Sachiambo, a fazer perder o rumo do futuro. Para esta deputada da UNITA, «as mágoas do passado deixaram cicatrizes em todos os angolanos e só podem servir de referência para que nunca mais o país volte à guerra»¹⁴⁸.

¹⁴⁴ Abel Epalanga Chivukuvuku, em entrevista à Rádio Eclésia, programa Discurso Directo de 12 de Agosto de 2009.

¹⁴⁵ Idem

¹⁴⁶ Reverendo, Luís Nguimbi, entrevista in *Semanário Agora*, 2003

¹⁴⁷ Justino Pinto de Andrade, entrevista in *Semanário Agora*, 2003

¹⁴⁸ Alda Sachiambo, entrevista in *Semanário Económico*, Dezembro, 2009

3. 2 A Igreja angolana como promotora do *esquecimento* e do *perdão*

A Igreja em Angola, através do Conselho das Igrejas Cristã em Angola (CICA)¹⁴⁹, Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe (CEAST) e o COIEPA¹⁵⁰ têm sido um dos canais pela qual se fazem insistentes apelos ao esquecimento e ao perdão, com particular relevância para a reabilitação humana, independentemente, da necessidade da recuperação das infra-estruturas sociais, como escolas, hospitais, centros comerciais e outras de elevado peso social. Desde a junção, em 1999, da AIA, CEAST e o CICA para formar o COIEPA, esta organização passou a representar os esforços da Igreja na construção de acções em prol da paz e reconciliação nacional. O COIEPA «descreveu-se como o produto de uma visão ecuménica para Angola. Esperava-se que as igrejas participassem de modo mais activo na busca por soluções justas e sustentáveis para os problemas subjacentes ao conflito nacional»¹⁵¹.

Na perspectiva da CEAST, «a paz não consiste no silêncio das armas, mas na harmonia das almas. Uma paz imposta pela força pode esconder dentro dela um vulcão de ódios, aparentemente adormecidos, à espera da ocasião para explodir. Um acordo de paz, se for assinado no papel, mas não for rectificado nos corações pela reconciliação mútua, não passará duma armadilha onde muitos incautos vão cair»¹⁵². Nesse particular, a Igreja, pela voz da CEAST, demonstrava possuir uma outra visão pela qual deveria ser promovida a paz e reconciliação entre os angolanos.

Esta organização procurou promover desde 1999, encontros de reflexão, como as Semanas Sociais Nacionais, cuja temática inicial foi intitulada *Educação para uma cultura de paz*, passando posteriormente pelos temas *O Cidadão e a Política*, bem como a problemática da *Justiça Social*. Como viria assumir um alto responsável da Igreja em

¹⁴⁹ O CICA foi fundado em 1977 em Luanda, sob a designação de Conselho Angolano de Igrejas Evangélicas (CAIE). Congrega, actualmente dezoito igrejas e duas instituições religiosas. Tem por objectivo garantir a unidade e a cooperação das igrejas membros e serve de elo de ligação entre os seus membros e o Estado, sempre que necessário. O CICA é membro do fórum dos Conselhos de Igrejas da África Austral (FOCCISA), da Conferência de Igrejas de Toda a África (CITA), para além de ser parceiro de outros conselhos nacionais de igrejas, Agora, 2003 & Landu Pedro, 2007:110.

¹⁵⁰ Um grupo de trabalho provisório foi formado a 19 de Outubro de 1999 durante seis meses, tendo o COIEPA sido fundado a 15 de Abril de 2000.

¹⁵¹ Comerford, 2008, p.157

¹⁵² Mourisca, 1999, p. 277

Angola: «A acção pastoral dos bispos de Angola não pode nem deve passar-se toda na praça pública. A nós interessou contribuir, realmente, para a solução dos graves problemas com que se debateu a Nação. Mais do que receber aplausos da plateia»¹⁵³. Sem dúvida que a preocupação maior a que se referia este responsável da Igreja em Angola estava relacionado com a paz e reconciliação entre os angolanos.

Os esforços da Igreja continuaram no sentido da promoção da paz, «em Março de 2002, na Cimeira Ecuménica do COIEPA, o seu presidente, Dom Zacarias Kamuenho, que pelos seus esforços na luta pela Paz em Angola acabaria por ser prémio Sakarov 2002, dizia que os desafios da Paz dependiam de “uma acção concertada entre políticos, sociedade civil e Igrejas. Enquanto o representante do FONGA defendia que a sociedade civil, para fazer chegar a mensagem da Reconciliação a todo o país, devia promover jornadas de Paz e Reconciliação Nacional em todo o território, e colaborar com o Governo para o desarmamento da população. No entanto, como diria o Reverendo Chipenda, a palavra Paz não soa da mesma maneira para todos; o necessário é desenvolver uma visão comum, de futuro, para que ela se torne uma realidade»¹⁵⁴.

Entretanto, várias são as organizações da sociedade civil que desenvolvem programas relacionados com a cultura de Paz. Neste sentido, «a Rede da Paz, coordenada pelo Coiepa, é o culminar de todos estes esforços»¹⁵⁵.

Na sua mensagem de boas vinda à visita do Papa Bento XVI a Angola, o presidente angolano reconhecia o papel da Igreja Católica nos vários momentos que Angola viveu:

«As vicissitudes da história fizeram com que o nosso povo ficasse durante séculos sob domínio estrangeiro, mas isso não impediu de manter a sua fé e a sua profunda relação com a Igreja Católica»¹⁵⁶.

Se, por um lado, há preocupações de outras instituições não estatais da sociedade angolana em relação à paz civil, por outro são feitos pronunciamentos, principalmente por

¹⁵³ Dias, 1999, p.61

¹⁵⁴ Pestana, 2003, p.32

¹⁵⁵ Idem

¹⁵⁶ José Eduardo dos Santos, discurso de Boas Vinda ao Papa Bento XVI, 23, Março, 2009

entidades ligadas à Igreja. Estas apelam para que o governo tenha em atenção os cidadãos vivendo com os traumas da guerra.

A nível nacional, não conhecemos nenhum programa governamental que caminhe nesse sentido: «Apesar do desenvolvimento em infra-estruturas sociais em todo o país, *persistem discursos sob a guerra*, este facto é denunciado por Dom José Nambi, bispo da diocese do Kuito»¹⁵⁷.

A guerra deixou marcas na vida de muitos indivíduos e o significado que estes grupos atribuem às experiências de violência e a forma como lidam com o impacto causado por elas estão intrinsecamente relacionados com contextos sociais e culturais específicos. Em Angola, a maioria da população foi severamente afectada pela guerra e, como consequência, o medo e a desconfiança permeiam hoje as relações entre os angolanos. Muitas «pessoas se sentem permanentemente ameaçadas e desenvolveram mecanismos psicológicos de defesa para enfrentar o medo. Estas respostas são reforçadas por valores culturais e de educação que não estimulam a expressão da aflição ou da dor. Embora se tenha escrito extensamente sobre a guerra e as suas consequências, os traumas individuais e o sofrimento colectivo são mencionados com parcimónia, tanto em particular como publicamente»¹⁵⁸.

Houve «vítimas e vitimadores, os que sofreram e os que provocaram o sofrimento (muitas vezes também eles vítimas). A verdade, vista no sentido a que nos referimos, não tem que ser necessariamente sustentada com a criação de comissões ou qualquer outro tipo de estrutura oficial»¹⁵⁹. As memórias dolorosas são parte da memória colectiva e não podem ser trabalhadas individualmente. O acto de reconhecimento público do sofrimento causado através de um pedido de perdão à população, a necessidade de os autores, que estiveram envolvidos na guerra, sentarem-se se juntos e discutirem o que ocorreu no passado, o que os dividiu e o que os levou a lutar durante tantos anos, pode ser um caminho para o futuro.

No entanto, esquecer, sem a elaboração do passado, seria pôr um ponto final num assunto que não terminou de ser resolvido. É preciso criar um espaço de reconhecimento e

¹⁵⁷ Dom José bispo da diocese do Kuito, província do Bié; entrevista à Rádio Eclésia, 12, Junho, 2009

¹⁵⁸ Monteiro, 2004, pp. 66-67

¹⁵⁹ Idem

identificação da realidade. Só então se poderão identificar e reconhecer os aspectos em desacordo, exorcizar, em parte, o medo e recuperar a noção de que somos todos sujeitos com os mesmos direitos. Daí surge a importância da realização de actos colectivos, de rituais para honrar os que morreram durante a guerra, de exposições, publicações ou outros materiais de referência à experiência passada, de monumentos, assim como de comemorações e reuniões que ajudem a lembrar e elaborar o passado¹⁶⁰.

3. 3 Cooptação: velhas e novas formas de integração

Entendemos abordar este subtema na perspectiva da distribuição da riqueza nacional e da igualdade de oportunidade entre os angolanos. De uma maneira geral, esta questão remete-nos para o debate sobre a justiça social e as garantias para o bem-estar social.

A integração social tem sido apontada como um assunto que reúne posições divergentes, principalmente pela imprensa privada angolana que mostra maior preocupação em abordar o assunto com «o argumento [de que] a guerra pode [ter gerado] a desigualdade, a exclusão e o egoísmo de quem está no poder. Mas estes problemas acabam sempre resolvidos por acordos, dinheiro e acomodação»¹⁶¹.

Meses após assinatura do Memorando de Luena em 2002, políticos da oposição, em particular da UNITA foram apontados como presumíveis cooptados pelo poder económico do governo do MPLA. Isto terá sido fruto da exclusão política da UNITA, o que é usado como um dos argumentos políticos que os motivou adopção de posições extremas, ao ponto de agravar o conflito, cujas consequências sociais estão na base do fosso que divide os angolanos entre ricos e pobres. Por altura das negociações entre o governo e a UNITA, Chiwale deixava transparecer alguns receios, por parte do grupo de negociações deste partido com o governo, ao afirmar que desejava que a participação da UNITA fosse «para uma paz efectiva e que não entremos, nunca, na longa lista daqueles que traíram as causas pelas quais lutaram, onde muitos de nós, incluindo o presidente fundador, deram as suas vidas»¹⁶².

¹⁶⁰ Ibidem

¹⁶¹ Semanário Angolense, 26, Agosto/ 02, Setembro, 2006

¹⁶² 2008, p.303

Estes receios são manifestados sempre que a imprensa privada procura abordar o assunto, ao afirmar que as «negociações entre qualquer governo e a sua oposição nunca foram um exercício fácil, sobretudo quando realizadas para sanar um conflito militar. Tal é a experiência angolana, cujo último capítulo assistimos [...] na cidade do Namibe, com a assinatura de um memorando de entendimento entre o governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo com objectivo de acabar com o ambiente de tensão política e violência militar no enclave de Cabinda. A forma detalhada como o documento foi discutido e, depois, aprovado pelas duas delegações espelha as contrapartidas dadas pelas autoridades angolanas ao FCD, e representa o quanto evoluíram os métodos negociais em Angola, particularmente naquilo que a oposição aprendeu a defender para a sua inserção no sistema. Com excepção de Bicesse, porque nessa altura a UNITA podia prescindir de benesses, todos os outros acordos entre o governo e a oposição incluíram a partilha do poder e o acesso à riqueza»¹⁶³.

O mesmo receio é reforçado numa entrevista, a Filomeno Viera Lopes, o qual alertava, em 2002, para a forma como estava a ser gerida a integração pós-conflito em Angola e: «não está a haver uma discussão política sobre as oportunidades que a paz poderá proporcionar no sentido de reconciliação nacional; a tendência é fazer-se dela uma mera repartição do poder entre o governo e a UNITA»¹⁶⁴.

A integração social em Angola enquadra-se numa discussão mais abrangente e que ultrapassa o estrito fórum político partidário, entre a UNITA e o MPLA, em direcção à sociedade de maneira geral. Na visão de muitos governantes, a integração corre bem, apesar das insuficiências em dar respostas rápidas aos problemas enfrentados pela população. As denúncias de exclusão da população em relação as oportunidades são comuns quando se trata: «olhar para a cara de A ou B e que pertence ao grupo dominante e a esses é quem dão as oportunidades, isso está ainda muito vincado numa maneira profunda na sociedade angolana»¹⁶⁵.

Para o governador do Huambo, província muito atingida pela guerra, no âmbito da «integração as coisas têm corrido bem, fora os problemas no Katchiungo, que muitas vezes são casos agitados e muito esporádicos, mas este povo tem dado exemplos muito bonitos em

¹⁶³ Semanário Angolense, 26, Agosto/ 02, Setembro, 2009

¹⁶⁴ Filomeno Vieira Lopes, entrevista in Revista, Angolé, 2002, p. 26

¹⁶⁵ Jerónimo Cahinga, entrevista, 29, Julho, 2009

termos de reconciliação nacional. Aqui ninguém foi excluído por ter estado num ou noutra lugar, num ou noutra lado. Este povo tem dado lições. Não só à região, mas ao mundo. Há pouco tempo, recebi um general vindo da UNITA, um homem com uma história extraordinária como soldado, vi-o caminhar à vontade, saudando as pessoas. O povo sabe que quem vem de fora pode trazer uma mais-valia, sobretudo indivíduos formados; se estes querem voltar e desenvolver projectos, não acredito que surjam problemas»¹⁶⁶.

Deste ponto de vista, nos últimos anos, tem surgido um debate na imprensa angolana sobre aquilo a que se denomina *angolanos de ocasião*. Apesar de ser um debate com motivações políticas, permite-nos perceber através da imprensa, em que medida estes actores encaram a igualdade de oportunidades e se posicionam acerca do assunto. O primeiro argumento advoga que há *angolanos de ocasião*, por se verificar exclusão na realidade oportunidades, sendo que uns poucos usufruem as condições económicas e sociais do país em detrimento de outros. O interesse económico é, em grande parte, repartido e está em posse dum pequeno grupo de indivíduos política e economicamente bem posicionados na hierarquia estatal. Ainda segundo esta perspectiva, «angolanos de ocasião são os cooperantes dos nossos dias, os cooperantes com bilhete de identidade angolano. Não há nenhuma confusão entre angolanos de ocasião e angolanos que vivem ou viveram fora do país»¹⁶⁷.

O segundo argumento defende a perspectiva segundo a qual, devido à paz e às actuais oportunidades económicas e de criação de negócios no país, muitos indivíduos estão a regressar para aproveitar essas potencialidades económicas visíveis. Os indivíduos que, por razão do conflito armado, emigraram para o exterior, começam a regressar em busca de empregos e outros em busca de negócios. Há ainda o facto de muitos dos que regressam beneficiarem de vantagens pela formação e capacitação técnica conseguidas nos países de acolhimento. As facilidades de acesso aos melhores empregos geram descontentamentos e mal-estar em alguns segmentos da sociedade. Contudo, «independentemente de onde viveram, do que fizeram, são angolanos também, devemos começar a pensar numa outra

¹⁶⁶ Albino Malungo, entrevista In Jornal O País, Angola, 5, Agosto, 2009

¹⁶⁷ Mateus, In Semanário Angolense, 25, Julho, 2009

reconciliação com os angolanos que, ao longo destes anos de guerra, por uma questão de segurança e não só, emigraram do país»¹⁶⁸.

Embora não haja motivações para o retorno à guerra, a distribuição dos rendimentos, traduzidas na desigualdade no acesso à instrução, ao emprego e ao prestígio social, continua a ser a maior preocupação: «As instituições nacionais, que são o garante da reconciliação, estão em Luanda».¹⁶⁹ Luanda, deste ponto de vista, está melhor do que o resto do país. Todavia, o local e o meio de residência determinam fortemente o acesso aos bens sociais. A igualdade de oportunidade é diferente entre o meio urbano e rural, existindo desníveis profundos entre a capital e o interior do país, com particular realce para as regiões Leste (Luena, Saurino e Dundo). Independentemente do facto das províncias, como as Lundas Norte e Sul, contribuírem para as receitas financeiras do OGE (Orçamento Geral do Estado), com a extracção de diamantes e outros recursos mineiros¹⁷⁰. Os números existentes no que concerne à indústria extracção de diamantes não são fiáveis. Essa insuficiência do sistema estatístico e de controlo da actividade económica, se, por um lado, reflecte as debilidades [...] da sociedade e da administração pública, serve, por outro lado, de álibi para o incumprimento, por parte do governo central de Luanda, das suas obrigações.

A guerra civil «[fase final] levou muitas das concessionárias a interromperem os trabalhos de lavra ou a rescindirem os contratos de prospecção e exploração, invocando *força maior*, causando um decréscimo da receita diamantífera estatal»¹⁷¹. Estas zonas são apontadas como as mais pobres do país ao passo que «Luanda continua a ser o centro de distribuição de riqueza»¹⁷², o que contribui para a criação de assimetrias regionais. As Lundas são, assim, o resultado do sistema social criado pelos governantes, um «comedouro para todos os interesses instalados. Um flagrante desses interesses reside na existência (legal) de um grande número de sociedades de capitais angolanos que são parceiras dos

¹⁶⁸ João Melo, entrevista, 4, Agosto, 2009

¹⁶⁹ Paulo de Carvalho, entrevista, Agosto, 2009

¹⁷⁰ Cf. Marques e Campos, 2005

¹⁷¹ Marques e Campos, 2005, p.10

¹⁷² Pepetala, entrevista à Rádio Eclésia, 02, Dezembro, 2009

projectos indústrias no sector diamantífero, cujos beneficiários vão desde oficiais de Polícia Nacional, altas patentes militares, aos agentes económicos nacionais e internacionais»¹⁷³.

Na vertente da reconstrução nacional, apresentada como o modelo pela qual o governo perspectiva a integração das pessoas e a criação de condições para a melhoria da qualidade de vida, há muita contestação das políticas levadas a cabo. Temos a realçar os sectores do emprego e segurança social, habitação, saúde e educação.

O acesso ao emprego é, por assim dizer, o sector onde os angolanos mais encontram dificuldades, com o agravamento de que, em muitos casos essa desigualdade está associada às exigências por parte do mercado de trabalho no que toca à formação e qualidade, bem como às influências da partidarização das instituições públicas. Ainda assim, há recrutamentos periódicos de mão-de-obra para as obras de reconstrução, sendo o Estado o principal empregador. São os baixos salários que mais encarecem a vida nos centros urbanos do país, o que faz com que a maior parte das pessoas recorra a actividades comerciais mais diversas áreas. O negócio de bens alimentares continua a ser a principal fonte de rendimento para inúmeras famílias e absorve maior número de pessoas.

Ao nível do interior do país, uma das fontes de rendimento da população continua a ser agricultura de subsistência que serve em grande parte para alimentação familiar, com escassas possibilidades de comercialização dos bens produzidos. Independentemente dos apoios prestados pelo governo, com o incremento de projectos agrícolas e pecuários (Kilamba Kiaxi, Lobito, Dombe Grande, Gambos, Bibala), a população enfrenta dificuldades ao nível dos meios de transportes para a distribuição destes produtos aos mercados das capitais províncias e de Luanda.

Em reposta às dificuldades da população, está em vista a reconstrução do caminho-de-ferro das províncias de Malanje e Benguela, numa ligação do planalto central aos caminhos-de-ferro da República da Zâmbia, a exemplo dos Caminhos-de-Ferro de Benguela que foi, nas décadas passadas, um importante meio que ligava algumas zonas do país.

¹⁷³ Marques e Campos, 2005, p.13; Andrade, 2005, pp. 45-46.

No sector da educação, apesar dos projectos de reconstrução de novas unidades educacionais, persiste ainda um défice nos subsistemas de ensino de base, profissional e superior. Igualmente para o sector da saúde, que tem conhecido melhorias no apetrechamento em equipamentos e construção de unidades hospitalares, continua o défice na formação de quadros, o que concorreu para a assinatura de acordos com Cuba, a Coreia do Sul, e Vietname para o reforço do número de médicos, Em Angola. Estes acordos permitiram a entrada no país de um número cada vez maior de médicos para as unidades hospitalares do interior, as quais são mais carentes pela falta de técnicos. Se, por um lado, estes acordos contribuíram para a melhoria da assistência, devido à ausência de técnicos nacionais, por outro, cria problemas ao nível dos técnicos nacionais, pelo não reconhecimento do governo e pelas condições de trabalho, principalmente salariais.

É no sector da habitação social onde existem as maiores dificuldades da população. É o sector que regista mais agravo e quase não conheceu atenção do governo com políticas concretas. Muito recentemente aquando da campanha eleitoral, o partido MPLA no governo apresentou como meta a construção de 1 milhão de casas em quatro anos, distribuídas em todo território nacional. Houve por este motivo, em Abril de 2009, a realização da primeira Conferência Nacional sobre Desenvolvimento Urbano e Habitacional da história do país em 34 anos. Por este motivo, o presidente angolano viria reconhecer este défice no discurso de abertura das discussões, indicando o papel e responsabilidade do Estado para com o sector. O Estado deve, segundo o presidente, «orientar, dinamizar e regular [...], priorizar a solução do problema habitacional dos grupos mais vulneráveis é o de criar as infra-estruturas básicas de saneamento, de abastecimento de água e energia eléctrica, de vias de acesso e de investimento na saúde e na educação»¹⁷⁴.

O presidente angolano, no seu discurso, vai muito além dos problemas habitacionais e chega mesmo a apontar as áreas com maiores dificuldades que, por sua vez, afectam a população. De uma forma geral, existem constrangimentos de várias ordens, e os quais estão na base da discussão em torno da igualdade de oportunidades.

¹⁷⁴ José Eduardo dos Santos, 2009

Na realidade, o crescimento económico aponta para um virtual efeito de contágio que poderia reduzir dramaticamente a pobreza no país, uma vez que a produção cresceu de forma galopante, com impacto positivo no rendimento médio por pessoa, na estabilização da moeda, no sucesso do programa de micro crédito. Verifica-se, entretanto, que o salário médio mensal em 2008 correspondeu a 119,1 USD contra 123,4 USD em 2003, o que equivale a uma perda de poder de compra do dólar afectando negativamente o nível de vida. Também a taxa de desemprego é altíssima atingindo níveis acima dos 23% e a maioria do emprego é ainda precário, sem rendimentos constantes e estáveis»¹⁷⁵.

As análises sociais e económicas dão conta que as condições de vida «são agravadas pelo facto de que a distribuição e redistribuição de rendimentos contemplarem mais os mais ricos, situação que é analisada por um coeficiente técnico (de Gini) calculado pelo Banco Mundial. Enquanto a diferença entre ricos e pobres em 2002 era medida por um coeficiente de 0,55, em 2005 aumentou para 0,62, batendo Angola o recorde do país com mais disparidade a nível mundial entre o grupo dos mais ricos e o grupo dos mais pobres»¹⁷⁶. Em 2008, «se registou um crescimento económico não houve disponibilidade para sistemas de redistribuição que permitissem contemplar as camadas mais pobres, perante a crise com impactos fortes em 2009 e a propensão dos que dominam a máquina se protegerem o mais possível, assistindo à maior degradação das condições de vida da maioria da população»¹⁷⁷. Isto, aliás, é observável no país sobretudo nas acções desumanas de despejo que vem consolidando o estatuto de pobreza sistemática para largos extractos populacionais. Angola «produz riqueza, mas falta na distribuição e redistribuição, porque as políticas que as orientam não se compadecem com as necessidades dos cidadãos. Face ao crescente fosso entre ricos e pobres, em cada ano, verifica-se que os níveis de pobreza se vão aprofundando ao mesmo tempo que uma minoria se vai tornando cada vez mais rica, o que de facto cria um contexto de conflitualidade social»¹⁷⁸.

É de salientar que, em relação aos índices de desenvolvimento humano, o relatório das Nações Unidas de 2009 referente aos países “lusófonos”, coloca Angola «numa escala

¹⁷⁵ Lopes, In Semanário Angolense, 4 a 11, Julho, 2009

¹⁷⁶ Idem

¹⁷⁷ Ibidem

¹⁷⁸ Sakala, in Semanário Económico, Dezembro, 2009

de 0 a 100, no quinto mais desigual do mundo, apresentando um défice de desigualdade de 58.6 por cento, quando em 2008 estava com 47, 3 por cento»¹⁷⁹.

Fruto destes défices, no que toca à habitação, os últimos anos têm conhecido demolições de residências da população um pouco por todo o país pelos governos provinciais e municipais, argumentando-se pela construção de moradias mais dignas. Muito embora se reconheça que no caso de Luanda, existem populações a viverem em zonas de risco, tal facto é questionado quando as demolições se tornam, desumanas. Há exemplos dos despejos das populações da Boavista, Ilha de Luanda, apenas para citar estas duas. A população foi transferida para o município de Viana, concretamente nos bairros Zango I, II e III, uns em condições precárias vivendo em tendas, o que motivou, em Maio de 2009, que «jovens do Zango montassem barricadas na estrada de Viana, partissem vidros de viaturas e um comité do MPLA, no confronto directo entre a população e polícias da ordem pública»¹⁸⁰. Por sinal, o município de Viana alberga, em grande parte, a população de ex-militares da UNITA e das ex-FAPLA e suas famílias. Destacam-se entre eles um elevado número de mulheres e crianças.

Em Agosto do mesmo ano, ocorreram novas demolições na comuna do Camama, bairros Iraque e Bagdad¹⁸¹, cujo desfecho culminou num confronto entre polícias, militares e a população despejada. Estes factos levaram a população a manifestar-se contra os actos do governo provincial de Luanda. Os manifestantes levaram a marcha até ao palácio presidencial, exigindo falar com o presidente, o que motivou a intervenção da polícia anti-motins. Perante as repercussões do assunto, o governo provincial de Luanda forçado, em particular pela Imprensa privada e por organizações da Sociedade Civil (SOS Habitat e AJPD), viu-se obrigado a apresentar num plano de Urbanização de certas zonas de Luanda.

Portanto, concordamos que «a reconstrução do país deve [...] ser vista no âmbito do que se poderia chamar a convergência dos três R: reconstrução, reintegração e

¹⁷⁹ Novo Jornal, 23, Outubro, 2009

¹⁸⁰ Notícias amplamente difundidas pela imprensa privada através do Semanário Angolense, a rádios Eclésia e LAC.

Faria, In Semanário Agora, 2009

¹⁸¹ Bairros criados por influência da mediatização internacional da guerra do Iraque.

reconciliação»¹⁸², num modelo que permitisse congregar as várias dimensões e aspirações das populações no seu todo, salvaguardando quer a dimensão física, quer a humana.

Neste sentido, «a reintegração deve ultrapassar os limites das preocupações com as populações deslocadas e com os ex-militares da UNITA e demais ex-forças militares (FAPLA, FLEC E ELNA), para incluir toda a amplitude de vítimas dos processos de exclusão que tiveram lugar no [...] país, nos domínios social, económico, institucional, territorial e das referências simbólicas»¹⁸³. Apenas assim a reconciliação será «entendida de forma mais ampla e abranja todos aqueles que por razões diversas abandonaram o país»¹⁸⁴, promovendo a integração.

3. 4 O referente do *arquitecto da paz*

Segundo a literatura, os estudos sob os chefes em África «estão focalizados na inter-relação com os Estados-Nação pós-coloniais, especialmente, nos domínios do poder, onde os chefes se mostram capazes de controlarem as mudanças em função dos seus interesses. Em tais domínios, as suas alegações são baseadas no poder ritual para justificar o poder real actual. Em suma, há dois domínios que dizem respeito à gestão dos recursos naturais e em especial à repartição da terra. Na maioria dos casos, invocam os direitos rituais do passado, que depois se traduzem em instrumentos de mediação política. Negociam as suas posições no contexto dos discursos de interesse nacional e internacional».¹⁸⁵ Nieuwaal argumenta que «a burocrática posição da chefiatura em África reflecte a híbrida natureza do fenómeno do chefe»¹⁸⁶.

Este fenómeno em Angola reflecte-se na imposição da individualização política da paz, em que o Presidente da República aparece como actor principal, cuja materialização tem efeitos reais no discurso, o que se traduz na designação *arquitecto da paz*.

Alguns indicadores foram manifestados publicamente pelo Movimento Nacional Espontâneo (grupo de mobilização juvenil e recreativa), seguindo-se os pronunciamentos do

¹⁸² Pacheco, 2004

¹⁸³ Idem

¹⁸⁴ Ibidem

¹⁸⁵ Dijk e Nieuwaal, 1999, p.6

¹⁸⁶ Idem

presidente da AJAPRAZ (Associação dos Jovens Angolanos Residentes na Zâmbia). Estas duas organizações, nos anos que precederam 2002, promoveram campanhas de mobilização social e a sua função social confundia-se com os de natureza política propagandista. Várias vezes quer o Movimento Nacional Espontâneo, na liderança de Job Capapinha e António Fiel Didi, quer a AJAPRAZ (tendo à testa Bento Raimundo) organizaram eventos sociais e recreativos com o propósito final de promover a imagem do Presidente da República como *arquitecto da paz e de unidade nacional*. Com actividades de beneficência nos lares de terceira idade (como o Beiral em Luanda) e nos centros de formação juvenis, nas escolas primárias, secundárias mais carenciadas e nas comunidades dos ex-combatentes desmobilizados das FAA, ofereceram camisolas e cadernos com o rosto do Presidente da República, num claro sinal de propaganda política em favor do mesmo.

Do nosso ponto de vista, a concentração do poder no chefe em Angola reflectiu-se em duas vertentes opostas. Trata-se da individualização¹⁸⁷ da guerra pela figura de Jonas Savimbi e da individualização da paz pela figura do Presidente da República, também presidente do partido no poder. Na segunda vertente, a de José Eduardo dos Santos, seu *entourage* identificou a necessidade de moralizar a sociedade saída do conflito, com a criação duma figura pacifista que pudesse contrariar a imagem devastadora dos 27 anos de guerra, da corrupção e outros problemas sociais perante o exterior¹⁸⁸. Ademais, diante dos factos presentes, os órgãos de comunicação públicos (TPA, RNA e JA) jogaram um papel importante na promoção, no exterior do país, da figura pacifista nos programas *Nação Coragem e Angola em Movimento*.

Se, por um lado, Jonas Savimbi é apresentado como obstáculo à paz e à reconciliação nacional, por outro, no discurso dominante, José Eduardo dos Santos aparece como o

¹⁸⁷ Processo que consiste numa autonomia crescente dos comportamentos individuais. Resulta de uma transformação das formas de interdependência no seio de uma sociedade, para a forma de dependência. Lebaron, 2010, p.84.

¹⁸⁸ O escândalo internacional que ficou conhecido como Angoagate, envolvendo personalidades brasileiras, francesas e até mesmo da Rússia, foi aquele que mais desgastou a imagem internacional do país. A situação agravou-se ainda mais quando o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, designou o principal acusado no escândalo, o franco-brasileiro Pierre Falcone, como ministro-conselheiro junto da representação angolana na UNESCO. Para além do envolvimento no tráfico de armas [...], Pierre Falcone foi também principal pivot no processo de renegociação da dívida angolana para com a Rússia, negócio que envolveu um seu associado Arkadi Gaidamak. Nesse processo Falcone apareceu ao lado de personalidades de elevada craveira e responsabilidade na governação do país, incluindo o próprio Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos. In Andrade, Justino, «O Processo de Transição em Angola», 2005, p.45.

artífice da paz e da unidade nacional. A paz, enquanto uma conquista colectiva, é apropriada pelo discurso oficial, através da individualização que faz do Presidente da República seu actor principal e absoluto. Para o discurso oficial, José Eduardo dos Santos «esteve na base dos esforços de pacificação no país e na região, que culminaram com a retirada das tropas invasoras sul-africanas, o repatriamento do contingente cubano, a independência da Namíbia e o fim do regime do *Apartheid* na África do Sul»¹⁸⁹. Estes acontecimentos da história mais recente traduzem-se na oposição a imagem de Angola no exterior e a necessidade que o poder político teve para se distanciar do passado. Dito doutro modo, identificou-se a necessidade de construir um discurso pacifista do país e, para tal, havia que pôr uma figura que ocupasse uma posição de destaque no aparelho do Estado à imagem negativa que se tem do país, associada ao líder da rebelião armada.

Independentemente da imagem de má governação de que é alvo o presidente José Eduardo dos Santos, no fim do conflito, todos os ganhos políticos e militares, contra os seus adversários internos e externos, resumem-se na designação *arquitecto da paz e da unidade nacional*. Aqui recorreremos ao conceito de *ownership*, no sentido em que a história mais recente é apropriada, servindo de suporte para justificar os interesses do poder, representado pelo *arquitecto da paz* em contradição com uma concepção da paz como uma conquista colectiva.

Segundo o discurso oficial, José Eduardo dos Santos, enquanto «comandante-em-chefe das FAA teve o um papel preponderante no fim do longo e devastador conflito armado angolano, com total desmantelamento das hordas dos rebeldes da UNITA. O seu contributo tem sido notório na pacificação do espírito e desarmamento das mentes dos angolanos»¹⁹⁰. Para além disso terá «contribuído de forma decisiva para a estabilização da situação nas Repúblicas de Congo /Brazzaville e Democrática do Congo e para a busca de uma solução política para o conflito militar da região dos Grandes Lagos»¹⁹¹.

Todavia, aparece, pela imprensa pública, intelectuais orgânicos, na concepção gramsciana a defenderem o *arquitecto da paz e da unidade nacional*, fazendo recurso ao percurso político deste e à história política, para legitimação das suas afirmações. O

¹⁸⁹ Boletim - Angola 30 anos, Embaixada de Angola em Portugal, sd, p.39

¹⁹⁰ Idem, p. 41

¹⁹¹ Ibidem

argumento destes intelectuais orgânicos é o seguinte: «graças à implementação de um programa multilateral de resistência nacional contra a guerra, da iniciativa do Presidente angolano, foi alcançado um entendimento entre as chefias militares do Governo e as forças rebeldes que levaram ao fim definitivo da guerra em Angola [...]»¹⁹². Muitos destes «[...] intelectuais, na maior parte, acomodaram-se à situação [política e social do país]. Durante muito tempo, foram intelectuais engajados, acreditaram numa utopia, no projecto social que o MPLA defendia, mas, a partir de uma determinada altura, começaram a entrar numa *dissidência não-declarada* [...]. E [foi] através da literatura que essa *dissidência não-declarada* se express[ou]. Embora, no plano político [...] continuassem, muitas vezes, a agir contra aquilo que eles próprios defendiam. Porque criaram laços, dependências, relações, afectividades que os amarravam uma ideia mítica de Revolução»¹⁹³.

Sem descurar a influência desempenhada pela presidente ao longo do conflito, a contradição reside no facto da celebração ser comemorada como um ganho do povo angolano, quando, por outro lado, há uma apropriação desta mesma conquista, apropriação esta liderada pelo chefe do Estado, enquanto mais alta figura política e chefe do governo.

Para Serrano, «o projecto revolucionário, e aqui enquadramo-lo no contexto de mudanças sociais, nem sempre é o programa estabelecido pelo[s] partido[s], mas sim a reactualização constante de uma representação idealizada pela colectividade que a mobiliza e dá um sentido ao seu devir como sujeito. O imaginário social torna-se inteligível e comunicável pela produção dos *discursos*, os quais, e pelos quais, se efectua a reunião de representações colectivas numa dada linguagem. O discurso nacional terá que [reunir] e [conduzir a diversidade] na luta pela defesa da sua identidade [nacional]. Não somente a revolução funda uma sociedade por meio de uma linguagem nacional, mas esta nação tanto dinamicamente quanto como linguagem (representações) é obra de todos nos diversos momentos da história»¹⁹⁴.

Dito doutro modo, «aqueles indivíduos que manifestam determinadas representações de conquista da dignidade, de denúncias de injustiças, mesmo que de forma pacifista, não violenta, até aqueles que representam uma vontade individualizada e messiânica, não

¹⁹² Ibidem

¹⁹³ Nelson Pestana, entrevista in *Jornal Opção*, 2003, p.8

¹⁹⁴ Serrano, 2005, p.148

coincidente com o espontâneo das massas que, através da violência, tornam explícita a sua luta, têm necessidade, num momento, de conjugar as suas forças, superando essa defasagem entre as expressões de grupos minoritários e a vontade da maioria»¹⁹⁵. Segundo Jean Paul Sartre, «não se deve confundir o projecto político com a vontade, que é uma entidade abstracta, ainda que ele possa revestir-se de uma forma voluntária em certas circunstâncias»¹⁹⁶.

3. 5 Referências nacionais

Duma ou de outra forma, as duas partes do conflito armado defendiam e lutavam em nome dos angolanos. Neste capítulo, importa-nos compreender quais são as referências que serviram e servem de suporte a este entendimento que permite uma identidade social abrangente *nacional*. Entendemos abordar este subtema a partir daquilo que são as referências históricas, sociopolíticas e simbólicas no âmbito da reconciliação.

A luta de libertação nacional, que culminou com a independência, é hoje considerada uma referência nacional, independentemente dos actores políticos que estiveram por detrás da sua proclamação a 11 de Novembro de 1975. «A geração que lutou pela independência tem sabido transmitir as memórias do 11 de Novembro que cada um celebrou à juventude sem, todavia, considerar as dos outros como sendo parte integrante da memória colectiva»¹⁹⁷. Com efeito, «é necessário desmistificar o 11 de Novembro, o que implica acordar a cada experiência, antes e depois daquela data, o lugar que merece na história deste povo[...]. Desmistificar o 11 de Novembro significa ainda reconhecer os esforços e sentimentos de todos os angolanos, independentemente das suas crenças religiosas ou filosóficas, das suas cores de pele e das suas posições ou filiações políticas». De acordo com Luís Nguimbi, «a geração dos combatentes pode fazer melhor e corrigir os erros do passado para que seja, a partir de agora, a celebração de 11 de Novembro enraizada na verdadeira história das populações que constituem hoje a Nação angolana»¹⁹⁸.

Passados muitos anos de discórdia entre os três partidos históricos nacionais, actualmente é visível tal consenso, entrando para o leque de datas históricas e referências

¹⁹⁵ Idem, p.148-149

¹⁹⁶ Ibidem, p. 149

¹⁹⁷ Reverendo, Luís Ngimbi, entrevista in Semanário Novo Jornal, 06, Novembro, 2009

¹⁹⁸ Idem

nacionais, os acontecimentos de 1975 e de 1992, com a realização das primeiras eleições e mudança do sistema político, bem com o dia 4 de Abril de 2002, data que marca a celebração da paz. Ainda no leque da luta pela independência nacional, importa destacar os dias 4 de Janeiro, o 4 de Fevereiro e o 15 de Março de 1961.

Neste contexto, a par das datas históricas, temos a referir o papel desempenhado por instituições religiosas católicas e protestantes na formação da elite política, quer do ponto de vista educacional, quer mesmo para o despertar da consciência nacionalista de muitos angolanos. Em destaque, estão os seus líderes que, pela visão e educação, influenciaram o rumo dos acontecimentos ainda durante a vigência do sistema colonial e nos anos que se seguiram à independência.

Entretanto, as Igrejas em Angola, divididas entre os católicos e os protestantes (Metodistas, Baptistas e Evangélicos (IECA) e outros), vieram contribuir para a formação de Agostinho Neto, Jonas Savimbi, Holden Roberto, os irmãos Mário e Joaquim Pinto de Andrade e muitas outras importantes figuras da actualidade nacional. As missões católicas e protestantes, pelo seu papel históricos na educação e na formação de muitos angolanos, ocupam um lugar cimeiro na consciência histórica. Destacamos dessa forma, a missão do Késsua¹⁹⁹, as missões do Planalto central²⁰⁰, com particular realce para a missão Evangélica do Dôndi²⁰¹, e os vários semanários católicos²⁰² espalhados pelo país, sem esquecer, para as gerações mais recentes dos anos 50 e 60, o Liceu Salvador Correia, actualmente baptizado com a denominação de Mutu ya Kavela.

O Liceu Salvador Correia é «uma das mais emblemáticas instituições socioculturais da antiga província ultramarina de Angola, criado aos 22 de Fevereiro de 1919 pela portaria número 51 do então governador-geral da província, Filomeno da Câmara de Melo Cabral, que exerceu o cargo interinamente entre 1918 e 1919, sucedendo a Jaime Alberto de Castro Morais, que governou durante os dois anos anteriores. Dadas as circunstâncias que

¹⁹⁹ Missão do Késsua: escola Bíblica William Taylor e o Colégio do késsua, criado em 1954.

²⁰⁰ Missão Evangélica do Bailundo, Missão do Andulo; Missão do Chillesso; Missão da Chissamba e de Camundongo, situado no Bié; Missão do Elende e Bungei, e Missão do Cuma

²⁰¹

²⁰² Seminário de Landana; seminário na Huila, este último data de 1882.

estiveram na origem,[...] constituiu-se em marco de imperecível importância para a vida da capital angolana em todas as suas vertentes (política, social, cultural e desportiva)»²⁰³. Nesta instituição, fizeram os estudos figuras como Viriato da Cruz, o actual Presidente da República, José Eduardo dos Santos e toda uma geração de actuais figuras nacionais.

No que toca à Missão do Dôndi, «embora a escola fosse, em princípio, uma instituição de maioria Ovimbundu, também havia estudantes, e mesmo responsáveis, de outros grupos étnicos, como é o caso dos Kimbundu, embora em menor número. A Missão Evangélica do Dôndi veio, por isso, a ser a incubadora da fina-flor de intelectuais e políticos de Angola, originários do centro do país»²⁰⁴. No que diz respeito à missão do Késsua, «a despeito da larguíssima projecção da missão do Dôndi, (...) a missão do Késsua bem pode considerar-se a meca do protestantismo angolano», situada a nove quilómetros da província de Malanje, no rio Lombe. O Késsua correspondia à missão do Dôndi, uma vez que era o centro de formação da Igreja Metodista, tal como a missão do Dôndi o era para o Conselho das igrejas Evangélicas de Angola Central»²⁰⁵.

Sendo assim, a título ilustrativo, houve uma divisão em relação à visão de certos líderes políticos protagonistas da geração nacionalista, sobre aquilo que seria Angola do futuro. Destacamos as duas visões de Agostinho Neto de Jonas Savimbi.

Do nosso ponto de vista, Agostinho Neto apresentava uma visão republicana de Angola, dividida entre a acção política realista, resumida no slogan *Um só povo, uma só Nação*, e a acção literária e cultural, cuja visão romântica ia em direcção à realização de *todos os povos de Angola*. Agostinho Neto, «se como político era um defensor acérrimo da ditadura típica do *socialismo real*, como poeta *abominava* o realismo socialista que foi por ele recusado como modelo para o campo cultural nacional, embora propondo-se desenvolver a literatura [e a cultura] no quadro da luta de classes no país. Esta contradição permitiu a separação do campo político do campo cultural e a formação no interior deste de um espaço de relativa liberdade, o que é significativo para um regime onde, sobretudo na sua primeira fase, o uso público da razão por pessoas privadas era coisa subversiva mesmo no domínio

²⁰³ Semanário Angolense, 14 a 21, Março, 2009

²⁰⁴ Chiwale, 2008, p. 24

²⁰⁵ Henderson, 1990, p.170

meramente cultural»²⁰⁶. Agostinho Neto, no plano político, visava [...] «construir uma sociedade regulada por uma ideologia única, comandada por um partido-Estado único, visando produzir uma sociedade unificada, todo o mecanismo que podemos resumir falando do desejo do *Um* ou como o próprio Agostinho Neto dizia, *congregar todas as forças da Nação [...] numa só direcção*, vai ser colocado em cheque pela sua visão cultural que renuncia expressamente ao realismo socialista»²⁰⁷.

Por seu turno Savimbi inscreve-se numa visão comunitária de Angola, entendida por esta pela mediação dos vários povos (etnias) de Angola em direcção a uma identidade abrangente *nacional*. Contudo, é-lhe reconhecida uma postura contraditória à luz da história da sua trajectória política. Savimbi, implicado que estava na luta pelo poder, «aproveitou as circunstâncias e proclamou-se, através de actos e discursos, líder dos Ovimbundu ou do povo do interior. Na prática, Savimbi tinha um projecto pessoal que era o de ser Presidente de Angola e utilizou a sua etnia, ovimbundu, para o ajudar a projectar-se politicamente»²⁰⁸.

Já Neto entendia que era necessário lutar «pela unidade nacional para que todo o elemento do [...] país, seja qual fosse a área geográfica que habite, a sua raça, tribo, ou a língua que falasse, se sentisse essencialmente um angolano e que contribuísse para o desenvolvimento [...] da nação»²⁰⁹.

Ainda sob condução de Agostinho Neto, então Presidente da República e do MPLA-PT, «a opção pelo socialismo, embora inadaptaada à realidade histórica de Angola, apareceu como a opção [acertada] [...] sem o qual o partido estaria longe de protagonizar os seus desígnios políticos no país. Muito embora a lei Constitucional de Novembro de 1975 não estabelecesse, explicitamente como meta, a implantação do socialismo em Angola»²¹⁰, na prática as políticas eram encaminhadas nesse sentido. Esta orientação política (...) da República Popular de Angola (RPA) apontou genericamente para o objectivo, segundo a qual era necessário libertar «o povo angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo e a construção de um país próspero e democrático», livre de

²⁰⁶ Pestana, 2003, p. 9

²⁰⁷ Idem, p.11

²⁰⁸ Caley et al, 2002, p.36

²⁰⁹ Neto, 1977

²¹⁰ Caley, 2006, p.239

qualquer forma de exploração».²¹¹ Este desiderato fez-se a tónica dominante pela qual se iria constituir o *homem novo*, arquétipo do *novo angolano*. No discurso dominante actual, tal preocupação continua a ser manifestada: «tendo em conta que a mola impulsionadora do desenvolvimento nacional sempre foi e continua a ser o angolano, é dele que temos de cuidar em primeiro lugar [...]»²¹². Contudo, a prática vem contrariar a intenção política, segundo a qual o angolano, enquanto colectivo, constitui a prioridade das políticas governativas, quando constatamos os monopólios dos grandes grupos económicos que actuam no país.

O líder político da UNITA, Jonas Savimbi, num discurso proferido na cidade de Huambo em 1992, defendia que, uma vez alcançado o poder político pela sua organização, o angolano seria o centro das prioridades. Afirmava que seria *primeiro o angolano; segundo o angolano; terceiro o angolano; quatro o angolano e por último viria eventualmente o estrangeiro*. Muito embora se possa depreender a imagem que este líder político e a sua organização projectavam para o país, o facto é que estas promessas foram traduzidas em mais anos de guerra. Savimbi entendia que «a pátria [teria] morrer um pouco para viver eternamente livre»²¹³. Já Sakala entende que «a nação é o espaço da espiritualidade dos Estados, no seio do qual os povos consolidam o sentimento comum de pertença (identidade nacional), decorrente de um mesmo passado, partilhando de igual modo uma mesma aspiração do futuro»²¹⁴. Na perspectiva de Renan, a nação será uma alma, tal qual uma casa, cujos alicerces solidificam-se na construção de um monumento que homenageia a memória colectiva de todos os seus habitantes.

«O poeta Agostinho Neto tinha uma ideia de Nação que, em vista das teorias sobre a Nação, se aproxima da ideia de Renan, segundo a qual o critério que funda a pertença é um princípio espiritual que articula, por um lado, as vivências comuns, ligadas à uma continuidade genealógica e, por outro, a vontade de *viver em comum*, e o sentido de se ser reconhecido como pertencente a uma dada comunidade. Já a revolução, por ele liderada, apaga as pessoas e toma como referentes os ícones em que algumas delas são transformadas

²¹¹ Idem, 240

²¹² José Eduardo dos Santos, 2003

²¹³ Sakala, 2005, p.1

²¹⁴ Idem, p.12

ou que ela própria edifica, o que conduz à exclusão de todos os demais. É o sentido de utilidade para a revolução que determinava a pertença a essa colectividade»²¹⁵.

Tanto Agostinho Neto, quanto Savimbi foram muito influenciados pelo ambiente social que se vivia na época colonial e pelas experiências e expectativas adquiridas aquando da formação na Europa, assim pelo contexto internacional de uma maneira geral.

Na imagem histórica de Angola, figuram os três líderes dos movimentos históricos angolanos, ocupando este um lugar de referências. E ainda hoje, quando se discute sobre as figuras que marcaram a geração nacionalista, surgem posições que acabam por defender os vários actores políticos, independentemente da sua relevância para o discurso dominante actual. «A revolução angolana, protagonizada pelos mais diferentes actores do nacionalismo angolano, foi produtora de exclusão e, *in fini, autofágica*. A autocracia que lhe imita os passos, não nos propósitos, não na bondade do seu projecto social, mas nos métodos de dominação e reprodução legítima, não quer privilegiar senão a reprodução e o reforço do seu poder»²¹⁶. Siona Casimiro, «tendo subjacente o 4 de Janeiro, comemoração do aniversário da revolta da Baixa de Cassanje, escreveu [um texto], transmitid[o] pela Rádio Ecclesia, em que procurava *reintegrar na história* aqueles que dela foram excluídos por razões conjunturais de dominação», com destaque para as figuras de Holden Roberto e Cónego Manuel das Neves²¹⁷.

As divergências e contradições que marcam a construção da imagem histórica de Angola acabaram por influenciar todo um conjunto de elementos simbólicos, como a bandeira e o hino nacional, principalmente devido ao contexto em que estes foram produzidos. Actualmente, existe uma discussão que divide a elite política e por sua vez, a população, sobre a eventual necessidade duma mudança dos símbolos, uma vez que o país está em transição e em reconciliação.

O actual partido no poder é dos principais defensores da permanência dos símbolos nacionais, argumentando que a população se identifica com os mesmos, e estranharia caso estes fossem mudados. E há mesmo muita gente que se manifesta a favor da permanência

²¹⁵ Pestana, 2009, p.1

²¹⁶ Idem

²¹⁷ Ibidem

dos actuais símbolos. A oposição defende uma mudança das cores da bandeira, do conteúdo do hino e outros elementos, argumentando a existência de uma confusão com os símbolos do partido no poder. Esta divergência esteve na base da elaboração, em 2004, de uma proposta para os novos símbolos, quando se discutia a elaboração da Constituição de Angola. Sendo esta temática objecto de discórdia política, o país perdeu uma oportunidade de decidir sobre a mudança dos símbolos nacionais, quando a oposição adoptou como mecanismo de pressão política para a realização das eleições, o abandono da Comissão encarregue de elaborar a Constituição e as propostas dos símbolos nacionais. Este assunto acabou por ser remetido para depois da realização das eleições de 2008²¹⁸. O partido no poder mantém actualmente a sua posição na proposta constitucional apresentada para a discussão pública.

Muito recentemente, e fruto das discussões e pressões em torno do assunto, o presidente angolano constituiu uma comissão multi-sectorial para o projecto de Valorização e Divulgação das Figuras Históricas Angolanas, das mais diversas épocas. Segundo a coordenadora do projecto, pretende-se que «todos os cidadãos se revejam no projecto. Como exemplo, as áreas Lunda e Cokwe, a área dos Estados do planalto, do Sudeste, do Sul, Kongo e Kimbundu. É uma média de quatro a cinco figuras para cada região [...]. São 50 figuras, no total. Este projecto é muito sério e apartidário [...] e existe levantamento de figuras ligadas ao MPLA, à UNITA e à FNLA»²¹⁹.

Este é um passo que pode marcar a história do país em matéria de reconciliação nacional, a partir da reconciliação com a memória histórica e pondo de parte as clivagens políticas. Nesta perspectiva, de acordo com Alcides Sakala, para exprimir a importância da conquista da independência nacional pelos três movimentos de libertação nacional, um monumento tem de ser erguido, em Luanda e nas capitais provinciais. Torna-se um imperativo nacional a construção de um monumento que represente as três figuras do nacionalismo angolano e dos movimentos de libertação pelo seu engajamento na luta política e armada pela independência nacional. Estas personalidades, «[...] são Jonas Savimbi, *o pai da democracia*, Agostinho Neto, *o pai da independência nacional*, e Holden Roberto, *o pai do nacionalismo angolano*. Seria a melhor forma de explicar às novas

²¹⁸ Cf. Sousa, 2006, p.311-319; Chivukuvuku, 2006, p.312-24

²¹⁹ Alexandra Aparício, entrevista In Semanário Novo Jornal, 11, Setembro, 2009

gerações a importância da data da independência nacional e seria também um gesto profundo de reconciliação nacional»²²⁰. Outros segmentos da sociedade defendem a construção de um Panteão em memória das várias figuras históricas angolanas. Este deve ser uma referência nacional mais abrangente que represente as várias sensibilidades, ao invés de eleger figuras que, embora sejam importantes para a história do país, representam muita discórdia. Seria mais integrador caso fosse alargado o número mais figuras reportando-se estas às mais diversas áreas de Angola.

Deste ponto de vista, «vinte anos da celebração da batalha do Kuito Kuanavale e sete do alcance da paz, sob forma de preservação do acontecimento está a ser feita a construção, em fase conclusiva, do memorial da batalha e de um arquivo com material sobre a guerra»²²¹. Embora haja interesse por parte dos três governos implicados (Angola, África do Sul e da Namíbia), ainda assim existe um certo desconforto quanto às narrativas da batalha do Kuito Kuanavale. Se, do lado angolano, a batalha é considerada como uma vitória de Angola e da região austral, por outro lado, as referências que fazem a literatura sul-africana reivindicar a vitória para o seu lado. Este acontecimento está muito marcado por divergências²²² que acabam por desinformar as gerações mais recentes. Uma pergunta seria feita da seguinte forma: o que torna a batalha do Kuito Kuanavale uma referência nacional?

No final de 1987, as forças sul-africanas e da UNITA entram em choque com os seus homólogos cubanos e FAPLA no Kuito Kuanavale, no que seria a batalha culminante da chamada *fronteira da guerra*. De facto, tem sido descrito como «a maior batalha de África desde a II Guerra Mundial»²²³. A proporção das vítimas foi muito desequilibrada no lado dos sul-africanos. Isto, aliado ao facto de que eles terem conseguido repelir a ofensiva contra o reduto da UNITA, no sudeste de Angola, cujo veredicto da batalha foi que o Kuito Kuanavale, representou uma derrota decisiva para o regime colonialista do apartheid. A história é escrita pelos vencedores e é esta a versão ensinada às novas gerações²²⁴.

Para o presidente angolano, «conquistada a paz, garantido [que está] o regresso organizado das populações dispersas pelo país ou refugiadas no exterior aos seus locais de

²²⁰ Semanário Novo Jornal, 2009

²²¹ Idem

²²² Cf. Semanário Angolense, 2008; Malaquias, 2007, pp. 83-84

²²³ David Saiks, in Mail & Guardian, 2008.

²²⁴ David Saiks, in Mail & Guardian, 2008

origem, feita a reconciliação [...], a nação angolana é uma realidade em processo de integração e consolidação, em que há elementos de integração ainda frágeis e outros já consolidados»²²⁵. Dos Santos advoga que «a integração ocorre através da assimilação de valores culturais específicos e dos usos e costumes de uma comunidade por pessoas de outras comunidades e vice-versa, de modo natural, provocada pelo contacto e convivência humana num espaço comum, podendo ela ter uma dimensão local, regional ou nacional»²²⁶. No seu entender, «as pessoas podem, assim, identificar-se com os valores, usos e costumes de um grupo social, de uma comunidade local, de uma região ou Nação, tudo dependendo do espaço em que se formam essas relações, dos níveis e da solidez da integração que se processa no tempo»²²⁷.

Na perspectiva do Cardeal Alexandre do Nascimento, o «ser angolano é, antes de mais, possuir objectivamente o vínculo jurídico de posse e pertença, que nos liga ao país. Na [...] subjectividade, o ser angolano é ter laço que, antes de ser jurídico, é emanação de uma realidade vivida. Por outras palavras, é ter consciência de comungar nesse todo de afectos e de ideias comuns, que nos caracterizam no meio doutras comunidades políticas. É um sentimento entranhado, fundo, telúrico, obscuro [...] primordial e de raiz em nós. O ser angolano tem que ver com o alvoroço ao divisarmos certos fenómenos naturais, geológicos [...], é particularmente ter capacidade de colher a Mensagem das pedras míticas do Pungo-Andongo, em tempos já corte da Rainha Njinga»²²⁸.

Deste modo, se vai construindo a histórica da Angola que, com um ponto marcante nas referências sejam simbólicas, sejam figuras históricas ainda que com um passado discordante, figuram na memória dos angolanos. Com este exercício, pretendemos demonstrar as referências que constituem a imagem que é projectada sobre Angola, por si um mosaico de povos, línguas e culturas que dão substância à identidade nacional.

²²⁵ José Eduardo dos Santos, (Discurso do IIIº Simpósio sobre Cultura Nacional), 2007, p.110

²²⁶ Idem

²²⁷ Ibidem

²²⁸ Nascimento, 2007, p. 84-85

4. Considerações finais

O longo conflito armado em Angola terminou com a morte do líder guerrilheiro da UNITA, e levando os restantes dirigentes a assinarem com o governo os acordos de Luena. O processo de reconciliação nacional teve em 2002 maior alcance e notoriedade com o acordo político-militar entre as Forças Armadas Angolanas, dirigidas pelo General Armando da Cruz Neto, e a forças militares da UNITA. Este passo pôs fim ao conflito e deu origem à assinatura do Memorando de Entendimento, dando este sequência aos acordos de Lusaka.

Para cumprimento da agenda negocial, ficou estabelecida, como primeiro passo, a desmobilização dos ex-combatentes e a sua reintegração na sociedade. O governo angolano e a UNITA acordaram também em mobilizar recursos para dar assistência aos ex-combatentes e a suas respectivas famílias; em prosseguir com o desarmamento da população civil; e em criar condições sociais mais amplas para todas as vítimas da guerra. Aqui destacamos as campanhas desenvolvidas pela imprensa pública através do programa *Nação Coragem* e pela Cruz Vermelha Internacional no que diz respeito à reunificação das famílias. A reunificação constitui um propósito que envolveria a generalidade da população angolana, deslocada em muitos casos, das suas zonas de origem para outras na sua busca por segurança. De facto, o conflito provocou um êxodo da população das zonas de conflito para os centros das cidades que ofereciam maior protecção, originando um aumento da tensão entre as cidades e as zonas rurais. E, por outro lado, devido à ausência de condições sociais nas cidades de acolhimento, aumentaram os níveis de degradação das infra-estruturas, a criminalidade urbana, a violência contra as crianças órfãs e viúvas, etc. Em suma, a guerra conduziu o aumento da população nas cidades e, conseqüentemente, ao aprofundamento das condições sociais. As políticas de reconciliação no plano social viram-se fracassadas, não podendo responder aos anseios da população, ávida por melhores condições de vida e de protecção social.

Como primeira consideração temos a referir que para o discurso oficial, a reconciliação é um facto irreversível. Em primeiro lugar, houve uma vitória militar das forças governamentais relativamente aos efectivos militares da UNITA, o que serviu para impor a paz. Na mesa de negociações entre as partes beligerantes, saíram as estratégias que, por sua vez, seriam implementadas, quer pelo governo, quer pela UNITA, de forma a

satisfazer ambos os lados. Enquanto decorriam os acordos político-militares, a Assembleia Nacional elaborou e aprovou a lei de Amnistia para consagrar a não criminalização dos actos decorridos durante o conflito armado entre as duas partes. Por outro lado, a lei de Amnistia permitiu ainda criar um clima de confiança entre os ex-contendores e passar à sociedade em geral uma mensagem de maior confiança e de credibilidade, sobretudo quando comparada com a experiência do protocolo de Lusaka, o qual prevendo a integração de políticos da UNITA no governo, foi conduzido num clima de muita desconfiança entre as partes envolvidas. Ainda assim, o protocolo de Lusaka permitiu a integração dos ex-militares oficiais superiores da UNITA nas FAA e na Polícia Nacional. Após a assinatura do acordo de Luena, deu-se continuidade a este processo. Do ponto de vista político, o governo de Unidade e Reconciliação Nacional cujo prazo terminou com as eleições de 2008, permaneceu, o que permitiu à UNITA margem para reorganizar-se politicamente no contexto do abandono das armas. Criou-se, assim, um exército único com a integração de altas patentes desta organização política.

Por conseguinte, tanto os deputados da Assembleia Nacional, quanto o Presidente da República realizaram sistemáticos apelos ao esquecimento da guerra, a qual, para estes responsáveis, faz parte do passado, e ao *perdão* como forma de promover e consolidar a reconciliação entre os angolanos. Neste particular, a Igreja angolana foi pioneira deste tipo de mensagem, quando, ainda nos anos 90, se manifestou a favor duma reconciliação mais inclusiva, a partir do reconhecimento das diferenças e da prática do perdão mútuo. Do nosso ponto de vista, criava-se, desta forma, um ambiente para a «institucionalização do perdão» que por sua vez, o Presidente da República assumiu publicamente nos seus pronunciamentos.

Ora, a materialização dos discursos de reconciliação deram origem, desde 2002, a projectos que visaram a integração dos ex-combatentes e suas famílias em zonas cuja finalidade seria a implementação e apoio a actividades diversas, passando pela produção agrícola, pela criação de gado e pela formação socioprofissional, garantindo-se assim a sua auto-subsistência. O governo pretendia com estes projectos atrair o regresso das pessoas dos centros urbanos para as zonas potencialmente favoráveis à produção agrícola e à criação de gado. Em alguns casos, gerou resultados. Contudo, em outros casos, as dificuldades das

populações aumentaram, criando problemas agravados pela ausência de infra-estruturas em determinadas regiões do país.

A segunda consideração prende-se com as contradições entre o discurso e a realidade social do dia-a-dia, tendo em conta a promoção desigual de oportunidades para todos, e não somente para os ex-combatentes, que, deste ponto de vista, aparecem no grupo dos mais carenciados. Se o discurso dominante enuncia a inclusão dos vários segmentos sociais no processo de pacificação e harmonização, as suas práticas contrariam-na. Tendo em conta que toda a população, desde as cidades até as zonas rurais, foi afectada pela guerra - embora não no mesmo grau -, as políticas sociais deveriam ser mais inclusivas, tal como têm vindo a apelar as várias lideranças religiosas.

A troca de acusações políticas entre o governo e a UNITA pouco tem ajudado na elaboração de políticas públicas para suprir as dificuldades do país. A discussão política resume-se a uma troca de acusações entre o partido no poder e uma oposição fragmentada, liderada pela UNITA. A UNITA, em resposta à crítica que faz, às insuficiências da governação, é responsabilizada como principal causadora dos problemas vividos no país. Recorre-se ao passado e às causas do conflito pós 1992, quanto esta organização não quis reconhecer o resultado das eleições de então e pegou em armas. Este é o discurso de confronto entre os deputados do MPLA contra os da UNITA e vice-versa.

Outras vezes essa discussão política surge na imprensa pública e privada com pronunciamentos que defendem a vitória militar do governo sobre a UNITA, em resposta às acusações contra a má governação, evidenciando-se assim, os ressentimentos e a base da argumentação política. Isso, de alguma forma, acaba por afectar a qualidade do debate político. Foi assim durante a campanha para as eleições legislativas de 2008, onde os principais partidos, MPLA e UNITA, confrontaram-se, recorrendo ao passado de guerra. A UNITA acusava o MPLA de estar há muito tempo no poder e de não ter feito nada para mudar a vida dos angolanos. E, por sua vez, o MPLA acusava a UNITA de ter atrasado o desenvolvimento do país, insistindo na guerra que destruiu as infra-estruturas, argumentado ainda que o governo precisava de mais quatro anos para provar aos angolanos que é o único partido capaz de reconstruir o país.

Há, ainda, o argumento da personificação da reconciliação nacional, segundo a qual foi através da magnanimidade do Presidente angolano que se obteve a paz, fazendo do presidente a figura central, quando na realidade a paz pressupõe uma conquista colectiva da sociedade e dos vários actores sociais.

Esta postura pode ter muito a ver com a visão que se tem da reconciliação nacional: «na vida política nacional não existem actos públicos de reconciliação. A forma como o país vem enfrentando o período pós-guerra tem muito a ver com os sinais de reconciliação dados no Moxico e depois no caloroso abraço entre os generais Armando da Cruz Neto e Kamorteiro»,²²⁹ demonstrando-se uma concentração da reconciliação entre as partes.

Deste ponto de vista, ainda há muito por se fazer em matéria de reconciliação nacional. Vive-se com muita desconfiança política, o que implicará mudanças nos próximos anos, se de facto houver vontade política. Existe um consenso sobre o facto de as sequelas da guerra levarem entre duas ou mais gerações para que sejam superadas, visto que a sua presença continua no dia-a-dia dos angolanos. Para isso, serão necessárias intervenções diversificadas e um empenho mais profundo das instituições do Estado. Aqui, será fundamental a convergência dos três R: Reconstrução, Reintegração e Reconciliação.

Deve-se-á tratar de uma reconstrução assente no desenvolvimento das capacidades humanas, de forma a colocar o homem no centro das prioridades, e que tenha em conta as assimetrias no desenvolvimento regional, com particular realce para as periferias das províncias mais afastadas da capital do país e de linha costeira. Deve-se-á tratar de uma reintegração assente em políticas inclusivas e na igualdade de oportunidades de forma a suprimir o fosso social que divide a população entre muito ricos e muito pobres, sem exclusão social, política, religiosa ou cultural. Quanto à reconciliação, esta deve basear-se num amplo fórum multipartidário que promova a harmonização política, social, económica, institucional e simbólica mais abrangente e que satisfaça as expectativas da população.

A política de reconciliação nacional foi, portanto, determinada pela força das instituições militares e pelo desempenho dos órgãos governativos, como a Presidência da República, a Assembleia Nacional, o governo, e outras instituições não estatais, como as Igrejas (CEAST e COIEPA). Estes actores apelavam ao esquecimento e à

²²⁹ Mateus, 2009

institucionalização do perdão. Nesta perspectiva, a lei de amnistia de 2002 aprovada por unanimidade pela Assembleia Nacional com o apoio do Presidente da República e da comunidade internacional, foi de particular importância para a institucionalização do perdão.

Como terceira consideração, o estudo permitiu-nos confirmar as hipóteses, segundo as quais a reconciliação deverá assentar no alargamento da integração social e política. Mas foi também claramente demonstrada uma contradição entre os discursos e as práticas de reconciliação. Essa contradição deriva do facto de as políticas de reconciliação não corresponder aos critérios de justiça social e do facto de ser promovida no quadro de profundas desigualdades de oportunidades.

5. BIBLIOGRAFIA

- A. Livros, Artigos e Teses
- B. Jornais e Revistas
- C. Documentos

A. LIVROS, ARTIGOS E TESES

AFRICANO, Manuel António, *L'UNITA et la 2e Guerre Civile Angolaise*, Paris: L'Harmattan, 1995.

ALBUQUERQUE, Carlos, *Angola, A cultura do Medo*, Lisboa: Livros do Brasil, 2002.

ANDRADE, Mário Pinto, *Origens do nacionalismo africano*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

ANDRADE, Justino, «O Processo de Transição em Angola», In VIDAL, Nuno, ANDRADE, Justino, *Sociedade Civil e Política em Angola- Enquadramento Regional e Internacional*, 2005, pp.41-52.

ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of Nationalism*, London: Verso, 1983, pp.48-59.

ANDERSON, Benedict, *Comunidades Imaginadas*, Fondo da Cultura Economica, Buenos Aires (Introducción), 1993, pp.17-25.

ANSTEE, Margaret, «L'ONU et le maintien de la paix» In *Politique Africaine*, nº 57, Mars, 1995, pp.103-111.

ANSTEE, Margaret, *Órfão da Guerra fria: Radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/93*, Porto: Campos das Letras, 1997.

ANGOLA, Presidente da República, José Eduardo dos Santos, Discurso de 20 de Novembro de 1994, Lusaka.

ANGOLA, Presidente da República, José Eduardo dos Santos, Discurso de 4 de Abril de 2002, Jornal de Angola.

ANGOLA, Presidente da República, José Eduardo dos Santos, Discurso de 22 de Novembro de 2002.

ANGOLA, Presidente da República, José Eduardo dos Santos, Discurso de Boas Vindas ao Papa Bento XVI, Aeroporto 4 de Fevereiro, 20 de Março de 2009, Edição: Ministério da Comunicação Social.

ANGOLA, Presidente da República, José Eduardo dos Santos, (Mensagem de Ano novo, aos 27 de Dezembro de 2007), Revista de Estudos e Opiniões do Gabinete de Coordenação de Estudos e Análise do MPLA, nº 1, Julho/Dezembro de 2007.

ANGOLA, Presidente da República, José Eduardo dos Santos, (Início da campanha Eleitoral para as legislativas de 2008), Revista de Estudos e Opiniões do Gabinete de Coordenação de Estudos e Análise do MPLA, nº 2, Janeiro/ Junho de 2008, pp. 6-7.

ANGOLA, Presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, (Discurso pronunciado na IIIª Conferencia Nacional do MPLA, Luanda, 9 de Maio de 2008), Revista de Estudos e Opiniões do Gabinete de Coordenação de Estudos e Análise do MPLA, nº 2, Janeiro/Junho de 2008, pp. 25-33.

ANGOLA, Presidente da República, José Eduardo dos Santos, (declaração alusiva ao 20º aniversário da batalha do Kuito Kuanavale, Luanda, 27 de Março de 2008), Revista de Estudos e Opiniões do Gabinete de Coordenação de Estudos e Análise do MPLA, nº2, Janeiro/ Junho de 2008, pp. 95-99.

ANGOLA, Presidente da República, José Eduardo dos Santos, (Mensagem de fim de ano novo, Luanda, aos 29 de Dezembro de 2008), Revista de Estudos e Opiniões do Gabinete de Coordenação de Estudos e Análise do MPLA, nº 3, Janeiro/ Junho de 2009, pp. 6-9.

ANGOLA, Presidente da República, José Eduardo dos Santos, (discurso pronunciado, na cerimonia de ano novo aos corpo diplomático, Luanda, aos 15 de Janeiro de 2008), Revista de Estudos e Opiniões do Gabinete de Coordenação de Estudos e Análise do MPLA, nº 3, Janeiro/ Junho, 2009, pp. 11-13.

ANGOLA, Presidente da República, José Eduardo dos Santos, (discurso na abertura da Conferencia Nacional sobre Desenvolvimento Urbano e Habitacional, Luanda, aos 13 de Abril de 2009), Revista de Estudos e Opiniões do Gabinete de Coordenação de Estudos e Análise do MPLA, nº 3, Janeiro/ Junho de 2009, pp. 38-41.

ANGOLA, 30 anos – Os Grandes Desafios do Futuro, sd, (Boletim da Embaixada de Angola em Portugal).

BAKHTIN, Mikhail, *Le marxisme et la philosophie du langage: essai d' application de la méthode sociologique en linguistique*, Paris: Les Editions de Minuit, 1977.

BAMBA, Ousmane, MASSAKI, Mazuzayi, *Le Conflict Angola: L'Actions d'Alioune Blondien Bèye, Médiateur des Nations Unies*, Cauris Éditions, 2003.

- BARROS, Manuel Correia, «A importância histórica e política da batalha do Cuito Cuanavale, Resultado de Um revolta de peões», In Revista de Estudos e Opiniões do Gabinete de Coordenação de Estudos e Análise do MPLA, nº 2, Janeiro/ Junho, 2008, pp. 101-105.
- BAYART, Jean-François, «Hégémonie et coercition en Afrique subsaharienne» In Politique Africaine, nº 110, juin, 2008, pp. 123-152.
- BATCHELOR, Peter & KINGMA, Kees, *Demilitarization and peace-building in southern Africa*, vol I, London: Ashgate, 2004.
- BENDER, Gerald J., *Angola under the Portuguese: The myth and the reality*, Africa World Press, 2004.
- BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas, *A construção social da realidade*, 2ª edição, Lisboa: Dinalivro, 2004.
- BILLON, Philippe, VINES, Alex & MALAQUIAS, Assis, « Au-delà du petro-militarisme» In Politique Africaine, nº 110, juin, 2008, pp. 102-121.
- BOURDIEU, Pierre, *Esboço de uma teoria da prática*, Oeiras: Celta Editora, 2002.
- BRIDGLAND, Fred, «Savimbi et l'exercice du pouvoir: un témoignage» In Politique Africaine, nº 57, Mars, 1995, pp. 94-102.
- BRINKMAN, Inger «War and identity in Angola», In Lusotopie, 2003, pp.195-221.
- BRITAIN, Vitoria, «Angola is not over» in Southern Africa Report, SAR, Vol 11, No 2, January 1996.
- BRITAIN, Vitoria, *A Guerra em Angola*, Lisboa, Dom Quixote, 1999.
- CALEY, Cornélio, *Contribuição para o pensamento histórico e sociológico angolano*, Luanda: Editorial Nzila, 2006.
- CAMPBELL, Horace, *Humanitarianism, War and the Recolonisation of Angola*, Harare: Sapes Book, Seminar Series nº 11, 1997.
- CAMPBELL, Horace «Angola: woman in search of peace», In African Journal Politics Science, Vol 3, nº 1, 1998.
- CARDOSO, Carlos, MACAMO, Elísio & PESTANA, Nelson, «Da possibilidade do político na África lusófona» in Cadernos de Estudos Africanos, nº 3, Julho/Dezembro, Lisboa: CEA/ISCTE, 2002, pp. 7-25.

CARVALHO, Paulo de, *Angola, Quanto tempo falta para amanhã?* Oeiras: Celta editora, 2002.

CARVALHO, Paulo de «Guerra, nunca mais!» In Angola, à procura do seu passo, Revista Política Internacional, nº 25, 2002, pp. 157-163.

CARVALHO, Paulo de, *Exclusão social em Angola: o caso dos Deficientes físicos de Luanda*, Luanda: Editora Kilombelombe, 2009.

CARVALHO, Paulo de, «Estado, nação e etnia em Angola», in Revista Angolana de Sociologia, nº 1, Julho, 2008, pp. 61-71.

CARVALHO, Ruy Duarte de, «Paix et guerre chez les pasteurs Kuvale, letter de vitivi» In Politique Africaine, nº 57, Mars, 1995, pp. 85-92.

CARVALHO, Ruy Duarte de, *A câmara, a coisa escrita e a coisa dita...*, Lisboa: Cotovia, 2008.

CHABAL, Patrick, «Pouvoir et violence en Afrique postcoloniale», In Politique Africaine, nº 42, Juin, 1991, pp...

CHABAL, Patrick, «The African crisis: Context and interpretation», In WERBNER, Richard & RANGER, Terence, *Postcolonial identities in Africa*, (1996), London and New Jersey: Zed Books, pp. 29-54.

CHABAL, Patrick, VIDAL, Nuno, *Angola – The weight of history*, London: Hurst & Company, 2007.

CARRASCO, Carlos António, *Los Cubanos en Angola (1975-1990)*, Centro de Altos Estudios Internacional, Universidad Andina, 1997.

CHIWALE, Samuel, *Cruzei-me com a história*, Lisboa: Sextante editora, 2008.

COMERFORD, Michael, *O Rosto pacífico de Angola*, Luanda, Windhoek: edição do autor, 2005.

COMERFORD, Michael, «Construção da paz e defesa dos Direitos Humanos: Contributo das Igrejas angolanas» In Vidal, Nuno, Andrade, Justino Pinto de, *Sociedade Civil e Política em Angola*, Coimbra: Edições Firmamento, 2008, pp...

COELHO, João Paulo Borges, MACARINGUE, Paulino, «Da paz negativa à paz positiva: Uma perspectiva histórica sobre o papel das forças armadas Moçambicanas num contexto de segurança em transformação», In Estudos Moçambicanos, nº 20, CEA/Maputo, 2002, pp. 41-90.

CRAMER, Christopher, «Angola and the theory of war» in Chabal, Patrick, Engel, Ulf & GENTIL, Anna-Maria (org), *Is violence inevitable in Africa?* Brill: Leiden & Boston, 2005, pp. 17-34.

CENTRE CULTURE ANGOLIS – Maison d'Angola, Paix, Progress et démocratie em Angola, Colloque de Paris, 16-18, Février, 1994, p. 174.

DESCHAMPS, Jean-Claude, DEVOS, Thierry «Regarding the relationship between social identity and personal identity», In *Social Identity: International perspectives*, London and New Delhi, Sage publications, 1998, pp. 2-10.

DIAS, Filomeno Vieira, «Tradição das semanas sociais», In *Educação para uma cultura de paz*, Semana Social Nacional, 1999, pp. 43-68.

DU PISANI, André, «Security and defence: Concepts and discourse in southern Africa», in Batchelor, Peter & Kingma, Kees, *Demilitarization and peace-building in southern Africa*, Londres: Ashgate, 2004, pp. 17-40.

EKIYOR, Thelma, «Reflecting on the Sierra Leone Truth and Reconciliation Commission: A Peace building Perspective», In SRIRAM, Chandra Lekha, PILLAY, Suren, (2009), *Peace vs. Justice? The Dilemma of Transitional Justice in Africa*, University of KwaZulu-Natal Press, pp. 153-170.

FAIRCLOUGH, Norman, *Discurso e mudança social*, Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, Ana, «A Ilha, o Zango e Paris», In *Semanário Agora*, Luanda, 2 de Maio, 2009.

FARIA, Ana, «A dimensão humana das demolições», In *Semanário Agora*, Luanda, 20 de Julho, 2009.

FRANCISCO, Miguel, *Nuvem negra*, Lisboa: Clássica Editora, 2007.

FERREIRA, Patrícia Magalhães, «Justiça e reconciliação Pós-conflito em África», In *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 7/8, Julho, CEA-ISCTE, Lisboa, 2004/2005, pp. 12-29.

FREIRE, Maria Raquel & LOPES, Paula Duarte, «Reconceptualizar a paz e a violência», In Revista Critica de Ciências Sociais, nº 82, Setembro, 2008, pp. 13-29.

FOUCAULT, Michel, *Ordem do discurso*, 14^a edição, São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel, *Arqueologia do Saber*, 7^a edição, São Paulo: Editora Forense Universitária, 2008.

FOX, Nick J., «Foucault, Foucauldians and sociology», In The British Journal of Sociology, vol. 49, nº 3, 1998, pp. 415-433.

GRAÇA, Pedro Borges, *A Construção da Nação em África*, Coimbra: Almedina, 2005.

GRANT, J. Andrew, «New regionalism and micro-regionalism in south-western Africa: The Oil-rich Enclave of Cabinda», In The New regionalism in Africa, ASHGATE, 2003.

GEORGE, Edward, *The Cuban intervention in Angola, 1965-1991*, London and New York: Frank Cass, 2005, p. 354.

GRIFFITHIS, Aaron, «The end of the war: the Luena Memorandum of Understanding», In Meijer, Guus, from military peace to social justice? Conciliation Resources, Issue nº 15, London, 2004, pp. 24-27.

GUEPIN, Louis, *Typologie du discours politique*, Paris, langages, nº 23, 1971, pp. 3-24.

HAMBER, Brandon, «Forgiveness and Reconciliation : paradise lost on pragmatism ?», In Peace and conflict : Journal of Peace Psychology, 13 (1), 2007, pp.115-125.

HENDERSON, Laurence W., *A Igreja em Angola*, Lisboa: Editorial Além-Mar, 1990.

HIRSCH, John L., «Peace and Justice: Mozambique and Sierra Leone Compared» In SRIRAM, Chandra Lekha, PILLAY, Suren, (2009), Peace vs. Justice? The Dilemma of Transitional Justice in Africa, University of KwaZulu-Natal Press, pp. 202-220.

HODGES, Tony, *Angola: Anatomy of an oil state*, Indiana University Press, 2004.

JAMBA, Sousa, «Sou mesmo angolano?» In Semanário Angolense, 27/Junho a 4/Julho, 2009.

KAURE, Alexactus T., *Angola: Socialism form to Liberal Reform*, Harare: Sapes Books, 1999.

LEBARON, Frédéric, *A Sociologia de A a Z*, Lisboa: Escolar Editora, 2010.

LEVETT, Ann, KOTTLE, Amanda (org), *Culture, power and difference: discourse analysis in South Africa*, Cape Town: University of Cape Town Press, 1997.

LOANDA, Guilherme, «La longue Marche de L' UNITA jusqu'à Luanda» In *Politique Africaine*, n° 57, Mars, 1995, pp. 63-70.

LOPES, Carlos, *A construção da nação em África (os exemplos de Angola, Cabo-verde, Guine Bissau, Moçambique e são Tome e Príncipe)*, Bissau, INEP, 1989.

LOPES, Filomeno, «Caminhos para a paz em Angola» opinião, In *Semanário Agora*, Luanda, 26 de Julho de 1999.

LOPES, Filomeno Vieira, «Contrastes Chocantes» In *Semanário Angolense*, Luanda, 04 a 11 de Julho de 2009.

LOVE, Alison, «Democratic discourse? Realising alternatives in Zimbabwean political discourse» In *Zambezi*, (2000), XXVII.

LUKOMBO, João Baptista, «Identidade, linguagem e memória em África: Angola entre o pluralismo e o unitarismo sociocultural» in Vidal, Nuno & Andrade, Justino Pinto, *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*, Lisboa, Firmamento, 2006.

KIBBLE, Steve, «Angola: Hearing the people's voice» in *SID on-line Dialogue*, London, SAGE publications.

KIBBLE, Steve «Options for peace and reconciliation» in Tvedten, Inge, *Report: Angola 2001/2002 key development issues and Aid in a context of peace*, 2008, Chr. Michelsen Institute.

MABEKO-TALI, Jean-Michel, *Dissidências e poder de Estado: O MPLA perante si próprio*, (1962-1977), Vol. I-II, Luanda: Editorial Nzila, 2001.

MABEKO-TALI, Jean-Michel, «La “ chasse aux zaïrois” à Luanda», In *Politique Africaine*, n° 57, Mars, 1995, pp. 71-84.

MABEKO-TALI, Jean Michel, «Cabinda between no peace and war» In Meijer, Guus, *From military peace to social justice? Conciliation Ressources*, Issue n° 15, London, 2004, pp. 36-39.

MABEKO-TALI, Jean-Michel, «Entre économie rentière et violence politique-militaire» In *Politique Africaine*, n° 110, juin, 2008, pp. 65-83.

MABEKO-TALI, Jean-Michel, «Exclusão e estratégia de sobrevivência no Estado-Nação: o caso das transições políticas Congoleza e Angolana» In Vidal, Nuno, Andrade, Justino

- Pinto, O Processo de Transição para o multipartidarismo em Angola, Lisboa: Firmamento, 2006, pp. 175-205.
- MACAMO, Elísio, «A nação moçambicana como comunidade de destino», In *Lusotopie*, 1996, pp.355-364.
- MACAMO, Elísio, «A transição política em Moçambique» in *Ocassional Paper*, Lisboa: CEA/ISCTE, 2003.
- MACAMO, Elísio, *Um país cheio de soluções*, Maputo: Produções Lua, 2006.
- MAIER, Karl, «Se batter et survivre: la foile à Kuito» In *Politique Africaine*, nº 57, Mars, 1995, pp. 58-62.
- MALAQUIAS, Assis, «Angola: how to lose a guerrilla war», In Boas, Morten & Dunn, Kevin C., *African Guerrillas*, London: Lynne Rienner Publishers, 2007, pp. 199-220.
- MALAQUIAS, Assis, *Rebels and Robbers: Violence in Postcolonial Angola*, Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, 2007.
- MARCHAL, Roland, MESSIANT, Christine, «De l'avidité dê rebelles: L'analyse é conomique de la guerre civile selon Paul Collier» in *Caderno de Estudos Africanos*, nº 2, Janeiro/ Julho, Lisboa: CEA/ISCTE, 2002, pp. 11-23.
- MARQUES, Rafael, CAMPOS, Rui Falcão de, Lundas: *As pedras da morte*, relatório sobre os Direitos Humanos, s.l, Edição dos autores, 2005.
- WEBBER, Mark «Angola: Continuity and change» in Hughes, Arnold, *Marxism's retreat from Africa*, 1992, Londres: Frank Cass, pp. 126-144.
- MATEUS, Ismael et al, *UNITA – Que futuro?* (debate radiofónico, Luanda Antena Comercial LAC), Luanda: Editorial Nzila, 2002.
- MATEUS, Ismael, «O que mudou em tempos de paz?» In *Semanário Angolense*, Luanda, 26 de Abril a 03 de Maio de 2003.
- MATEUS, Ismael «The role of the media during the conflict and in the construction of democracy» In Meijer, Guus, *From military peace to social justice? Conciliation Resources*, Issue nº 15, London, 2004, pp. 62-65.

MATOS, João de, «Retratos de Angola» In Angola, à procura do seu passo, *Revista Política Internacional*, nº 25, 2002, pp. 81-92.

MEIJER, Guus, «From military peace to social justice? » In Conciliation Resources, Issue 15, 2004, p. 97.

Meijer, Guus & Birmingham, David, «Angola from past to present» In Meijer, Guus, From military peace to social justice? Conciliation Resources, Issue nº 15, London, 2004, pp. 10-15.

MELO, João, «Negociações» in *Semanário Agora*, Luanda, 12 de Junho de 1999.

MELO, João, «A guerra de um homem só» opinião, In *Semanário Agora*, Luanda, 24, Julho, 1999.

MELO, João, «Que guerra é está?» opinião, In *Semanário Agora*, Luanda, 26, Junho, 1999.

MELO, João, «Democracia, segurança e legalidade» opinião, In *Semanário Agora*, Luanda, 27, Novembro, 1999.

MELBER, Henning, «From liberation Movements to Governments: On Political Cultural in Southern Africa», In Debates, *African Sociological Review*, 6, (1), 2002.

MESSIANT, Christine, «Avant-propos: L'Angola dans la guerre» In *Politique Africaine*, nº 57, Mars, 1995, pp. 3-10.

MESSIANT, Christine, «MPLA et UNITA: processus de paix et logique de guerre» In *Politique Africaine*, nº 57, Mars, 1995, pp. 40-57.

MESSIANT, Christine «Angola, les voices de l'ethnisation et de la décomposition», In *Lusotopie*, 1998.

MESSIANT, Christine «La Foundation Eduardo Dos Santos (FESA)», In *Politique Africaine*, nº 73, Mars, 1999, pp. 50-81.

MESSIANT, Christine, «Introdução» In SCHUBERT, Benedict, A Guerra e as Igrejas, Angola (1961-1991), (2000), P. Schlettwein Publishing Switzerland, pp. 1-16.

MESSIANT, Christine «Angola: une “victore” sans fin?» In *Politique Africaine*, nº 81, Mars 2001, pp.

MESSIANT, Christine, «Fin de la guerre, en fin, en Angola. Vers quelle paix?» In *Politique Africaine*, nº 86, Juin, Paris, 2002, pp. 183-195.

MESSIANT, Christine, “Why did Bicesse and Lusaka fail? A critical analysis” In Meijer, Guus, *From military peace to social justice? Conciliation Resources*, Issue nº 15, London, 2004, pp. 16-23.

MESSIANT, Christine, «Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia» In Vidal, Nuno, Andrade, Justino Pinto, *O Processo de transição para o multipartidarismo em Angola*, Lisboa: Firmamento, 2006, pp. 131-174.

MESSIANT, Christine, *L'Angola colonial, histoire et société: Les prémisses do mouvement nationaliste*, P. Schlettwein Publishing Switzerland, 2006.

MESSIANT, Christine, *L'Angola postcolonial*, Vol. II, Paris: karthala, 2008.

MINTER, William, «Perspectivas comparativas, regionais, e contrafactuais: Podem contribuir à análise da história das guerras pós-colonais?», In IIIº Encontro Internacional de História de Angola, ARQUIVO HISTÓRICO DE ANGOLA, Luanda, 2007.

MONTEIRO, Carlinda, «Peace and Reconciliation» In Meijer, Guus, *From military peace to social justice? Conciliation Resources*, Issue nº 15, London, 2004, pp. 66-67.

MOREIRA, Carlos Diogo, «Identidades culturais, pluralismo e globalização» In *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, ISCSP, nº 1, 2007, pp. 31- 40.

MOURISCA, Francisco da Mata, «Desafios actuais da educação à Igreja em Angola» In *Educação para uma cultura de paz*, Semanas Social Nacional, Luanda, 1999, pp. 273-288.

MBEMBE, Achille, «Al Bordel del mundo: Fronteras, territorialidad y soberania en África» In *Estudios Postcoloniales*, Madrid: Edições Traficantes de Sueños, pp. 167-196.

MBEMBE, Achille, «Passages to freedom: The politics of racial reconciliation in South África», In *Public Culture*, nº 20, 2008, pp.5-19.

NASCIMENTO, Lopo do, «O Pais começa agora?» In *Angola, à procura do seu passo*, *Revista Politica Internacional*, nº25, 2002, pp. 115-121.

NETO, Agostinho, «Vamos defender a nossa revolução» (discurso proferido no encerramento de um curso de activistas, 23 de Maio), 1979.

NETO, Agostinho, *Ainda o meu sonho*, (discurso sobre a cultura nacional) Lisboa: Edição 70, 1980.

NETO, Maria da Conceição, «A nação, a cidadania (I)» In *Semanário Agora*, Luanda, 1, Fevereiro, 2003.

- NETO, Maria da Conceição, «Um paradoxo angolano: consciência nacional mais forte, unidade nacional mais frágil (conclusão)» In *Semanário Agora*, Luanda, 8, Fevereiro, 2003.
- NETO, Maria da Conceição, «Reconstrução nacional: desafios e perspectivas» In *O Cidadão e a Política*, Luanda: CEAST e Centro Cultural Mosaiko, 2004, pp.195-210.
- NIEUWAAL. E. Adriaan B. Van Rouveroy, DIJK, Rijk van, *African Chieftaincy in a New sócio-political Landscape*, African Studies Centre Leiden, 1999.
- N'GAIDE, Abderrahmane, «Reconciliar-se julgar ou perdoar? Os mauritanos face à sua história» In *Codesria Boletim*, nº 3 & 4, 2006, pp.41-49.
- OLSON, Thomas, «África do sul e seus vizinhos: Estratégias Regionais em Confrontação», In *Estudos Moçambicanos*, nº 8, CEA/Maputo, 1990, pp. 15-62.
- PACAVIRA, Manuel Pedro, *JES, Uma vida em prol da pátria*, Luanda: Editorial Nzila, 2008.
- PACHECO, Fernando, «Reconstrução nacional e participação cívica», In IIª Semana Social Nacional, Novembro, Luanda: CESAT e Centro Cultural Mosaiko, 2004, pp. 211-221.
- PAIVA, Mário, «Sociedade civil reclama negociações de paz» in *Semanário Agora*, 26, Julho, 1999.
- PÉCLARD, Didier, «Les chemins de la reconversion autoritaire en Angola» In *Politique Africaine*, nº 110, Juin, 2008, pp. 5-20.
- PEARCE, Justine, «L'UNITA à la recherche de "son peuple", in *Politique Africaine*, nº 110, Juin, 2008, pp. 47-6....
- PESTANA, Nelson, *L'Etat en Angola: discours et pratiques*, Montpellier, Université de Montpellier I, (Thèse Doctoral), 2002.
- PESTANA, Nelson, «Da paz militar à paz civil» In Angola, à procura do seu passo, *Revista Política Internacional*, nº 25, 2002, pp. 151-155.
- PESTANA, Nelson, «As dinâmicas da sociedade civil em Angola» In *Ocasional paper*, nº 2, CEA/ISCTE, Lisboa, 2003, pp. 32-33.

PESTANA, Nelson, «O poder e a diferenciação social em Angola» In Silva, Teresa Cruz, Cardoso, Carlos, Lusofonia em África: História, democracia e integração africana, Codesria, 2005.

PESTANA, Nelson, «A História e a política», In *Semanário Agora*, Luanda, 2007.

PESTANA, Nelson, «A Nação no discurso de nós mesmo!» In *Semanário Agora*, Luanda, 29, Janeiro, 2009.

REIS, Fidel Raul Carmo – «Angola: práticas políticas e lutas de classificação: reavaliação das propriedades ráticas / características somáticas em contextos de crise (1962-1964, 1992-1996)». Lisboa (s.n), 2002, 152-35 p.) tese de mestrado, ISCTE- IUL.

RIVIÈVE, Philippe, «Os sul-africanos reclamam um tecto» In *Le Monde Diplomatique*, Edição portuguesa, Abril, 2008, pp. 10-11.

SAKALA, Alcides, *Memórias de um guerrilheiro: Os últimos anos de guerra em Angola*, Lisboa: Dom Quixote, 2005.

SAKALA, Alcides, «A corrupção permeia e premeia a economia e a sociedade» In *Semanário Económico*, 10, Dezembro, 2009.

SANTOS, Daniel dos, «Economia, democracia e justiça em Angola: O efêmero e o permanente» In *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 1, 2001. pp. 99-133.

SAUL, John, *Recolonization and Resistance in southern Africa*, Trenton, New Jersey, Africa world press, 1993.

SAVIMBI, Jonas, *Angola: a Resistência em busca de uma nação*, Lisboa, agência portuguesa de revistas, 1979.

SAVIMBI, Jonas, *O homem do projecto angolano*, Lisboa, agência portuguesa de revistas, 1979.

SERRANO, Carlos, «A Trajetória da Elite intelectual, A “Geração de 50 e seus Projectos: A Nação» In CRUZ e SILVA, Teresa, ARAÚJO, Manuel e CARDOSO, Carlos, “ Lusofonia” em África: História, Democracia e Integração Africana, 2005, Dakar: Codesria, pp. 143-154.

SPENCER, Stephen, *Race and Ethnicity: Culture, identity and representation*, London and New York: Routledge, 2006.

SIERRA, Juan Carlos Sánchez «Discourse, practices and historical representations in two guerrilla groups: The ELN and MPLA, Colômbia-Angola, 1956-1986» In 3^a – Conferência Europeia de Estudos Africanos, Painel 105, “Conflicts and Conceptions of Africans Identities”, Leipzig, 4 a 7 de Junho, 2009, p. 70.

SILVA, Manuel Carlos, *Nação e Estado: Entre o global e o local*, Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SOLLI, Audun, «Theorising African States: The case of Angola from a critical theory perspective», Thesis of Master Of Arts (International studies), Stellenbosch University, 2009, p. 117.

SOMERVILLE, Keith, «Angola- Groping Towards peace or Slipping back towards war?» in Violence in southern Africa, William Gutteridge and J.E. Spence, 1997, Frank Cass, London.

SORBO, Gunnar & VALE, Peter, *Out of conflict from war it peace in Africa*, Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, 1997.

SOOKA, Yasmin Louise, «The politics of transitional justice» In SRIRAM, Chandra Lekha, PILLAY, Suren, (2009), *Peace vs. Justice? The Dilemma of Transitional Justice in Africa*, University of KwaZulu-Natal Press, pp. 21-43.

SOUSA, André Franco de, *Angola: o apertado caminho da dignidade*, Lisboa, edição do autor, 1998.

SCHUBERT, Benedict, *A guerra e as igrejas (Angola 1961-1991)*, Klosterberg, P.schlettwein Publishing, 2000.

TVEDTENT, Inge, *Angola: Struggle for Peace and reconstruction*, Oxford, West View Press, 1997.

VALA, Jorge, «Representação social intergrupala» In *Análise Social*, Vol. XXXII, 1997, pp. 7-29.

VAN DIJK, Teun A., *Discurso e poder*, São Paulo: Editora Contexto, 2008.

VENTURA, Margarida, «Desmobilização da sociedade e a superação da cultura da violência» In Fridrich Ebert Stiftung: Workshop provincial sobre as prioridades de reconciliação nacional, 18 e 19 Setembro de 2003.

VERSTRALEN, Frans J., «Contracting aspects of Africa decolonisation processes and Missions west a southern Africa: Ghana and Angola - As case studies», In *Zambezia*, (2002), XXIX.

VIEIRA, Sérgio, «África Austral: Conflitos, percepções e perspectivas na arena internacional» In *Estudos Moçambicanos*, nº 8, CEA/Maputo, 1990, pp. 63-96.

VINES, Alex, «La troisième guerre angolaise» in *Politique Africaine*, nº 57, Mars, 1995, pp. 27-39.

VINES, Alex, SHAXSON, Nicholas, RIMLI, Lisa et, «Angola: Drives of change: an overview» London: Chatham House, April, 2005.

WALL, Victor de, *The politics of reconciliation*, Hurts & Company, London and Cape Town, 1990.

WRIGHT, George, *A destruição de um país*, Lisboa: Caminho, 2000.

WILSON, J. Zoe & MWAKA, Arsène Bwenge, «Angola after Savimbe: New hope for the south/central region?» in Grant, J. Andrew & Soderbaum, Fredrik, *The new regionalism in Africa*, ASHGATE, 2003.

C. JORNAIS E REVISTAS

ANGOP (2000 a 2009)

JORNAL DE ANGOLA (2002-2009)

JORNAL O PAÍS (2008 e 2009)

JORNAL MAIL AND GUARDIAN, RSA (2005 a 2008)

REVISTA DE ESTUDOS E OPINIÕES, nº 1, 2 e 3 (Gabinete de Coordenação de Estudos e Análise do MPLA, 2007-2009)

REVISTA ANGOLÉ, nº 29, Julho de 2002.

REVISTA AFRICA 21 (2008 e 2009)

REVISTA CHELA PRESS (2004)

REVISTA HORIZONTE ONLIE

SEMANÁRIO FOLHA 8 (2009)

SEMANÁRIO NOVO JORNAL (2009)

SEMANÁRIO ANGOLENSE, (2006 a 2009)

SEMANÁRIO AGORA, (1999 a 2009)

SEMANÁRIO ECONÓMICO (2009)

D. DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

ACTA, nº 1, Encontro de preparação da II Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para África, sob o Lema: “ A Igreja em África ao serviço da Reconciliação, da Justiça e da Paz”, CEAST, Biblioteca Constantino Camoli, Huambo, 19 de Junho de 2009.

ACTA, nº 2, Encontro de preparação da IIª Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para África, sob o lema: “ A Igreja em África ao serviço da Reconciliação, da Justiça e da Paz”, CEAST, Biblioteca Constantino Camoli, Huambo, 20 de Junho de 2009.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, José Eduardo dos Santos, a 30 de Dezembro de 2003.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, José Eduardo dos Santos, a 11 de Novembro de 2005.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, José Eduardo dos Santos, 2007.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, José Eduardo dos Santos, a 18 de Agosto de 2008.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, José Eduardo dos Santos, a 29 de Dezembro de 2008.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, José Eduardo dos Santos, a 10 de Março de 2009.

DOSSIER PROTOCOLO DE LUSAKA, 20 DE NOVEMBRO DE 1994.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, José Eduardo dos Santos,

DISCURSO DA MINISTRA DO PLANIAMENTO DE ANGOLA, Ana Dias Lourenço, Arquivos da Rádio Nacional de Angola.

HUMAN RIGHTS WATCH, Angola, Arms trade and Violations of the laws of war since the 1992 elections, New York, Washington, Los Angeles, London & Brussels, November, 1994.

HUMAN RIGHTS WATCH, Angola Explicada: Ascensão e queda do processo de paz de Lusaka, Nova Iorque, Washington, Londres & Bruxelas, Dezembro, 1999.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP, “Dealing with Savimbi’s ghost: The security and humanitarian challenges in Angola” – Africa report N° 58, Luanda- Brussels, 26 February, 2003.

_____ “ Angola’s choice: Reformo or regress” – África Report N° 61, Luanda – Brussels, 7 April, 2003.

E. ENTREVISTAS IMPRENSA E AUDIO

ABEL CALANGE, Padre católico do Huambo, entrevista à Rádio Ecclésia, 12 de Junho de 2009.

ABEL EPALANGA CHIVUKUVUKU, entrevista à Rádio Ecclésia, 12 de Agosto de 2009.

ALBINO MALUNGO, governador do Huambo, entrevista ao Jornal O País, 2009.

ALCIDES SAKALA, entrevista ao jornal O Pais, a 4 de Abril de 2009.

ALDA SACHIAMBO, entrevista ao Semanário Económico, 10 de Dezembro de 2009.

JOÃO BAPTISTA KUSSUMUWA, Ministro da Reinserção Social, entrevista ao jornal O País, 2009.

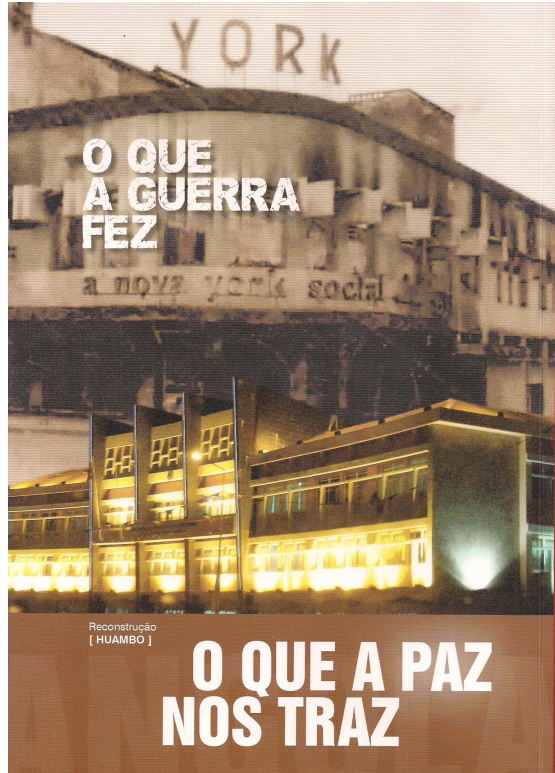
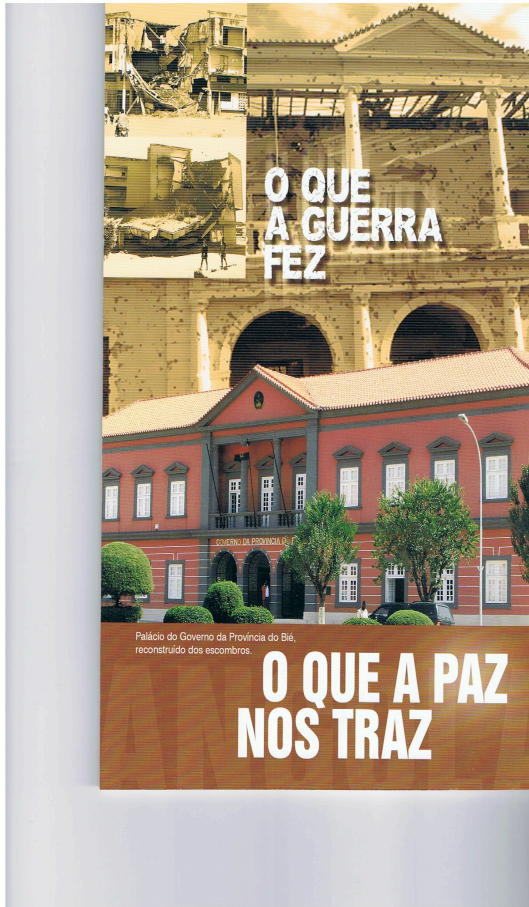
JOÃO MELO, entrevista ao Semanário Angolense, 2009

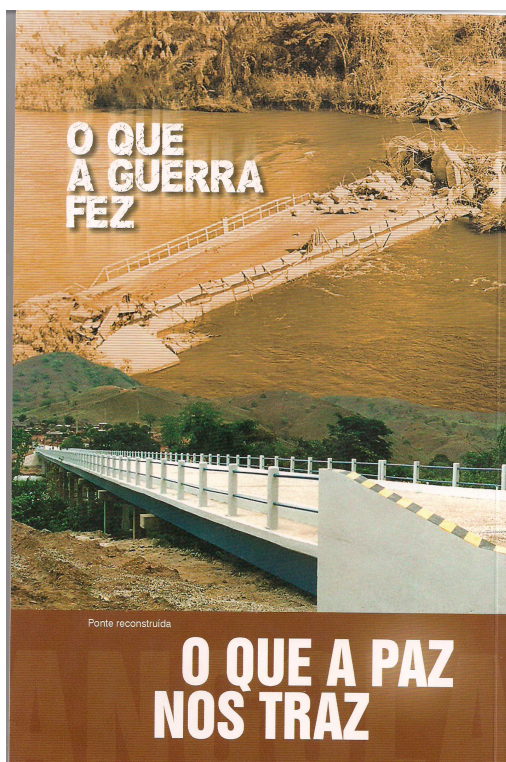
ISMAEL MATEUS, entrevista ao Jornal O País, 5 de Maio de 2009.

NORBERTO DOS SANTOS “Kwata Kanawa”, entrevista ao Jornal O País, Abril de 2009.

JERÓNIMO CAHINGA, conferência da CEAST, sobre o lema: “ A Igreja em África ao serviço da Reconciliação, da Justiça e da Paz”, Biblioteca Constantino Camoli, Huambo, 2009.

6. ANEXOS





Fonte: Revista de Estudos e Opiniões do MPLA, nº 1, 2, 3, 4, 2007, 2008, 2009

